

PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LIV

FLORIANÓPOLIS, 01 DE AGOSTO DE 2005

NÚMERO 5.456

15ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa

MESA

Julio Cesar Garcia
PRESIDENTE

Herneus de Nadal
1º VICE-PRESIDENTE

Nilson Gonçalves
2º VICE-PRESIDENTE
Lício Mauro da Silveira

1º SECRETÁRIO

Pedro Baldissera
2º SECRETÁRIO

Valmir Comin
3º SECRETÁRIO

José Paulo Serafim
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
João Henrique Blasi

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Joares Ponticelli

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Manoel Mota

**PARTIDO DA FRENTE
LIBERAL**
Líder: Antônio Ceron

**PARTIDO DOS
TRABALHADORES**
Líder: Paulo Eccel

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Clésio Salvaro

**PARTIDO TRABALHISTA
BRASILEIRO**
Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO LIBERAL
Líder: Odete de Jesus

**PARTIDO POPULAR
SOCIALISTA**
Líder: Altair Guidi

COMISSÕES PERMANENTES

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA**

Jorginho Mello – Presidente
Celestino Secco - Vice Presidente
Onofre Santo Agostini
Sérgio Godinho
Romildo Titon
Joares Ponticelli
Vânio dos Santos
Paulo Eccel
João Henrique Blasi
Terças-feiras, às 9:00 horas

**COMISSÃO DE TRANSPORTES E
DESENVOLVIMENTO URBANO**
Rogério Mendonça – Presidente
Reno Caramori - Vice Presidente
Wilson Vieira – Dentinho
Narcizo Parisotto
Nelson Goetten
Nilson Gonçalves
Vânio dos Santos
Terças-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**

Francisco de Assis – Presidente
Celestino Secco – Vice Presidente
Antônio Aguiar
Afrânio Boppré
Francisco Küster
Gelson Sorgato
Narcizo Parisotto
Quartas-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE AGRICULTURA,
E POLÍTICA RURAL**

Reno Caramori – Presidente
Dionei Walter da Silva - Vice Presidente
Gelson Sorgato
Afrânio Boppré
Narcizo Parisotto
Francisco Küster
Gelson Merisio
Quartas-feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TRABALHO,
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO
PÚBLICO**

Afrânio Boppré – Presidente
Antônio Carlos Vieira - Vice Presidente
Sérgio Godinho
Antônio Aguiar
Paulo Eccel
Francisco Küster
João Henrique Blasi
Terças-feiras, às 10:00 horas

**COMISSÃO DE FINANÇAS E
TRIBUTAÇÃO**

Wilson Vieira – Dentinho – Presidente
Gelson Merisio - Vice Presidente
Antônio Ceron
Antônio Carlos Vieira
Dionei Walter da Silva
Rogério Mendonça
Manoel Mota
Francisco Küster
Odete de Jesus
Quartas-feiras, às 09:00 horas

**COMISSÃO DE SEGURANÇA
PÚBLICA**

Dionei Walter da Silva – Presidente
Onofre Santo Agostini - Vice Presidente
Wilson Vieira – Dentinho
Manoel Mota
Nilson Gonçalves
Sérgio Godinho
Antônio Carlos Vieira
Quartas-feiras às 11:00 horas

**COMISSÃO DE ECONOMIA,
CIÊNCIA, TECNOLOGIA E
MINAS E ENERGIA**

Gelson Merisio – Presidente
Paulo Eccel – Vice Presidente
Joares Ponticelli
Genésio Goulart
Vânio dos Santos
Jorginho Mello
Sérgio Godinho
Quartas-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TURISMO E
MEIO AMBIENTE**

Sérgio Godinho – Presidente
Ana Paula Lima – Vice Presidente
Jorginho Mello
Nelson Goetten
Afrânio Boppré
Reno Caramori
Simone Schramm
Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE

Antônio Aguiar – Presidente
Joares Ponticelli - Vice Presidente
Clésio Salvaro
Odete de Jesus
Genésio Goulart
Ana Paula Lima
Dionei Walter da Silva
Terças-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE DIREITOS E
GARANTIAS FUNDAMENTAIS,
DE AMPARO À FAMÍLIA E À
MULHER**

Nilson Gonçalves – Presidente
Odete de Jesus – Vice Presidente
Cesar Souza
Simone Schramm
Ana Paula Lima
Reno Caramori
Francisco de Assis
Quartas-feiras às 10:00 horas

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E DESPORTO**

Paulo Eccel
Ana Paula Lima
Antônio Ceron
Celestino Secco
Odete de Jesus
Romildo Titon
Simone Schramm
Quartas-feiras às 08:00 horas

**COMISSÃO DE RELACIONAMENTO
INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO,
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO
MERCOSUL**

Antônio Carlos Vieira – Presidente
Francisco de Assis - Vice Presidente
Gelson Merisio
Romildo Titon
Vânio dos Santos
Nilson Gonçalves
Narcizo Parisotto
Terças-Feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE ÉTICA E
DECORO PARLAMENTAR**

Clésio Salvaro – Presidente
Francisco de Assis – Vice Presidente
Celestino Secco
Antônio Ceron
Wilson Vieira – Dentinho
Cesar Souza
Joares Ponticelli
Narcizo Parisotto
João Henrique Blasi
Terças-Feiras, às 18:00 horas

**DEPARTAMENTO
PARLAMENTAR****Divisão de Anais:**

responsável pela digitação e/ou
revisão dos Atos da Mesa Diretora e
Publicações Diversas, diagramação,
editoração, montagem e distribuição.
Diretor: Eder de Quadra Salgado

Divisão de Taquigrafia:

responsável pela digitação e revisão
das Atas das Sessões.
Diretora: Lenita Wendhausen
Cavallazzi

Divisão de Divulgação e**Serviços Gráficos:**

responsável pela impressão.
Diretor: Claudir José Martins

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA
EXPEDIENTE**

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XII - NÚMERO 1681
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 32 PÁGINAS

ÍNDICE**Publicações Diversas**

Audiência Pública.....	2
Extratos	32
Lei	32
Ofício.....	32

PUBLICAÇÕES DIVERSAS**AUDIÊNCIA PÚBLICA**

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE SAÚDE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA PARA TRATAR SOBRE A PERÍCIA MÉDICA, REALIZADA NO PLENÁRIO DESTA CASA, NO DIA 22 DE JUNHO DE 2005, ÀS 9H.

O SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO DE SAÚDE (Deputado Antônio Aguiar) - Declaro aberta a audiência pública requerida para debater perícia médica.

Convidamos para compor a mesa dos trabalhos o Deputado Paulo Eccel, autor do requerimento; o Sr. Célio Peres, Gerente de Avaliação e Controle Previdenciário, neste ato representando o Presidente do Ipesc; a Sra. Eliane Luzia Schmidt, Superintendente do INSS; o Sr. Sabino Bussanello, Coordenador do Movimento Catarinense em Defesa da Saúde da Classe Trabalhadora (Movida); o Sr. Lorenzo Cheli, representante da Fetiesc; o Sr. Roberto Carlos Ruiz, médico do Centro de Referência de Saúde do Trabalhador da Secretaria de Estado da Saúde.

Gostaria de saudar o Sr. Ênio Lineburger, Delegado da Receita Previdenciária de Florianópolis; a Sra. Elvira Celi Sheel, Coordenadora-Geral da Associação dos Portadores de LER (APLER) da região de Blumenau; o Sr. Orlindo Müller, 2º Secretário do Sindicato dos Empregados do Comércio de Blumenau e região; o Sr. Mário César Barth, Secretário do Sindicato da Saúde e Segurança do Trabalho de Florianópolis e região; o Sr. Amândio Castelain, Coordenador-Geral do Conselho Intersindical de Saúde e Ambiente de Trabalho - Cisat; o Sr. Eduardo de Souza, Vice-Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Brusque; a Sra. Schirlei Azevedo Ribeiro, representante do Deputado Federal Mauro Passos e da Associação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Vítimas de Assédio Moral na Brasil Telecom; o Sr. Alfredo Dacach, Gerente de Benefício por Incapacidade do INSS da Grande Florianópolis; o Sr. Ilson A. de Freitas, Diretor do Sindicato dos Empregados no Comércio de Florianópolis; o Sr. Antônio Simas, Tesoureiro do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Vidro, Cristal, Papel e Papelão de Blumenau; a Sra. Marli Leandro, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Vestuário de Brusque; o Sr. Charles Pires, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal - Sintrasem; e o Sr. Luiz Fernando Machado, representante do Sindprevs.

Esta audiência pública foi solicitada pelo Deputado Paulo Eccel, a quem passo a presidência dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Eccel) - Bom-dia a todos. Inicialmente quero saudar o Deputado Antônio Aguiar, Presidente da Comissão de Saúde da Assembléia Legislativa, a quem agradeço por acatar o requerimento da Bancada do PT para a realização desta audiência pública.

Na verdade, esta audiência pública foi requerida pela Bancada do PT mas provocada pela audiência pública realizada aqui durante o mês de abril, no Dia Internacional em Memória às Vítimas de Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais. A partir daquela audiência pública, houve por bem a intenção de realizarmos esta reunião para discutirmos exclusivamente perícia médica.

Quero também cumprimentar a Sra. Eliane Schmidt, Superintendente do INSS, que não teve a oportunidade de estar presente na audiência a que me referi anteriormente, por problemas de comunicação, certamente, mas gentilmente aceitou nosso convite para estar aqui no dia de hoje. Cumprimento, ainda, o Sr. Célio Peres, que neste momento representa o Presidente do Ipesc em Santa Catarina; o Sr. Lorenzo Cheli, representante da Fetiesc, que foi um dos autores e promotor da audiência pública referida no início desta reunião; o professor Sabino Bussanello, Coordenador do Movimento Catarinense em Defesa da Saúde da Classe Trabalhadora (Movida).

A audiência pública que estamos realizando neste momento é uma exigência da sociedade catarinense e dos trabalhadores catarinenses. Desde 2003, em ações individuais de determinados mandatos ou do Movimento Sindical e demais entidades catarinenses, estamos tendo contatos com o INSS para denunciar aquilo que consideramos descaso, em grande parte das vezes, dos peritos médicos do INSS.

Em duas audiências públicas realizadas neste Plenário a partir de reivindicações da Fetiesc pudemos acompanhar depoimentos dramáticos de trabalhadores e trabalhadoras vítimas do descaso de determinados peritos. Logicamente que não podemos generalizar dizendo que todos estão no mesmo nível, mas temos uma grande parte de peritos médicos do INSS que, lamentavelmente, tratam o ser humano como se não fosse um ser humano, e como isso envolve um órgão público, nada melhor do que trazermos no dia de hoje a responsável por esse órgão, Sra. Eliane Schmidt, bem como os representantes do Movida, da Fetiesc e todos vocês que representam tantas entidades e tantos sindicatos de Santa Catarina, aos quais aproveito para saudar neste momento mais uma vez.

Até podemos estar aqui representados por aproximadamente 40 pessoas, mas certamente que por trás dessas 40 pessoas temos milhares e milhares de trabalhadores vítimas desse descaso que acontece em Santa Catarina e em vários estados brasileiros, pelo que temos notícia. Portanto, esta audiência pública aqui é para que, coletivamente, possamos encontrar uma alternativa.

Na ocasião anterior em que nos reunimos, duas alternativas foram apontadas: que tratássemos exclusivamente da perícia médica aqui no Estado e que sugeríssemos à Câmara dos Deputados a instalação de uma CPI em nível nacional para discutir e investigar o que acontece com a perícia médica quanto ao encaminhamento federal. Inclusive temos acompanhado que, numa iniciativa do Deputado Federal Mauro Passos, os primeiros passos já foram dados nesse aspecto, mas, em função das turbulências que vivem Brasília e o País, o foco da preocupação é com outras questões.

Então, lamentavelmente, esse problema que tanto aflige o trabalhador e a trabalhadora fica de lado, aguardando o momento em que a crise política possa ser controlada. De qualquer forma, aqui no Estado estamos fazendo o nosso papel. Esperamos ter hoje uma boa audiência pública e que, além de os problemas serem trazidos à tona, sejam apontadas soluções concretas para a resolução dessa questão.

Antes de passar a palavra ao representante da Fetiesc, gostaria de devolver a presidência dos trabalhos ao Presidente da Comissão de Saúde da Assembléia Legislativa, que é médico ortopedista e que deverá se manifestar a respeito do assunto.

Quero também registrar a presença do Sr. Charles Pires, Presidente do Sintrasm, e do Sr. Luiz Fernando Machado, representante do Sindprevs.

O SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO DE SAÚDE (Deputado Antônio Aguiar) - Nos 25 anos de profissão como médico ortopedista, tive uma experiência grande em perícia médica, embora não tenha sido perito do INSS. Nunca fiz perícia para o INSS, mas vi um grande descaso ou por parte dos médicos ou por parte do INSS em relação ao atendimento da população em geral. E falo pela experiência que tenho no Planalto Norte; aqui em Florianópolis talvez ocorra de maneira diferente.

O segurado paga o INSS durante não sei quanto tempo, religiosamente, e na hora que precisa, não consegue marcar a consulta, ou quando marca, não consegue que seja realizada uma perícia digna. E falo em relação ao Planalto Norte; lá não tem médicos especialistas para atender todas as especialidades dentro da perícia médica. Por exemplo, um clínico geral vai atender um caso de LER - Lesão por Esforço Repetitivo -, e talvez ele não tenha aquele preparo, aquela competência para dizer ao segurado: "Olha, você tem 90 dias de afastamento do trabalho."

Então, há necessidade que se prepare melhor os peritos, que dêem cursos a eles e condições de melhor atender o segurado. E como relatou o Deputado Paulo Eccel, o atendimento do médico-perito na parte humanitária é muito importante, porque muitas vezes ele se preocupa com a perícia, em ganhar seus honorários, e esquece o ser humano.

Nesse sentido, a nossa manifestação é de certa perplexidade com o que acontece no Estado de Santa Catarina a certos segurados. Tenho 25 anos de formado e vejo esse desrespeito ao segurado por parte do INSS, por parte da perícia médica.

A nossa contribuição seria realmente propor que os peritos tenham curso de aperfeiçoamento para atender melhor o segurado e que o INSS agilize essa perícia médica ao segurado, para ele não ficar de uma hora a três horas na fila, às vezes o dia inteiro, para fazer uma perícia médica.

Na minha visão de médico ortopedista, é isso que acontece, pelo menos lá no Planalto Norte. Não posso falar sobre o que acontece em Florianópolis porque desconheço o atendimento e a maneira como são tratadas as perícias médicas aqui.

Era essa a nossa contribuição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Eccel) - Obrigado, Deputado Antônio Aguiar.

Passo a palavra ao Dr. Roberto Carlos Ruiz, médico do Centro de Referência de Saúde do Trabalhador da Secretaria de Estado da Saúde, que nos informou há pouco que ficou pai no dia de ontem, daí ser o primeiro a falar, em função de ter que acompanhar sua esposa e mãe de seu filho no hospital.

Parabéns, Dr. Roberto, e a palavra é sua por até dez minutos.

O SR. ROBERTO CARLOS RUIZ - Muito bom-dia a todos. Gostaríamos de trazer aqui a saudação da Secretaria de Estado da Saúde. Estamos há cerca de um ano e meio num movimento tentando constituir essa área técnica de saúde do trabalhador na Secretaria de Estado. Já houve duas tentativas anteriores, a primeira em 1989 e a segunda em 1993, e agora, em 2003/2004, a terceira, a qual esperamos que seja a última tentativa de consolidar essa área de saúde do trabalhador, porque imaginamos que agora vamos conseguir alicerçar isso de forma que ela se torne perene.

Com relação a esse tema específico da perícia médica do INSS, temos trabalhado arduamente no sentido de tentar contribuir com as autoridades constituídas. Fizemos um convênio operacional com o INSS, com a Superintendente do INSS, que nos procurou com interesse de avançar nessa área, e o Ministério da Previdência e Assistência Social está sendo integrado, então, com o Sistema Único de Saúde. Depois, tivemos a oportunidade de ser procurado pelo Dr. Alfredo Dacach, o chefe do Gbnn da região de Florianópolis, para tentarmos fazer um movimento, um trabalho conjunto para diminuir o atual estado de conflito que existe nessa área de perícia médica. E as tratativas entre o Cerest e o INSS culminaram num evento neste último fim de semana, que teve a coragem de se chamar "Diminuindo conflitos".

Num primeiro momento, sentamos com médicos do INSS e médicos dos SUS para que ambos os grupos declarassem o que entendiam sobre as práticas recíprocas e dissessem quais eram as dificuldades, para que pudéssemos tentar avançar. Esse primeiro evento foi estritamente técnico, não comportou representação social, sindical ou qualquer movimento organizado. No final do encontro, nós entendemos que foi até acertado isso, porque só de juntar médico-perito do INSS com médico-perito do SUS já houve algumas pontas de atrito, e se o encontro fosse mais aberto, talvez essa nossa iniciativa se encerrasse ali mesmo.

Então, inicialmente até discordei; era uma orientação do Dr. Alfredo de a gente fechar entre médicos isso, mas, no final do encontro, entendi que essa foi a posição mais acertada, porque ali entre médicos já havia conflitos intensos, sobretudo pelo entendimento que os médicos do SUS tinham sobre os atestados que exaravam. Quando os atestados chegam ao INSS, há por parte dos peritos uma série de questionamentos sobre eles, e não que esteja errado ou certo o perito questionar, por lei é dever do perito questionar tudo, mas é a maneira como isso é feito.

A nossa primeira tentativa foi, em havendo a conversa entre médicos, tentar estabelecer, por exemplo, um instrumento comum para as perícias médicas. Tivemos ali a presença do Conselho Regional de Medicina, que se comprometeu a fazer um trabalho seguido conosco, e no final do encontro fizemos uma comissão que reúne o INSS, o SUS e mais dois ou três médicos dessas mesmas instituições, que vai ser amparada pelo CRM, para a constituição talvez desse documento padrão, desse atestado padrão.

Foi um evento, sem dúvida nenhuma, muito positivo, e acreditamos que até o fim do ano será atendida a demanda da Superintendência do INSS e da nossa Diretora de Vigilância Sanitária. Esperamos chegar, quem sabe, a um consenso dos profissionais de saúde para que se possa minorar essas queixas que os usuários tanto do SUS como da Previdência Social trazem para os órgãos públicos.

Eu sou médico do SUS e atendo e ouço segurados da Previdência que também são usuários do SUS. Seja na condição de cidadão, porque ando muito por este Estado e pelo Brasil dando palestras, seja na condição de médico, ouço o que as pessoas dizem, e elas estão indignadas com o tipo de tratamento que têm recebido por parte de alguns peritos do INSS.

Neste evento, o Dr. Alfredo salientou mais uma vez a maneira com que o perito e o médico têm que se comportar: com urbanidade. Eu nunca passei em perícia como usuário, já fui até perito credenciado, mas como usuário eu nunca passei, e a queixa que trazem algumas pessoas que passam em perícia médica é que alguns peritos, em algumas situações muito específicas, faltam-lhes com o respeito. Além do que (e acho que essa é talvez a queixa maior), sistematicamente, a perícia médica não reconhece o nexo entre aquela lesão e o trabalho. Pelo que eu tenho ouvido, e as lideranças, as representações podem se manifestar depois, essa é uma queixa muito comum. Ou seja, ao passarem em perícia médica lesões que são bastante claras, até pelo seu volume, pelo seu nexo epidemiológico, não há reconhecimento, por parte da seguradora, do nexo entre essas lesões e o trabalho.

O Dr. Alfredo já falou sobre isso nesse nosso encontro no fim-de-semana e vários peritos também se manifestaram no sentido de repensar essa questão do reconhecimento, até na perspectiva de uma seguradora mesmo. Porque se é o caso de o perito negar um nexo ocupacional - e isso é objeto hoje de análise em vários fóruns -, é bom que se diga que perde o segurado, porque deixa de ter direitos óbvios; perde o INSS, porque não pode entrar com as ações regressivas; e perde a nação brasileira, porque isso vai dar um déficit para o caixa do INSS. E estou vendo aqui o Dr. Ênio, Delegado da Receita Previdenciária, com quem já tivemos oportunidade de discutir algumas coisas.

É bom lembrar que o Instituto Nacional do Seguro Social mantém mais da metade das cidades do Nordeste deste país, e ao termos uma conduta que pode ser compatível com a quebra do INSS, nós vamos quebrar o nosso país. Então, esse movimento que as pessoas estão fazendo de maneira mais organizada há dois anos, dois anos e meio, entendo ser um movimento em defesa da nação brasileira. Esse é o meu entendimento, porque na medida em que nós nos opusermos à quebra do INSS, estaremos a favor da Nação.

No nosso entendimento, e ele pode até estar errado, há que se questionar mesmo, com firmeza ética, com firmeza moral, por que motivo os peritos do INSS têm essa resistência em reconhecer o nexo entre a lesão e a doença. Há fábricas com 500 trabalhadores em que cerca de 100, 150 têm tendinite compatível com LER, e não há reconhecimento desses casos como doença ocupacional. Então, essa é uma das primeiras coisas que temos que revisar. Temos que entender esse fenômeno, por que isso acontece, se de repente não está todo mundo errado mesmo e esses peritos estão certos. Mas nós precisamos estudar.

Há também essa questão da urbanidade, que foi muito discutida e é uma questão que precisa ser dita, além dessa questão maior da fraude, um outro tópico sobre o qual a gente poderia se estender mais depois. Talvez alguém aqui ainda vá tocar nesse tópico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Eccel) - Muito obrigado, Dr. Roberto Carlos Ruiz.

Antes de passar a palavra ao próximo convidado, quero registrar com satisfação a presença do Sr. Aroldo Schroeder, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Cerâmica, de Louça de Pó de Pedra, da Porcelana e da Louça de Barro de São Bento do Sul.

Após a manifestação dos membros da mesa, estaremos ouvindo todos os que quiserem usar da palavra. A assessoria da Comissão irá distribuir as fichas para que registrem o seu nome.

Passo a palavra, neste momento, ao professor Sabino Bussanello, Coordenador do Movimento Catarinense em Defesa da Saúde da Classe Trabalhadora (Movida), por até dez minutos.

O SR. SABINO BUSSANELLO - Bom-dia a todos os companheiros e companheiras. Quero parabenizar a iniciativa do nobre Deputado Paulo Eccel, que tem acompanhado essa luta e esse movimento estadual em defesa da saúde e segurança da classe trabalhadora. Parabenizo também os representantes da mesa por estarem presentes e considerarem esse tema da maior relevância.

Trago aqui as preocupações de uma entidade de classe que se envolveu e vem assumindo compromissos muito fortes com os trabalhadores, que é a Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Estado de Santa Catarina - Fetiesc. Também represento o Movimento Catarinense em Defesa da Saúde e Segurança da Classe Trabalhadora, que ajudou a coordenar, articular e propor as audiências públicas de 2004 e 2005. O Dr. Roberto e o Lorenzo, da Fetiesc, foram também organizadores junto conosco.

Hoje vivemos um tempo muito sombrio, um tempo demasiadamente difícil para o conjunto da classe trabalhadora. Esse tempo histórico tem um descompasso entre o tempo de trabalho e o tempo de vida, entre os resultados do trabalho e os resultados da vida humana, e isso é um aspecto gritante que se apresenta no dia-a-dia das pessoas que estão no mercado de trabalho ou fora dele e fazem parte do contexto da sociedade brasileira e catarinense.

Penso que é importantíssimo buscarmos uma nova linha de atuação, e primeiro deveríamos ouvir as queixas, o sofrimento e a dor justamente da grande maioria dos seres humanos. Na última audiência, circularam por aqui cerca de 1.500 trabalhadores, homens e mulheres, e muitas deles expuseram o seu calvário, a sua luta e, inclusive, a debilidade do Estado brasileiro em relação à dor da classe trabalhadora. Expuseram aqui as mazelas da prática de profissionais e de empregadores que não consideram a vida humana acima da produção. Tivemos aqui denúncias e depoimentos gravíssimos, denúncias que ferem o Estado que aí está.

Então, a gente tem que fazer aqui uma avaliação sobre os órgãos públicos que temos hoje, que serviços são prestados ao conjunto da classe trabalhadora. E aí vinham as críticas, as observações, as mudanças nessas práticas e relatos, e vinham críticas explícitas, dando o nome dos profissionais irresponsáveis, macabros, descomprometidos com a segurança e a qualidade de vida desses trabalhadores.

Isso tudo nos leva a crer que essa prática de descon sideração ao trabalho, à vida, à segurança, ao sofrimento do conjunto da classe trabalhadora é algo que está disseminado no cotidiano do trabalho, da sociedade catarinense, e temos que agora tratar dessa questão.

Eu costumo dizer que a manifestação da dor de todo e qualquer indivíduo é motivo para criarmos um movimento. Por quê? Porque a dor é um lamento que tem que se tornar coletivo, ela tem que chegar às instâncias do Estado, aos órgãos do Estado, e tem que chegar a todas as dimensões das pessoas de carne, osso e sentimento. O Estado brasileiro, os órgãos que prestam assistência, os órgãos que dinamizam políticas públicas não podem ficar com as costas viradas à dor e ao sofrimento do conjunto da classe trabalhadora.

Então, esse é o apelo, e daí a necessidade de estabelecermos uma CPI que mapeie e diagnostique essas práticas lesivas e irresponsáveis, que acabam prejudicando a qualidade de vida de centenas de milhares de homens e mulheres que estão hoje compondo o conjunto da sociedade catarinense e brasileira. Há que se fazer um controle e uma discussão aprofundada sobre práticas ilegítimas, práticas descompromissadas com os seres humanos e diariamente vinculadas a empresas, a um método produtivo. O que interessa é a meta produtiva e não a vida das pessoas. Há

que se diagnosticar que essa prática está produzindo um resultado negativo para o conjunto do Estado brasileiro, e a sociedade acaba arcando com esse custo.

Temos uma missão muito forte de reestruturar o Estado brasileiro, de reestruturar as políticas públicas e implantar novas; temos o compromisso de reavaliar a perspectiva de prestação de serviços nos órgãos públicos, como no INSS e dos profissionais vinculados a esse segmento. Existem inúmeras denúncias no Estado, nas nossas categorias de trabalhadores e trabalhadoras, aqui mesmo nas audiências públicas, e temos que começar por esse diagnóstico, passando a limpo isso e estruturando novas políticas de ação vinculadas à vida, à defesa da qualidade de vida, da saúde e à segurança da classe trabalhadora.

Na audiência pública realizada aqui no dia 25 de abril, antecipando a comemoração no dia 28 do Dia Internacional em Memória das Vítimas de Acidentes de Trabalho, estabelecemos vários indicativos de ação, e uma ação que desencadeamos há mais tempo com a Fetiesc ou com o Movida vai na linha de que precisamos pressionar as autoridades públicas, o Congresso Nacional, a Assembléia Legislativa para que se estruturarem projetos de lei que garantam a saúde e segurança da classe trabalhadora.

Temos vários projetos arquivados no Congresso Nacional que ora saem, ora entram, ora arquivam, ora desarquivam. Portanto, precisamos reunir forças para pressionar o Congresso no sentido de buscar esse comprometimento com a classe trabalhadora.

Um segundo elemento importantíssimo: nós precisamos diagnosticar todas essas práticas dos órgãos públicos do Estado e dos profissionais que respondem pela questão das perícias médicas, dos laudos, dos nexos. Precisamos partir dessa iniciativa, Deputado, estabelecendo esses nexos, esses comprometimentos e esses diagnósticos mais precisos, organizados. E que se vá fundo na denúncia, que se vá fundo no estabelecimento de precauções, de mecanismos que possam cobrar desses profissionais que ora não são responsáveis pela vida e saúde da classe trabalhadora.

Então, esses são os elementos que nós gostaríamos de trazer aqui para contribuir, além de outros para o debate, protocolando novamente nesta sessão esse documento tirado da audiência pública realizada no dia 25 de abril passado e subscrito por mais de sessenta entidades sindicais e movimentos, por Parlamentares inclusive. Nós ratificamos esse documento nesta audiência promovida por V.Exa., Deputado Paulo Eccel.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Eccel) - Muito obrigado, professor Sabino, que falou em nome do Movida e da Fetiesc.

Passo a palavra ao Sr. Célio Peres, que representa o Ipesc de Santa Catarina, por até dez minutos.

O SR. CÉLIO PERES - Bom-dia a todos. Quero parabenizar o Deputado Paulo Eccel pela iniciativa de realização desta audiência pública e deixar claro aqui que o Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina é o representante da previdência e dos servidores públicos no Estado. A saúde do servidor público estadual é organizada pela Secretaria de Estado da Administração, que possui órgãos que cuidam da saúde do servidor e também se preocupa com o aspecto do profissional, do perito e da própria saúde do servidor, que tem características totalmente diferentes dos trabalhadores da indústria.

Portanto, Deputado, eu vou levar ao conhecimento do Secretário de Estado a importância desta audiência pública, deste debate, para que, apesar de estarmos organizados com a saúde do servidor público, não cometamos erros. E vamos também cuidar dos peritos, para que possam conduzir os trabalhos com a classe dos servidores públicos do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Eccel) - Obrigado, Célio.

Passo a palavra agora à Sra. Eliane Luzia Schmidt, Superintendente do INSS, que vem participando há mais de dois anos por todas as cidades do Estado, certamente também discutindo esse assunto nas esferas federais.

A SRA. ELIANE LUZIA SCHMIDT - Deputado Paulo Eccel, eu queria agradecer o convite para participar desta audiência pública porque eu a considero uma iniciativa bastante louvável.

Eu acho que devo uma explicação a vocês com relação à minha ausência na audiência pública que aconteceu no dia 25. Por uma falha de comunicação, e não sei qual a origem, eu tinha agendado a audiência pública no dia 28, assim como eu vi notícias também de que esta audiência seria ontem. Então, essas coisas acabam acontecendo, e acho que tem prejuízo a não-participação.

Com relação às questões que foram levantadas, eu queria começar pela fala do Sabino, que disse que nós temos que mudar o papel do Estado e rever as políticas públicas. Gostaria de lembrar a todos vocês que estão aqui que o Estado brasileiro foi constituído pelas elites deste país à sua imagem e semelhança. É bom que a gente nunca esqueça disso. E o Estado brasileiro, representado por esses órgãos públicos, incorpora, com o tempo, todos os conflitos da sociedade de forma evidente.

Mas quem estruturou esse Estado, quem pensou essas políticas públicas foram os setores da elite brasileira, que estão no poder há mais de quinhentos anos. Então, é sempre bom a gente lembrar isso para ser o nosso ponto de partida. Quem estruturou esse Estado não foram os trabalhadores, não foram as maiorias excluídas, não foram os setores populares, foram sempre as elites, que fizeram políticas públicas evidentemente voltadas para os seus interesses. E nesse contexto está a Previdência Social, está o Ministério da Previdência, que faz parte do Estado brasileiro.

Acho que esse referencial é sempre fundamental, para que possamos saber de onde se está partindo.

A Previdência Social tem o papel constitucional de prover o sustento dos trabalhadores quando eles não têm condições de trabalhar, e na maior parte dos eventos isso está relacionado à doença, exceto o salário-maternidade, que as pessoas o recebem num momento de felicidade, por ter mais um membro da família, como é o caso do Dr. Roberto Ruiz, cuja esposa, se for trabalhadora, vai receber seu salário-maternidade num momento de felicidade. Os demais benefícios da Previdência Social, em geral, estão relacionados à doença e à morte.

Então, o papel da Previdência Social pela legislação brasileira e o seu papel histórico no mundo é reparar um dano na vida do trabalhador. Portanto, a Previdência Social atua sempre na consequência, depois que já aconteceu o problema. Então, quando a pessoa está doente... Tirando a aposentadoria por tempo de contribuição, por tempo de serviço, que é depois que a pessoa envelheceu e não tem mais condições de trabalhar, em geral não é um evento tão ruim; os eventos de doença é que realmente são ruins.

Com relação ainda à atuação da perícia médica dentro da Previdência Social, nós temos na nossa perícia médica e na instituição INSS como um todo uma série de problemas, que se acumularam durante os 82 anos de existência da Previdência Social, e vocês conhecem vários desses problemas, porque eles são públicos e notórios, todo mundo se reporta a eles.

Não obstante isso, eu considero que a Previdência ainda é a maior política pública executada pelo Governo Federal e a de maior importância. É a grande responsável pela redistribuição de renda neste país. É só olhar com mais cuidado os dados sobre a Previdência que a gente vai constatar isso.

A perícia médica tem o papel legal de estabelecer a incapacidade para o trabalho. O nosso setor de perícia médica tem esse papel, não lhe cabe aferir a doença ou tratar a doença que a pessoa apresenta. Esse papel é o médico assistente que vai fazer.

Nós temos dois grandes blocos extremos em que, em geral, não se tem problemas. São aqueles casos de doenças não muito graves mas que implicam aposentadoria por invalidez, porque a pessoa sofreu um acidente ou tem um tipo de doença que a incapacita totalmente para o trabalho. Por exemplo, uma pessoa que sofreu um derrame e ficou completamente paralisada vai ser aposentada por invalidez. E há aqueles casos que eu considero mais simples, como a pessoa que quebrou um dedo, ou teve que tirar o apêndice, porque elas se recuperam e voltam para o trabalho, não tem maiores problemas.

Onde está o grande foco dos conflitos que a gente tem vivenciado hoje na Previdência Social? Está nas chamadas doenças ocupacionais, nos casos de LER e Dort, que são as grandes reclamações que chegam a mim. Também recebo reclamações, tenho que fazer um parêntese, com relação ao atendimento. Quero dizer para vocês que o bom atendimento é dever de qualquer servidor público. Todo cidadão deve se dirigir ao seu chefe imediato (toda agência nossa tem um chefe) e registrar queixa sobre mau atendimento. Está estampado em cada agência o número da nossa Ouvidoria, portanto reclamem, coloquem com precisão a situação em que o trabalhador ou o cidadão foi envolvido e que caracterizou mau atendimento que nós tomaremos providências administrativas cabíveis.

Considero o mau atendimento inadmissível, inaceitável, não tem como dialogar com isso, deve-se aplicar as sanções administrativas cabíveis. Eu tenho muitas formas de dizer "não", e há uma confusão entre o médico não conceder o benefício e dizer "não", mas a forma de dizer esse "não" tem que ser com toda a responsabilidade, com toda a educação possível, porque não se admite esse tipo de tratamento. Então, isso é elementar.

A não ser nas questões do atendimento, o que me chega é na área de doença ocupacional, e nós temos uma série de problemas. Primeiro, temos um modelo de perícia médica que se estruturou nos anos 70 e que é absolutamente insuficiente para as novas demandas da realidade. Nós temos um quadro de médicos peritos cuja grande maioria vai se aposentar nos próximos quatro ou cinco anos. Segundo levantamento feito pelo Dr. Alfredo, os médicos peritos homens estão na faixa de 54 anos de idade; as mulheres, 52, e a maioria dos nossos médicos peritos são homens. Isso significa que são pessoas que trabalham há muito tempo e que logo vão se aposentar.

Depois de mais de 20 anos sem concurso público para médico-perito, na semana passada o Ministro Romero Jucá empossou 1.500 médicos peritos, aprovados no concurso no começo do ano para

renovar o nosso quadro de médicos peritos porque nós estamos numa situação que eu considero absurda e que estava completamente compatível com a lógica do Governo anterior, que era privatizar vários setores da Previdência Social.

Então, até a semana passada, a maioria dos médicos peritos do nosso quadro era credenciada, ou seja, fora do quadro de concursados da Previdência Social. Esse fator gera uma série de distorções, que vêm sendo apresentadas na mídia como um problema sério, como o aumento da concessão de benefícios por invalidez e por motivo de saúde. Cresceu assustadoramente a nossa concessão nessa área, que está relacionada também à terceirização da nossa perícia médica, e esta semana estaremos recebendo 1.500 médicos concursados em nível nacional, o que eu considero bastante importante.

A qualificação dos médicos peritos da casa praticamente inexistiu nesses vinte anos. O Dr. Alfredo é nosso médico-perito e sabe disso muito bem, assim como eu sei, porque em termos de qualificação profissional eu também recebi dessa instituição muito pouco; o que eu fui aprender de Previdência Social, estudei fora da Previdência Social. Infelizmente, essa é a realidade de 100% dos nossos servidores.

A qualificação do nosso quadro técnico deixa muito a desejar e é insuficiente. E volto a dizer: não dá conta das atuais demandas do mundo do trabalho, se a gente considerar a questão da saúde ocupacional. Então, nós temos feito uma parceria importante com a Secretaria de Estado da Saúde, com o Centro de Referência em Saúde do Trabalhador para que a gente possa ter uma atuação compatível, para que a gente possa incorporar o conhecimento dos médicos do SUS, principalmente na área de saúde do trabalhador. Que nós, na Previdência Social, possamos nos valer desse conhecimento, que os nossos médicos peritos possam se valer desse conhecimento, para que possamos prestar um atendimento mais digno para os trabalhadores que nos procuram.

O Deputado Antônio Aguiar pautou uma questão conflituosa - mas a legislação determina assim - com relação às especialidades do médico-perito. Nós temos nos deparado com uma realidade muito interessante, porque perícia médica não é uma cadeira do curso de Medicina. Atualmente, temos um ou dois cursos de especialização nessa área em São Paulo. Então, não se forma médico-perito, ninguém se forma em perícia médica, ninguém tem especialização nisso. Médico-perito é um médico que passa por um concurso, por uma prova de conhecimento e é admitido na Previdência Social, e em geral tem alguma especialidade. Agora, é fundamental também que se diga que a formação de médico é bastante consistente e dá a todos os médicos, ou pelo menos deveria dar, uma formação básica para que ele tenha compreensão de todas as áreas referentes à saúde de uma pessoa. E o que ele vai avaliar, volto a dizer, porque tem muita confusão, é a incapacidade para o trabalho - porque nem todas as doenças incapacitam para o trabalho -, correlacionando essas doenças, evidentemente, com a função que a pessoa executa. Certas doenças, em alguns casos, incapacitam para o trabalho; outras, não. Então, o papel da perícia médica é fazer essa correlação entre a doença e a incapacidade para o trabalho.

A legislação não exige, não obriga que tenhamos especialistas atendendo os casos que chegam para atendimento da perícia médica, partindo-se do pressuposto de que o médico tem conhecimento suficiente para avaliar uma doença e a capacidade laborativa. Se isso está certo ou errado, não vou entrar no mérito, porque não me compete avaliar isso. Vejo médicos peritos que, mesmo não tendo a especialidade em relação aos problemas dos que precisam de atendimento, fazem uma excelente avaliação da capacidade laborativa; enquanto que outros, sendo especialistas, não necessariamente fazem uma avaliação tão condizente. Então, isso é muito relativo, e acho que entra num meandro que não sei se ajuda muito a gente avançar aqui.

O Deputado também levantou a questão do atendimento e do tempo de espera. É verdade, nós temos uma situação que foi se acumulando ao longo dos anos. Em alguns casos, a espera para a realização de uma perícia médica é inaceitável, vai às raias do absurdo. Temos pessoas pedindo alta para voltar a trabalhar, porque já estão bem e não precisam ficar em benefício, mas estão ainda aguardando a perícia médica, porque são obrigadas a ter a alta da perícia médica para se apresentar no local de trabalho.

Em relação ao tempo de atendimento, ao tempo de espera nas agências, considero que melhorou muito. Hoje o sistema de marcação de perícias no Estado de Santa Catarina está 80% informatizado, a pessoa sabe exatamente o dia, a hora e o local em que vai ser atendida, seja na Previdência Social, seja no consultório do médico credenciado.

Então, essa questão hoje está bastante amenizada, esse tipo de problema não existe do ponto de vista de a pessoa não saber o horário em que vai ser atendida e se vai ser efetivamente atendida. É muito raro que ocorra problema nessa área. O que ocorre, e aí acho que o problema é um pouco maior, é que existem pessoas que chegam muito antes do horário marcado. Isso eu vejo acontecer bastante. Eu trabalhava na perícia médica até recentemente, quando estava na

agência, e às sete da manhã já tinha uma fila enorme de gente para entrar na agência, que abria somente às oito. Talvez até por alguma condição específica, aquelas pessoas chegavam antes. Elas estavam lá com um papelzinho marcando 11h, mas, provavelmente, às seis da manhã já estavam esperando na agência.

Esse é um tipo de situação que a gente vivencia bastante na Previdência e que não se constitui num atraso, constitui-se num problema cuja origem não sei identificar exatamente.

Para concluir, queria dizer que desde que assumi a Superintendência, tenho uma grande preocupação com essa área da perícia médica, por trabalhar na perícia médica, por saber dos dramas que os trabalhadores, os segurados que são atendidos pela perícia médica enfrentam, por conhecer as limitações que temos em termos de previdência social e por ver a necessidade de a gente avançar. Não se trata de um problema de simples resolução, se fosse simples, qualquer um teria resolvido. Estamos diante de um problema que se acumula com o passar dos anos, que não tem uma solução simples, e a perícia médica precisa ser completamente reestruturada.

Tenho discutido isso com os Ministros Berzoini, Amir Lando, Romero Jucá; já tive a oportunidade de colocar essa preocupação ao Presidente Lula, no sentido de que seja reestruturada a perícia médica, que se dê outro formado a ela e que se tenha uma atuação muito mais profissionalizada, muito mais eficiente nessa área do que temos tido até agora, porque se fosse verdadeiramente eficiente, não teríamos tantas queixas e reclamações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Eccel) - Obrigado, Eliane, pela sua manifestação.

Neste momento, passamos para o debate. Já temos cinco inscritos e vamos abrir a palavra para mais cinco, para que possamos fazer um bloco de dez participações. Vamos estabelecer um tempo de três minutos, para que mais participantes possam fazer uso da palavra. As respostas da mesa serão dadas no final das intervenções.

Com a palavra o primeiro inscrito, Sr. Valmir Brás de Souza, coordenador do Sindprevs, Sindicato dos Trabalhadores da Previdência.

O SR. VALMIR BRÁS DE SOUZA - Bom-dia. Nós, servidores públicos da Previdência, estamos em greve, estamos passando por um momento de enfrentamento, e queríamos lembrar que não estamos em greve só por aumento salarial; a maioria das nossas propostas vai das nossas condições de trabalho e do concurso público, porque está colocado ao Governo que precisamos de concurso público, ou até mais: hoje tem concurso público na Previdência e os servidores não são chamados.

Eu queria lembrar - e aí com a participação da Superintendente - que essa questão da perícia médica não está restrita somente aos trabalhadores da iniciativa privada. Nós, servidores públicos, estamos passando por essa dificuldade. No dia 15 de fevereiro, o Sindicato registrou e entregou um documento para a Superintendente do INSS sobre as nossas condições de trabalho, sobre o que estamos passando também dentro das perícias médicas, como estamos sendo tratados, e aí percebemos a dificuldade que tem o trabalhador da iniciativa privada nas suas perícias médicas, porque nós, trabalhadores do quadro do INSS, estamos passando por isso também.

Vou deixar cópia ao Deputado dos dois últimos boletins do Sindicato, que trazem matéria sobre a situação da perícia médica no INSS. E aqui não estamos responsabilizando os médicos peritos, e sim a política adotada na Previdência Social neste momento de limitar os direitos dos trabalhadores. Temos que lembrar que hoje não são somente os casos de LER e Dort, há também a questão da depressão. Hoje é muito forte essa discussão dentro da saúde do trabalhador, porque não tem política na Previdência Social para essa condição. Temos histórias, relatos de pessoas que são liberadas da perícia uma semana ou vinte dias antes de ser feita a perícia, de estar diante do médico-perito.

Outra questão que a gente levanta foi falada ontem pela Superintendente, que é o médico da pessoa dizer, por exemplo, que ela tem necessidade de ficar afastada 60 dias e o médico-perito dizer que não. Até onde vai esse direito de a perícia contradizer o que o meu médico falou?

Nós temos aí uma greve do serviço público, principalmente no INSS em nível nacional. Eu participei também da audiência com o Ministro da Previdência, quando colocamos que são necessários mais servidores, que tem que se contratar mais peritos médicos, porque os concursos não estão dando sustentação. O último concurso para servidores, não só na perícia... Santa Catarina recebe um ou dois concursados, quando se sabe que a demanda é muito maior para os servidores do INSS.

Então, dentro da nossa mobilização estão melhores condições de trabalho e concurso, para que se possa atender melhor a população.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Eccel) - Com a palavra a Sra. Schirlei Azevedo Ribeiro, da Associação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Vítimas de Assédio Moral na Brasil Telecom.

A SRA. SCHIRLEI AZEVEDO RIBEIRO - Mais uma vez, não é, Deputado?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Eccel) - Com certeza. Seja bem-vinda mais uma vez.

A SRA. SCHIRLEI AZEVEDO RIBEIRO - Bom-dia a todos. É bem como a Eliane falou; a elite conseguiu azeitado muito bem todas as máquinas. Hoje vemos a dificuldade de o Governo executar aquilo que os movimentos propõem, e isso é sinal de que foi muito bem articulado lá dentro. Às vezes também falta um pouquinho de vontade, e aí é que dói, porque a gente lutou para colocar lá quem lá está hoje.

Acredito, Deputado, que o Estado tem que investigar também todos os relatos que vão estar passando por aqui, porque o INSS e as empresas se eximem de qualquer responsabilidade quando nos é negado o direito ao benefício previdenciário, acidentário. Esse custo acaba ficando para o Estado, então é bom o Estado investigar, até através de uma comissão mesmo, porque está voltando tudo para o Estado, sendo que a responsabilidade é federal.

Já que a Eliane colocou a contratação desses 1.500 peritos, quero saber do INSS como ficam convênios como este aqui (*mostra o documento*) da Brasil Telecom com o INSS, em que a Brasil Telecom paga a perícia, paga a clínica, paga por hora, e o perito vai fazer o que a empresa quer, não é?

Para quem não me conhece, eu hoje represento a Associação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Vítimas de Assédio Moral na Brasil Telecom. Aqui está uma comunicação entre a Previdência Social e a nossa advogada a respeito de vários casos que ela denunciou, principalmente a respeito do convênio, e depois eu quero repassá-la para a senhora. Há uma denúncia apresentada à Procuradoria Regional do Trabalho e ao Ministério Público Federal, que tem hoje dois inquéritos policiais investigando denúncia de fraude contra o INSS nessa questão.

Uma companheira conseguiu no dia 25 de maio alguns dados que eu quero passar para vocês. Em 2001, a Brasil Telecom teve 37 auxílios-doença previdenciários e três auxílios-doença acidentários; em 2002, ela teve 124 auxílios-doença previdenciários e 10 acidentários. E aqui temos uma pergunta para a Sra. Eliane: quem inclui o Cide na hora de ser concedido o benefício?

Nós temos aqui vários casos (e depois a senhora pode chamar através do CNPJ da Brasil Telecom) de dor articular; as pessoas apresentaram exames comprovando tenossinovite, epicondilite, com todas as inflamações nos membros superiores, e foi registrado lá somente como "dor articular". Então, quem coloca esse Cide lá? Quem vai definir se é dor articular ou se vão ficar lá configuradas realmente as inflamações?

Quero denunciar a esta audiência pública também que o *telemarketing* conseguiu uma grande vitória no Ministério do Trabalho, que foi a Resolução Técnica 0105. Estivemos em Brasília conversando a respeito do *telemarketing* no País, e nesse momento a Associação Brasileira de Telemarketing negociou 18 mil novos postos de trabalho com o Ministério do Trabalho para a retirada dessa resolução técnica. Então, eu queria que saísse daqui esta audiência também uma manifestação, porque acho uma tremenda sacanagem o trabalhador ir lá, conseguir garantir alguns direitos e o reconhecimento da atividade a respeito da LER, do assédio moral por que passa essa categoria, e o Ministério do Trabalho negociar postos de trabalho em troca de cair uma resolução técnica.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Eccel) - Com a palavra a Sra. Elvira Celi Sheel, que representa a Associação de Portadores de LER (APLER) de Blumenau e região.

A SRA. ELVIRA CELI SHEEL - Bom-dia, senhoras e senhores. Eu sou Coordenadora-Geral da APLER de Blumenau e região, e contamos com aproximadamente 200 portadores de LER/Dort em dois anos de Associação, que é um número muito grande para a nossa cidade, fora aqueles que ainda não sabem que existe uma Associação.

Sou coordenadora da APLER e faço parte da Cist - Comissão Interinstitucional de Saúde do Trabalhador. Também sou membro do Conselho gestor da Renast e uma triste portadora de LER/Dort, hoje aposentada por invalidez, mas não por doença do trabalho, e sim com auxílio-doença comum.

Nos dias de hoje, eu me sinto praticamente mutilada, porque a própria higiene ou pentear os cabelos, muitas vezes eu não consigo fazer. Assim como eu, muitos outros portadores de LER que participam da nossa Associação estão nessa situação. E o que está acontecendo em Blumenau? O trabalhador é encaminhado à Previdência Social e, quando dá entrada com CAT no INSS, essa CAT é rejeitada pelos peritos do INSS. Muitas vezes, quando vão fazer o nexa na empresa, principalmente o Dr. João Elias de Moura Júnior... Ele sempre dá um laudo negativo para os trabalhadores, e esses trabalhadores, assim como eu, muitas vezes estão com tendões rompidos, com LER, com tendinite crônica do infra e supra-espínho dos dois membros superiores, sem condições de fazer qualquer movimento. E o perito simplesmente, mesmo com todos os exames de ressonância, descaracteriza que isso é LER, que a pessoa não precisa estar afastada, que ela tem condições de voltar ao trabalho.

Por exemplo, uma vez eu estava fazendo uma perícia e apresentei ao Dr. Sérgio Moura Ferro Silva dois atestados, de um ortopedista e de um fisiatra que estava me tratando, dizendo que eu não tinha nenhuma possibilidade de retornar ao trabalho. Ele simplesmente ignorou os atestados e disse: "Você já está há muito tempo afastada e tem que voltar a trabalhar, porque o INSS já está com um rombo grande nos cofres e, se eu deixar você afastada, vai ser mais uma que estará tirando dos cofres. E outra: você não está com seus braços secos, você ainda pode trabalhar. Dor todo o mundo tem; você pode voltar ao trabalho, e vai ser amanhã."

Então, eu quero aqui manifestar o meu repúdio, a minha indignação em relação a esses profissionais médicos, a esses peritos, que não levam em consideração os exames que a pessoa tem, um atestado do médico. Simplesmente eles ignoram: "não me interessa a opinião dos meus amigos."

Então, manifesto o meu repúdio, a minha indignação em relação a esses peritos, que tratam a gente como se fosse um animal, porque nem como ser humano somos tratados. Então, em nome de todos os portadores de LER/Dort de Blumenau e região, coloco aqui a minha indignação.

E faço uma pergunta à Dra. Eliane, que até já questioneei na folhinha, e depois, se ela puder me responder... Por que quando o trabalhador dá entrada nas perícias médicas com CAT... Sabemos que na maioria das vezes a empresa se nega a emitir uma CAT, mas quando acontece de uma empresa às vezes emitir uma CAT para o trabalhador, quando chega na perícia, o perito joga de lado, rejeita essa CAT. Eu queria perguntar por que acontece isso e por que às vezes nem sequer vão fazer um nexo na empresa.

Então, essa é a minha indignação, e estamos nos unindo em Blumenau para que a coisa funcione de outra forma, porque do jeito que está, não tem mais condições. Blumenau está doente e precisa ser tomada uma decisão, uma posição nesse sentido em relação ao trabalhador.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Eccel) - Obrigado, Elvira, que representou aqui a APLER de Blumenau.

Passo a palavra ao Sr. Amândio Castelain, que representa o Cisat de Blumenau, por três minutos.

O SR. AMÂNDIO CASTELAIN - Bom-dia a todos. Quero dizer que vemos os profissionais médicos muitas vezes até dando um protocolo para os pais identificarem determinadas doenças: se vomitar em forma de jato, se tiver dor na nuca, isso pode ser essa ou aquela doença; mas quando se trata de doença ocupacional, os nossos peritos não têm protocolo. Interessante isso. Por que os peritos da Previdência não têm um protocolo para dizer "sim" ou "não" para aquela pessoa que vai fazer a perícia médica?

Então, sentimos que há uma má vontade e um complô entre profissionais médicos, empresários e a própria Previdência contra o trabalhador, que é um dos sócios do sistema previdenciário. Há toda uma negação.

O que a Elvira colocou aqui de nexo causal, quero dizer que em Blumenau - até porque a Dra. Elza Beviam tem acompanhado alguns portadores de LER/Dort - a Previdência não faz o nexo causal, ela joga simplesmente para o lado e dá qualquer coisa, e o trabalhador vai ter que recorrer sempre para dizer que está doente. Na semana passada, na reunião da APLER, uma portadora de LER/Dort disse assim: "Eu ainda vou trazer para a audiência pública em Blumenau (que vai acontecer no dia 13 de julho) e mostrar que para que fosse reconhecida a doença, eu precisei fazer 110 exames!", quando a coisa, eu acho, passa por um protocolo. Simples!

E aí, Deputado, eu não sei se esta Casa Legislativa, que está dando essa abertura, não tem competência para ir lá dentro fazer todo esse levantamento do que acontece com a Previdência Social. Não sei se é possível, mas teria que haver uma forma de alguém, de alguma autoridade dar uma resposta a essas entidades, porque não é mais possível.

Na semana passada, recebemos uma denúncia por parte de um advogado que estava defendendo uma cliente dando conta que o perito da Previdência telefonou a um médico dizendo o seguinte: "Olha, não adianta tu quererem afastar essa pessoa porque nós não vamos afastá-la". Que autoridade é essa do médico-perito contra o outro profissional médico?! Onde está o código de ética médica, que outra coisa que precisa ser reforçada? Tem uma carta tão bonita do Conselho Federal de Medicina, do Código de Ética, mas que não é respeitada na Previdência Social.

Portanto, Deputado, gostaria, se for possível, alguma coisa nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Eccel) - Obrigado Amândio.

Com a palavra o Sr. Márcio Bittencourt Nascimento, que representa o Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Florianópolis, por três minutos.

O SR. MÁRCIO BITTENCOURT NASCIMENTO - Bom-dia a todos. Gostaria de informar que a base do Sindicato Municipal de Florianópolis tem trabalhadores estatutários e celetistas.

Pegando um gancho do que a Eliane falou, dos 500 anos da elite governando este País, quero dizer que quem governa hoje não é a elite, é um trabalhador. E os trabalhadores têm uma expectativa desse Governo de inserção social, de política social. E o nosso Presidente, um trabalhador, sofreu um acidente de trabalho num torno mecânico; o Ministro também. Então, a expectativa que os trabalhadores criaram e têm ainda hoje nesse Governo...

Porque isso aí, companheiros, não é questão de focalizar no perito, de focalizar na ética médica, é questão de políticas, que vêm de cima para baixo do Governo, da esfera federal, e vai refletir lá no trabalhador. Então, é essa expectativa que não está sendo correspondida pelos trabalhadores no Brasil. Cada vez mais há dificuldade para o trabalhador: quando o trabalhador entra na perícia médica, já existe a dificuldade de a empresa preencher a carta e reconhecer o acidente de trabalho; há muitos casos em que o sindicato é que preenche a carta; quando é preenchida a carta, o próprio INSS não reconhece o nexo causal, o acidente de trabalho; quando o trabalhador se afasta não por acidente de trabalho, a empresa não se obriga a depositar o fundo de garantia, o trabalhador tem mais uma perda e beneficia o patrão, porque a empresa não é obrigada a depositar o fundo de garantia, e para o empregador é vantagem mesmo que não dê nexo causal e que ele não entre no acidente de trabalho. E o INSS contribui para isso; a gente vê a discussão de que a Previdência sempre está em déficit.

Esse Governo aplicou uma reforma na Previdência em que os trabalhadores do serviço público vão ter que trabalhar em média mais sete anos, contribuir mais sete anos, e agora o Governo quer que os trabalhadores do serviço público trabalhem mais sete anos doentes ainda!

Então, há uma contradição muito grande nesse Governo que foi eleito, um Governo popular, dos trabalhadores, que não está correspondendo à política para a qual foi mandado pelo povo. Aqui estamos numa instância de discussão, mas sabemos que isso vem da política do Governo Federal, do Lula, do Ministro da Previdência, e repercute na Superintendência do INSS essa política de dificultar o direito do trabalhador, de entrar no seu benefício, porque ele paga compulsoriamente, é descontado no seu contracheque, e quando ele mais precisa, esse direito lhe é negado.

Um questionamento que fazemos (e conversamos com o Arnaldo pescador, que também é um dos responsáveis do benefício do INSS): o trabalhador faz todos os exames, gasta, porque tem que fazer ultra-sonografia em clínicas particulares, tem que fazer exames caríssimos para poder comprovar o nexo causal, tem raio-X, fisioterapia, ortopedista, enfim, ele vai munido de toda essa documentação para recorrer, fazer um PR (Pedido de Recurso) para a perícia, e quando chega lá, o perito nem olha os exames, muito menos para a face do companheiro, e dá alta, manda trabalhar!

Temos casos de companheiras "margaridas" da Comcap (o pessoal aqui da região de Florianópolis conhece), que varrem de quatro a cinco quilômetros de ruas, avenidas e fizeram cirurgia no ombro, no pulso, e os médicos deram alta, mandaram-nas trabalhar! Então, que política é essa?! Que política social de respeito aos trabalhadores estamos vendo neste país?

Mas nós estamos dispostos a fazer denúncias - já fizemos ao Ministério Público - e ir para as ruas mostrar o que está acontecendo. A população tem que saber o que está acontecendo. E a gente espera que a política de inserção social, que a política de resguardar os direitos dos trabalhadores realmente apresente uma diferença para os trabalhadores.

O Arnaldo pescador falou que o risco do trabalhador quando faz... O trabalhador faz o recurso da perícia médica, aguarda 30, 45 dias, e no recurso, na junta médica, dá indeferido, porque muitas vezes o próprio médico que o atendeu lá na primeira está na junta também, indefere e manda-o trabalhar. E o trabalhador fica com 60, 75 dias de falta injustificada na empresa. Porque não é responsabilidade da empresa quando o trabalhador perde o recurso, e ele simplesmente respondeu que o risco é do trabalhador.

Então, o trabalhador que se vire, e isso não pode continuar. Nós estamos dispostos a lutar, a ir para as ruas (e aqui tem diversos sindicatos) denunciar isso, e a gente espera que o Governo Federal, que o Presidente Lula e o Ministro da Previdência sejam sensíveis às dificuldades que os trabalhadores estão tendo na Previdência.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Eccel) - Obrigado, Márcio.

Com a palavra a Sra. Waltrudes Jacinto, ex-funcionária da Coteminas, por até três minutos.

Informo que as inscrições estão encerradas.

A SRA. WALTRUDES JACINTO - Bom-dia a todos. Eu sou mais uma portadora de uma doença moderna, a LER. Muitas vezes tenho até vontade de sumir, porque somos mal atendidos, os médicos fazem pouco caso. Muitas vezes os peritos acham que nós somos vadios, que não queremos trabalhar, mas nós sentimos muita dor.

O parecer do INSS deixa a desejar. Nós levamos a CAT para o INSS mas ela não é levada em conta, pois o nexo causal sempre dá negativo para a gente.

Nós somos contribuintes, não queremos nada de graça, só pedimos que alguém tome uma atitude mais humana para conosco. Não queremos nada de graça.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Eccel) - Obrigado, Waltrudes.

Com a palavra o Sr. Luiz Peixe, representante da Associação do Portador de LER/Dort de Blumenau e região (APLER), por até três minutos.

O SR. LUIZ PEIXE - Bom-dia a todos. Eu sou vice-coordenador da APLER de Blumenau, e, em nome da Associação, queremos fazer algumas perguntas para a Dra. Eliane, que é a Superintendente do INSS.

A minha primeira pergunta é a respeito das altas da perícia. Por exemplo: o portador (ou qualquer outra pessoa) está em benefício, recebe alta e retorna para a empresa. Mas ele tem passado pelo seu médico assistente, que não lhe dá alta porque ele não está em condições de trabalhar. Segundo, ele vai ao médico da empresa (quando a empresa tem médico), que também não aceita que ele volte a trabalhar. Ele retorna ao INSS, entra com um recurso, que também lhe é negado. Ele retorna à empresa, mas o médico não aceita que trabalhe porque ele não está em condições. Ai ele volta novamente ao INSS e os atendentes lá dizem assim: "Não, você só pode dar entrada daqui a 30 dias da data do vencimento." Trinta dias depois ele pode dar entrada novamente porque já fez o recurso, fez tudo o que foi pedido.

Pergunto: como fica a situação dessa pessoa diante da sua empresa? Porque a empresa pode colocar o empregado pra rua, porque ele passou de 30 dias de afastamento. Pode alegar abandono de serviço. Quer dizer, o empregado pode perder o emprego, porque está doente, não tem condições de retornar a trabalhar, e tem atestado médico, exames, diagnóstico constatando o problema dele. E muitas vezes ele paga a ressonância porque não tem um convênio que cubra esse exame. Então, ele acaba perdendo o emprego e não tendo condições de continuar afastado, e queria que a Dra. Eliane me desse depois uma resposta sobre isso ai.

A respeito dos portadores de LER/Dort, existem pessoas com rompimento de ombro, punho, comprovado por ressonância, ultrassom, ecografia e vários outros exames, mas o médico-perito do INSS simplesmente fala assim (nem chega a olhar os exames que a pessoa fez): "Você tem de retornar ao trabalho. Você está em condições de trabalhar."

Eu sou um portador de LER, tenho cirurgias, e existem vários tipos de LER. Ela não aparece, fica entre os músculos, entre os nervos; então, quem olha para nós pensa: "Esse cara aí é bonito, ele pode trabalhar." Mas ele não consegue. Eu sou açougueiro há 28 anos, e foi aí que vim ter uma LER.

Seriam essas as minhas colocações, Dra. Eliane, e gostaria que vocês nos ajudassem.

Em nome da Associação, quero agradecer ao Deputado Paulo Eccel a realização desta audiência pública. E vamos lutar pela saúde do nosso trabalhador!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Eccel) - Com a palavra a Sra. Marli Leandro, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Vestuário de Brusque.

A SRA. MARLI LEANDRO - Bom-dia a todos. Apesar de ser um tema triste, é um prazer estar aqui para discutir algumas alternativas, e agradeço à Casa por abrir esse espaço.

Vou deixar algumas perguntas no ar, até para que a gente possa refletir. A Eliane falou sobre as políticas públicas, e de um modo geral, as políticas neste país sempre foram constituídas pela elite brasileira, e dentro do INSS a gente sabe que não é diferente, continua sendo assim. Ou seja, a elite deste país ainda continua comandando as políticas públicas dentro do INSS. A gente sabe que o INSS ainda está ao bel-prazer dessa elite brasileira.

Diante disso, deixo para refletir o seguinte: até quando vamos permitir que essa elite continue comandando? Até quando vamos permitir que essa elite brasileira continue ileisa das suas responsabilidades para com os seus trabalhadores, jogando para cima do Estado toda a responsabilidade? Até quando vamos permitir que essa elite sugue a mão-de-obra dos trabalhadores, toda a sua saúde, toda a sua força de trabalho em troca de um miserável salário? E quando eles ficam doente, essa elite os joga na rua!

Temos um governo popular, estamos lutando, mas sabemos que não é fácil, então eu pergunto à Eliane: qual é a política do INSS hoje? Existe alguma proposta de mudança desse sistema por termos hoje um Presidente dos trabalhadores? Quando vamos conseguir mudar essa estrutura? Quando essa estrutura vai estar voltada para os interesses dos trabalhadores e não dessa elite, que suga, mata e maltrata os trabalhadores?

Gostaria também, Eliane, de saber como funciona a questão dos peritos médicos, qual o critério de entrada dos médicos para serem peritos. Existem muitos peritos que são médicos de empresas, que são funcionários dessa elite brasileira e que estão lá dentro do INSS como peritos médicos, e a gente sabe que é muito difícil agradecer a Deus e ao diabo ao mesmo tempo. Então, que critérios existem?

Na minha avaliação, um médico de uma empresa não deveria ser perito. Qual é o critério de avaliação que ele vai ter quando estiver fazendo a perícia do trabalhador da empresa onde ele é funcionário e da qual recebe salário?

E se não existem critérios, quando vão ser exigidos esses critérios pela Previdência? Quando vamos mudar isso, Eliane? Quando a Previdência vai mudar neste Brasil e quando realmente vamos ter benefício?

Uma outra questão, e não sei se chegou até você, Eliane, é que dois peritos médicos foram agredidos recentemente em Brusque por usuários porque foram mal atendidos, mal tratados. Gostaria de saber se isso chegou até você e que providências foram tomadas, se foi aberto algum inquérito de investigação contra esses peritos, porque eles continuam lá.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Eccel) - Gostaria de registrar a presença do Deputado Afrânio Boppré, o qual convido para ocupar espaço na mesa.

Com a palavra o Sr. Ênio Lineburger, Delegado da Receita Previdenciária de Florianópolis, por até três minutos.

O SR. ÊNIO LINEBURGER - Bom-dia a todos. É uma satisfação estar presente nesta audiência, que não é a primeira nossa, não é, D. Eliane? Temos percorrido o Estado levando a filosofia da Previdência, o objetivo dela, e ao mesmo tempo ouvindo as angústias do nosso trabalhador.

Gostaria de passar essa planilha para vocês. É um trabalho que já vem sendo realizado com a iniciativa do Estado, desde a época em que a D. Eliane assumiu, e se refere diretamente à saúde do trabalhador.

(Procede-se à exibição de imagens.)

Isso está no âmbito do núcleo de educação previdenciária, da receita previdenciária. Ai eu pergunto para vocês, ou vocês podem perguntar, o que tem a ver o custeio com a saúde do trabalhador. As empresas têm duas obrigações, a principal é o pagamento do tributo; a segunda, as obrigações acessórias.

Hoje na Previdência Social é muito mais importante as obrigações acessórias, que são aquelas documentações que as empresas têm por obrigação de apresentar para facilitar a vida do trabalhador. Ai entra a GFIP, entram os laudos técnicos, o PPRa, que vai verificar a condição do risco ocupacional do trabalhador dentro das empresas, e isso é uma função do INSS/DRT.

O que o INSS/DRT fizeram? Nós sozinhos não podemos atender a essa demanda toda que existe hoje. A empresa se volta ao custo do seu produto pela rede de mercado; em detrimento disso, ela avilta salários e avilta também a saúde do trabalhador, como sempre foi, desde a Revolução Industrial, só que na vida moderna existe essa miopia social de se enxergar apenas o seu umbigo.

Então essa elite dominante, e ai se insere a gente que pode beber, comer, ter saúde, educação, que não é só o rico, tem essa dificuldade de enxergar os grandes excluídos.

No Brasil, de cada dez trabalhadores apenas quatro têm condições de estar aqui discutindo por que não recebeu seu benefício; seis estão fora. E onde eles vão buscar esse benefício? De forma assistencial? Nós acabamos pagando por isso.

Então fizemos o quê? Primeiramente fomos fazer a educação previdenciária e a orientação nas empresas, em órgãos públicos, porque o órgão público também peca por isso ai. Dentro do INSS temos problemas sérios, porque não existe ainda uma política concreta e eficaz voltada para essa questão da saúde do trabalhador. Por exemplo, o trabalhador que está exposto na coleta do lixo permanente tem sua aposentadoria reduzida para 25 anos. E, pasmem: a maioria dos municípios brasileiros não dá essa prerrogativa a esse trabalhador, porque não existem os programas ambientais dentro da empresa ou da empresa terceirizada que atua nesse setor.

Portanto, há um descompasso geral na iniciativa privada e pública também. E nós estamos trabalhando nisso ai, numa iniciativa aqui da nossa Superintendente.

Pena que não temos mais tempo para expor, mas convido todos para participarem dos eventos que estamos realizando no Estado, para podermos aprofundar essas questões.

Como vocês podem observar, são várias as entidades que estão sendo incluídas nesse projeto, como Cidasc, Epagri, Fecam, INSS/DRT, Fundacentro. A D. Eliane poderá expor um pouco melhor essa questão, e vamos deixar na tela essa estrutura de trabalho. Hoje chegamos inclusive à área rural, e o agrotóxico tem vitimado o nosso trabalhador rural.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Eccel) - Encerrando a manifestação dos participantes desta audiência, a palavra volta aos componentes da mesa para as respostas.

Quero já passar duas respostas que foram solicitadas à Assembléia Legislativa. Primeiro, a Schirlei sugere que a Assembléia reafirme a necessidade da CPI dos Peritos no encontro nacional dos militantes em saúde do trabalhador em São Paulo, que vai acontecer em agosto, acrescentando que irá organizar a documentação de todo o País solicitando a CPI.

Elas pergunta se pode. Sim, a Assembléia pode e com certeza irá remeter um documento a esse encontro, irá juntar a documentação e a ata desta audiência pública para esse importante encontro que vai acontecer no mês de agosto.

O Sr. Amândio perguntou se nós temos legitimidade ou poder constitucional para irmos ao órgão em que está acontecendo o problema para fazer a investigação. A Assembléia Legislativa pode fazer fiscalização nos órgãos da esfera estadual; o caráter de diligência aos órgãos, somente através de CPI. A CPI tem o direito de requisitar, de ir lá e fazer as diligências.

No caso específico dos peritos, como se trata de uma questão envolvendo um órgão nacional, a nossa luta é pela instalação da CPI dos Peritos no Congresso Nacional. Mas nós, logicamente, não iremos nos furtar nunca de promover o debate e de fazer pressão em ocasiões como essa. Estamos junto com vocês e com essas entidades todas que vocês representam, estamos junto nessa luta, nas reivindicações dos movimentos, nas pressões que a sociedade tem que fazer sobre essa questão.

Não há dúvida de que esse movimento começa a ganhar corpo, e, mais cedo ou mais tarde, essa voz aflita de vocês vai ecoar. Tem que ecoar! Por isso a gente se engaja nessa luta, juntamente com todos os movimentos aqui representados, Amândio.

Com a palavra agora a Sra. Eliane Luzia Schmidt, para fazer suas manifestações.

A SRA. ELIANE LUZIA SCHMIDT - Vou tentar agrupar aqui a ordem dos problemas levantados por vocês, alguns se relacionando com a minha fala.

Quando falamos do Estado brasileiro e a forma como ele vem se estruturando no decorrer dos anos, podemos constatar que ele foi organizado e estruturado pelas elites. O que é o Estado brasileiro? É só o Executivo? Não. O Estado brasileiro é composto pelo Executivo, Legislativo e Judiciário. É importante que tenhamos a clareza disso para não responsabilizarmos o Presidente da República por toda a legislação, por todas as mazelas que se acumulam durante esses 500 anos do Brasil. Considero que isso é uma cegueira política sem tamanho!

Então, o Estado brasileiro é composto pelo Legislativo, Executivo e Judiciário. São três Poderes que comandam essa Nação, e esses três Poderes, historicamente, são estruturados pelas elites. Basta nós olharmos a composição do Congresso Nacional e vemos quem tem maioria. Basta nós olharmos a composição desta Assembléia Legislativa e vemos quem tem maioria, não é, Deputado?

Portanto, olhando para a sociedade, nós vamos enxergar quem tem maioria e quem é a maioria excluída. Por isso temos que ter clareza de onde estamos e que tipo de luta estamos travando.

A Previdência Social, como instituição, como parte do Estado brasileiro no Poder Executivo, é o espelho dos conflitos que estão na sociedade. Nós não vamos fugir dessa realidade nunca. Na sociedade em geral tem fraude, tem corrupção? Tem. Na Previdência também tem. Então, a Previdência não é diferente da sociedade, ela é exatamente o reflexo dos conflitos que existem na sociedade, e isso é um grande problema para nós que somos funcionários e que temos um compromisso social e para a maioria dos trabalhadores, sim.

A legislação brasileira, na área de previdência, sofreu uma grande reestruturação com a Constituição de 88, e muitos de nós aqui lutamos para vê-la promulgada. Mas essa Constituição tem vários furos, várias falhas, e a legislação que decorre dessa Constituição também tem vários furos e várias falhas. Então, é importante que a gente não tenha a ilusão de que os problemas irão se resolver porque temos na Presidência da República um trabalhador da iniciativa privada. A resolução dos problemas vai depender da nossa capacidade de organização, de luta e de mobilização para mudar aquilo que veio sendo construído no decorrer dos anos. Eu não conheço outra forma de fazer isso.

O Lula foi eleito dentro das regras que estavam estabelecidas no jogo democrático neste país e que as elites vem tentando derrubar nesse último momento de forma muito clara e evidente. É bom que se tenha isso também muito claro.

Voltando à Previdência Social, temos o problema da CAT, ao qual vários de vocês se referiram. A legislação brasileira é clara com relação à CAT. Quem tem que preencher a CAT é ou a empresa, ou o sindicato, ou o Ministério do Trabalho, ou o médico assistente, ou o próprio trabalhador, e de próprio punho. A CAT é um documento que o INSS está obrigado a aceitar. Não tem como discriminar isso. Se isso continua acontecendo em Blumenau, Amândio... Não é a realidade aqui em Florianópolis. Aqui, chegou uma CAT, o médico-perito vai aceitar, vai ser dado entrada, a empresa vai dizer para nós se ela considera que não tem nexos causal e nós vamos fazer a devida averiguação disso através do nexo técnico.

Acho que isso resolve uma série de problemas, e não tem porque o INSS negar isso. Se vocês afirmam que em Blumenau continua... Eu cobrei da gerente de lá, e ela me disse que não. Então, eu vou cobrar de novo, porque se isso continua... Não é para continuar. A legislação é clara com relação a isso, é clara com relação à CAT. É oficialmente sabido neste país que existe uma subnotificação de CAT por parte das empresas.

A nossa amiga Marli cobrou mudanças, e o nosso Governo está propondo a implantação do fator acidentário-previdenciário, que é um enquadramento automático do trabalhador independentemente de CAT, depende de qual origem ele tem na produção. Então, se nós temos no *telemarketing*, por exemplo, pessoas com problema de voz, com problemas articulares, é automático, porque é sabido que nessa área esse tipo de problema ocorre. Caberá à empresa provar que não é. Então, essa é uma inversão importante e fundamental nessa questão do enquadramento dos trabalhadores.

Vocês têm acompanhado alguns debates nessa área, sabem que não é fácil implantar o fator acidentário-previdenciário. Volto a dizer: não é porque o Lula foi eleito Presidente que tudo é mágico. As instituições continuam, a legislação continua, as nossas obrigações continuam. Se eu descumprir a legislação, vou responder por isso; se o Dr. Alfredo descumprir a legislação, ele vai responder por isso. Então, nós temos que cumprir isso. Agora, é possível mudar a legislação? É. Então temos que mudar quem faz a legislação também. Que a faça com outro olhar e voltada para as demandas da atualidade.

Então, não cabe ao INSS refugar nenhum tipo de CAT. É fundamental que a gente tenha isso claro.

Com relação ao que disse esse médico, que estava mandando o trabalhador para o serviço porque a Previdência tem um rombo, eu acho lamentável, porque o setor que cuida do custeio da arrecadação da Previdência Social não é a perícia médica. Os médicos peritos não estão aptos para avaliar o rombo da Previdência Social. Tem outro setor que cuida disso, e se o médico-perito (e o Dr. Alfredo há de concordar comigo) diz que está mandando a pessoa trabalhar não porque ela está apta ao trabalho, mas sim por causa do rombo da Previdência, ele está cometendo uma imperícia, certo? Ele está sendo imperito, não está sendo um perito, porque não lhe compete avaliar.

O Deputado me perguntou antes se existia alguma limitação financeira para o médico conceder benefício. Não existe. Nenhum médico chega para ele e diz: "Olha, de "x" perícias que tu fazes por mês, tu só podes conceder 80%, ou 50%. Não, ele pode conceder todas, ou pode negar todas. Qual o critério para ele avaliar? É a aptidão para o trabalho que a pessoa realiza. Não existe nenhuma limitação, não existe nada previsto em nenhuma lei brasileira. E eu espero que nunca exista esse tipo de limitação.

Então, é o critério do médico, é o juízo do médico, é o conhecimento do médico com relação à doença e ao trabalho que a pessoa realiza. Isso é que vai balizar a decisão dele. Não tem nenhuma interferência financeira, não tem nenhuma limitação. Tanto que no último período, vocês acompanharam pela imprensa, de 1999 até agora, nós pagávamos 1 bilhão de reais por auxílio-doença, e estamos pagando 9 bilhões neste ano. Cresceu bastante.

Portanto, não tem nenhuma limitação que seja imposta dessa ordem para o médico-perito. Se o médico fez isso, cabe uma queixa desse procedimento, sim, para que a gente evite que ele fale de uma questão que não lhe compete falar. Ele usou isso como desculpa para não assumir o motivo da alta, que eu espero que tenha sido ele considerar a pessoa perfeitamente apta para o trabalho. É esse o julgamento que o médico tem que fazer. É isso que lhe cabe, é isso que lhe compete. Não lhe compete avaliar o rombo da Previdência. É lamentável, e eu espero que esse tipo de comportamento seja denunciado para que a gente possa apurar e coibir esse tipo de prática, porque ela não é compatível com o papel do médico-perito. Quero deixar isso muito claro.

A questão do protocolo, que o Amândio falou aqui, eu considero um passo fundamental. Como em geral o setor público é loteado, um pedaço fica para cada um, é muito difícil a gente interligar as políticas públicas. Mas vejo que na área de saúde ocupacional, nessa área de saúde e de medicina do trabalho, a Previdência não tem como fugir de incorporar aquilo que já tem de experiência, de conhecimento, de formulação acumulada no setor de saúde. É inviável nós continuarmos a fazer perícia médica se não conseguirmos dialogar com aquilo que já está acumulado nos Centros de Referência. E fizemos um convênio com o Centro de Referência de Saúde do Trabalhador na Secretaria Estadual de Saúde exatamente para avançar nesse sentido.

Nós temos tido boas discussões. O Roberto Ruiz falou da experiência que a gente teve na semana passada com relação a isso, que foi bastante produtiva tanto para os médicos do SUS como para os nossos médicos-peritos.

Eu tenho me empenhado pessoalmente na construção desse trabalho porque o considero vital para que a gente avance na solução de conflitos. O conflito estabelecido não é bom nem para a Previdência Social nem para o segurado. Então, a gente tem que caminhar no sentido de ter boa vontade de resolvê-lo.

Essa é uma perspectiva de mudança importante que a gente vem construindo. Também estamos tentando com Brasília fazer isso em nível nacional para que se possa ter coerência nas ações, nas políticas públicas na área de saúde e previdência, que, ademais, fazem parte da seguridade social, que ainda está como um capítulo específico da nossa Constituição, o qual considero um dos mais importantes que tem lá.

Com relação ao que foi falado anteriormente sobre as mudanças, acho que já respondi. Então, não se muda a legislação previdenciária, que tem 82 anos de existência, da noite para o dia, nem se muda pela vontade de a, b ou c. Qualquer projeto do Executivo que vá para o Congresso Nacional, e tem havido vários na área da Previdência, é alterado, sofre uma série de modificações compatíveis com a correlação de forças que existe no Congresso Nacional, o que é de profundo conhecimento de todos vocês aqui. Creio que eu não preciso relatar como funciona o nosso Congresso Nacional nem como funciona o nosso Poder Judiciário, que tem um poder efetivo de definir as questões quando os conflitos não se resolvem entre o Executivo e o Legislativo.

O Luiz levantou uma questão da maior importância, e eu não tenho como responder, porque nesse período de conflito entre a opinião do médico-perito e a opinião do médico-assistente ou do médico da empresa, o trabalhador fica desprotegido. A nossa legislação não protege o trabalhador nesse período. Considero esse um conflito importantíssimo, e vejo que para solucioná-lo vai ser preciso muita organização, muita pressão dos trabalhadores no sentido de que seja mudado isso que está previsto na legislação; agora, mudando também (e acho que foi a Marli que colocou isso aqui) no sentido de penalizar as empresas, porque as empresas hoje não sofrem penalidade com relação ao adoecimento dos trabalhadores. Na realidade, as empresas usam a mão-de-obra e, quando essa mão-de-obra adocece, elas a dispensam, mandam embora, e cabe ao Estado se virar e pagar o ônus desse adoecimento que foi promovido por elas.

Também tem uma proposta de mudança da alíquota, do seguro-acidente de trabalho, no sentido de que sejam penalizadas as empresas cujos trabalhadores mais adoecem, porque incide sobre o setor produtivo. Então, tanto faz ter prevenção ou não, a empresa é cobrada no mesmo sentido, e tenho certeza de que a implantação dessa mudança vai trazer grandes benefícios para o trabalhador.

Agora, volto a dizer: a Previdência tem o papel de atuar na consequência daquilo que não é feito em termos de prevenção antes de o trabalhador precisar da nossa perícia médica. Então, esse é o papel que nos cabe.

Nós temos feito um trabalho, como o Ênio citou, no sentido de mostrar para toda a sociedade a importância de nós termos prevenção para que o trabalhador não adoça; temos feito um trabalho para que a nossa Previdência seja a ideal, seja a previdência dos sonhos de todos nós, que é a previdência que vai aposentar as pessoas quando elas já tiverem o seu tempo de serviço ou idade para se aposentar. Ou vai pagar o salário-maternidade. Ou a pensão por morte, porque dessa eventualidade ninguém foge. Mas a doença ocupacional é "prevenível", é possível ter prevenção.

Então, a previdência dos sonhos é aquela que paga aposentadoria, que paga o salário-maternidade, e, no limite, ela vai pagar a pensão por morte. Esses auxílios penalizam o trabalhador que sai precocemente do mercado de trabalho sem condições de reinserção. Portanto, acho que a gente tem que conseguir avançar nesse sentido. E o trabalho que o Ênio citou, que vem sendo feito pela gente, eu considero que é um trabalho de pelo menos fazer chegar a todas as instituições e à sociedade as informações em cima das quais nós trabalhamos.

Eu queria deixar aqui de público, tanto para o Deputado Paulo Eccel quanto para a Fetiesc, a nossa disposição de fazer uma apresentação completa, não é, Ênio? Nós temos agenda ainda, e temos rodado o Estado inteiro com essa apresentação sobre qual é a orientação, o que está em vigor, como funciona, como faz, para que os trabalhadores se apropriem disso sabendo que é em cima disso que nós vamos trabalhar. E para a própria Assembléia também, se achar necessário, ter noção de onde a gente trabalha, que instrumentos a gente usa, que tipo de perspectiva a gente tem adotado para esse trabalho na área de saúde ocupacional, que tem sido um trabalho muito gratificante, muito interessante e que a gente tem difundido aí pelo Estado, porque Santa Catarina quer ser referência nessa área de prevenção, na área de saúde ocupacional.

Acho que nós temos possibilidade de fazer isso, porque temos os trabalhadores organizados, temos instituições importantes atuando nesta área. A gente espera contar com vocês também. Sei que aqui não tem só a Fetiesc, tem outras entidades, mas se vocês quiserem organizar regionalmente, Amândio, se o pessoal de Blumenau quiser organizar os trabalhadores, as entidades, enfim, para que apresentemos a forma como temos trabalhado, nós vamos nos agendar e vamos lá discutir e mostrar até aonde podemos ir, quais são os nossos limites, enfim, até aonde vai a Previdência e onde começa o papel das outras instituições que também estão envolvidas nessa questão da saúde ocupacional.

Com relação à mudança na estrutura da Previdência, várias questões vêm sendo mudadas, alteradas. Até chegar na ponta, até o trabalhador sentir, demora; mas essas duas questões que eu falei para vocês, a mudança da incidência do seguro-acidente e a criação do fator acidentário-previdenciário, só para citar essas duas que eu considero bastante importantes, vão ter um reflexo positivo para a vida do trabalhador, embora tenha uma chiadeira generalizada das empresas nessa área.

Nós já temos recebido uma série de reclamações com relação a esse trabalho, mas consideramos que ele tem que ser feito e tem que ser implantado.

Com relação à contratação dos médicos-peritos, na Previdência eles sempre foram contratados por concurso público para trabalharem com uma carga horária de quatro horas. Depois foi feito concurso para eles trabalharem quatro ou oito horas. O último concurso visou já a não se ter esse tipo de problema de um médico-perito trabalhar na Previdência e em uma empresa privada; os médicos concursados são todos para uma carga horária de oito horas. Isso já tem por objetivo coibir que eles trabalhem na empresa.

Vejo que esse é um problema que se apresenta para a Previdência, sim, mas a legislação não proíbe que um médico trabalhe em uma empresa e trabalhe no INSS. O que vale é o Código de Ética Médico, que deveria ser respeitado por todos. Se os médicos estão ou não respeitando, quem pode julgar isso é o Conselho Regional de Medicina. Ele é quem pode avaliar a partir das denúncias que vocês trouxerem. Não me compete aqui fazer esse julgamento porque não sou eu nem o INSS que temos o poder de fazer isso. Mas sempre que esses conflitos aparecerem, vocês têm que denunciar ao Conselho Regional de Medicina para que seja avaliada esse tipo de situação.

Eu considero isso um problema para a Previdência Social. Há muitas queixas nessa área, e eu não posso simplesmente falar "Olha, eu vou demitir um médico-perito porque ele trabalha numa empresa" porque eu não tenho o menor amparo legal para fazer isso, certo?

A legislação foi feita dessa forma. O último concurso, feito este ano, é que tem esse critério de oito horas para evitar que ele trabalhe numa empresa privada e se crie esse conflito de interesses, que é evidente, e vocês se dão conta disso todos os dias.

Com relação ao nexos técnico, considero que nós temos falhado muito nessa área. Mas ainda com relação aos médicos-peritos, vou repetir o que disse na minha fala inicial: até a semana passada nós tínhamos mais médicos credenciados, ou seja, terceirizados, do que médicos concursados. É feito um edital, os médicos credenciados apresentam os seus currículos e são escolhidos os que tiverem melhor currículo para prestar um serviço terceirizado à Previdência Social. Para Santa Catarina hoje, nesse concurso, nós vamos receber mais de cem médicos-peritos em todas as gerências executivas.

Também houve concurso para servidores administrativos em menor número, e na realidade não supre a necessidade que temos de servidores na área administrativa. O Ministro tem noção disso, porque quando o Presidente Lula assumiu, existia um quadro de terceirização também nos servidores administrativos, que é ilegal.

Esse é o segundo concurso; deve sair mais outro ainda este ano, ainda assim ele não supre a saída dos terceirizados simultaneamente à saída dos servidores que têm se aposentado com o passar do tempo, porque nós ficamos dezoito anos sem concurso e tem sido bastante difícil fazer a reposição desses dezoito anos em apenas dois.

Então, isso tem se revelado impossível de fazer efetivamente, porque a Lei de Responsabilidade Fiscal está aí e a oposição está aí a dizer que o Governo Lula tem contratado exageradamente trabalhadores, o que não é verdade; não tem nem suprido a necessidade. Mas a oposição está aí falando o tempo todo que o Governo gasta mal porque contrata novos servidores. É preciso, então, que a gente tenha isso muito claro.

Com relação ao nexos técnico, que eu estava falando, considero que essa é uma área em que nós temos tido bastante dificuldade e deixado muito a desejar por conta do nosso funcionamento interno. Então, a estrutura hoje das nossas agências faz com que o trabalhador demore muito tempo para fazer a perícia, que o conflito do nexos causal apareça muito tarde e que, pela dificuldade que nós temos de ter médicos peritos para dar conta da nossa demanda... Temos uma agenda hoje... Em alguns lugares nós estamos esperando três meses para fazer a perícia inicial, o que é uma loucura! É um absurdo sem tamanho a pessoa ficar afastada do trabalho e demorar três meses para fazer uma perícia, quando muitas vezes ela tem um problema pequeno e por isso se desespera, porque já pode voltar ao trabalho, a empresa está precisando dela, mas ela não retorna porque nós ainda não demos a alta de que ela precisa para voltar ao trabalho. Isso é um absurdo!

Então, nós priorizamos fazer as perícias na agência, e o nexos acaba ficando para quando dá tempo de fazer. E o que costuma ocorrer quando a gente vai fazê-lo? Primeiro, que a empresa em geral se prepara para receber o profissional; segundo, quando o profissional vai para diversos locais, aquele posto de trabalho já não existe mais, ou não tem mais aquele formato, não tem mais aquela condição. Isso impossibilita, praticamente, que o médico realize um nexos técnico confiável, um nexos técnico que seja compatível com a realidade que ele viu lá atrás, por absoluta falta de informações compatíveis.

Os sindicatos todos têm o dever e a delegação de acompanhar esses nexos técnicos, e não cabe aos nossos médicos-peritos recusarem a participação do sindicato - eu recebi denúncia de que alguns se recusam. Eles não podem se recusar a levar tanto o representante da empresa quanto o representante dos trabalhadores para realizar esse nexos técnico. Mas eu reconheço, de público, que nós temos tido muita dificuldade em realizar esse nexos.

Com relação ao julgamento que o profissional médico faz da situação, eu quero dizer que ele é um profissional contratado e com a competência para fazer. Na medida em que os problemas vêm aparecendo, a gente vai ter que se debruçar melhor sobre eles. Mas eu não vou entrar no mérito do julgamento que o médico faz com relação à doença que a pessoa apresenta. Eu não sei se o Dr. Alfredo vai querer falar sobre isso, mas eu não sou médica e não tenho competência técnica para dizer "Olha, nesse caso ele tinha uma tenossinovite e não tinha B, nesse caso ele tinha isso e não tinha aquilo", porque isso é exclusivamente responsabilidade médica.

Com relação aos nossos médicos-peritos, considero que podemos fazer um processo de qualificação para que eles estejam informados e atualizados nos seus conhecimentos para fazer um julgamento condizente da doença que o paciente apresenta. E também não posso ignorar que as situações que vocês apresentam têm que, no mínimo, fazer a gente pensar. Embora eu não seja médica, como representante da instituição eu tenho que pensar sobre o que acontece, por que tem tanta dificuldade em acertar o diagnóstico ou aceitar esse diagnóstico que vem do médico-assistente.

O nosso convênio com o Cerest é no sentido de a gente tentar caminhar para resolver essa dificuldade que nós temos na identificação do diagnóstico.

Não sei se eu deixei alguma pergunta sem resposta. Eu tentei...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Eccel) - A briga dos médicos e dos peritos em Brusque.

A SRA. ELIANE LUZIA SCHMIDT - Com relação à agressão aos médicos-peritos em Brusque, eu fiquei sabendo, e compete à Marilu, que é a nossa gerente regional, tomar as providências. Eu não sei se ela solicitou a abertura de inquérito ou não porque ela não me informou. Eu posso verificar isso com ela e dizer para vocês o que aconteceu, por que aconteceu e que providências deverão ser adotadas.

Agora, volto a dizer: sempre que houver problemas, orientem os trabalhadores a procurar a chefia da agência. Se a chefia da agência se considerar incompetente para resolver, tem as gerências regionais, que estão aptas a resolver o problema. Se lá não resolver, vocês podem recorrer à Superintendência que a gente encaminha a resolução desses conflitos dentro daquilo que está na nossa alçada, dentro daquilo que está no nosso poder.

Vocês sabem que quando a queixa é apresentada, eu sempre tenho que ouvir o outro lado, e como instituição pública, nós temos que fazer um julgamento de acordo com as informações que temos. O Paulo Eccel é advogado e sabe disso, nós não podemos julgar nem condenar ninguém sem dar amplo direito de defesa, sem dar amplas condições para que os fatos sejam evidenciados, sejam esclarecidos, sejam apresentadas as provas, as contraprovas e assim por diante, até que a gente chegue a uma solução. Nem sempre essa solução é a que esperamos; isso ocorre em qualquer área da nossa vida e ocorre também na Previdência Social.

Então, quanto a isso eu não tenho controle de como essas questões vão evoluir. De qualquer forma, sempre que aparece uma queixa, nós vamos ouvir o outro lado e vamos montar o processo administrativo compatível para que os fatos sejam apurados e seja visto se cabe punição ou não, qual o tipo de procedimento que cabe.

Eu considero que o papel dos sindicatos é fundamental na orientação aos trabalhadores, no esclarecimento, na pressão para que aconteçam mudanças naquelas áreas em que existem falhas, problemas, furos. A gente identifica bastantes desses furos no nosso dia-a-dia e vê que precisa ser aperfeiçoada muito ainda a legislação previdenciária brasileira para que ela seja compatível com o que a sociedade exige hoje.

Então, seria praticamente isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Eccel) - Eliane, eu agradeço a sua manifestação.

Pelo que se percebeu, e está muito claro para todos que estão aqui participando, essa é uma luta que tem que ser de todos: do órgão governamental e sociedade.

Em meados de 2003, nós realizamos em Brusque uma reunião com vários sindicatos no Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, da qual a Eliane participou também. Naquela ocasião, foram muitas as reclamações também do mau atendimento por parte dos peritos. Tínhamos convidado a gerente do INSS local, e, para nossa surpresa, ela falou que apesar de todas as denúncias que tinham sido feitas naquela reunião, oficialmente nenhum caso tinha sido denunciado ao INSS. Então, para a gerente do INSS local não havia reclamação nenhuma. Nenhum trabalhador oficializou a reclamação.

Assim, o encaminhamento dado naquele momento foi que os trabalhadores vítimas de mau atendimento na agência do INSS procurassem seu sindicato que ele os orientaria a formalizar a denúncia. Todos nós sabemos que para haver o encaminhamento de uma punição é necessário que haja provocação, que haja oficialização daquela denúncia.

Então, é importante também que cada entidade aqui presente se organize nessa questão. A Eliane deu o telefone da Ouvidoria, e é importante que a gente vá entulhando esse telefone com denúncias, com reclamações. É um movimento de pressão que a sociedade tem que fazer.

A SRA. ELIANE LUZIA SCHMIDT - Paulo, eu só queria fazer uma proposta para a Assembléia.

As questões da Previdência são muito mais amplas do que a perícia médica, e aqui foram colocadas várias questões bem genéricas que a gente tem possibilidade de demonstrar para vocês, até para vocês terem conhecimento, se situarem sobre como a Previdência funciona, quantos benefícios ela concede. Alguém falou aqui que eles sempre são negados. Não é verdade! A maioria dos benefícios que são solicitados é concedida.

Então, eu tenho os números, os dados, enfim, todas as questões, e posso passar para vocês para que, ao fazerem a crítica, façam-na com propriedade, com conhecimento. Que não joguem fora, como a gente diz, a água com a criança junto. Critiquem o que tem de ruim, mas reconheçam o que a Previdência tem de fundamental para a sociedade brasileira. Porque se os trabalhadores dizem que a Previdência não presta, as elites vão deitar e rolar. Vão dizer "Então, a gente já sabe o que fazer: deixa conosco que a gente privatiza rapidinho e resolve o problema."

Portanto, acho que temos que ter muito cuidado com a forma como tratamos essa questão. E estou à disposição para apresentar aqui ou em qualquer outro local essas informações, esses outros dados sobre o total da Previdência Social.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Eccel) - Com certeza. E vejo que esse é um outro encaminhamento concreto desta audiência pública.

No dia 13 de julho vai ser realizada uma audiência pública em Blumenau, e talvez já seja uma oportunidade, Amândio, para socializar com os trabalhadores de lá essa questão. E é uma sugestão para cada um dos municípios aqui representados.

Gostaria de registrar a presença da Tânia Slongo, que representa a Deputada Federal Luci Choinaki, e do Deputado Dionei Walter da Silva, que estava participando da reunião da Comissão de Finanças e Tributação e chega a esta audiência neste momento trazendo mais uma denúncia da APLER de Jaraguá do Sul.

Registro ainda, com satisfação, a presença de alunos de Brusque, minha cidade, acompanhados da professora Juliana, que comumente visita a Assembléia Legislativa, certamente numa importante aula de cidadania às nossas crianças.

Obrigado pela presença e parabéns pela iniciativa!

Com a palavra o Deputado Dionei Walter da Silva.

O SR. DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA - Gostaria de cumprimentar o Deputado Paulo Eccel e os demais presentes.

Sou membro da Comissão de Saúde, e o Sabino havia conversado conosco para fazer esta audiência, mas, infelizmente, como Relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias, tive que participar de uma reunião no mesmo horário.

Talvez o que eu vá falar muitos já tenham falado, mas, para resumir, tenho aqui uma denúncia da Associação dos Portadores de Doenças Profissionais de Jaraguá do Sul e região ao Ministério Público Federal do referido município. Gostaria de lê-la na íntegra, mas o tempo é pouco, por isso peço que a taquígrafia faça a transcrição na íntegra do documento quando da confecção da ata, pedindo, desde já, que seja entregue cópia à Superintendente do INSS, para que tome as devidas providências.

A denúncia é contra o INSS, e os abaixo-assinados acusam os peritos contratados, todos eles com trabalho no INSS ou em uma ou mais empresas da cidade. Há alguns depoimentos de mau atendimento; também acusam o perito concursado do INSS de comparecer frequentemente embriagado ao serviço; relatam que o perito de uma indústria e contratado do INSS deu auxílio-doença para uma pessoa e algum tempo depois outro perito, no reexame, deu alta e assinou para que ela fosse demitida. Essa pessoa está até hoje sem emprego, inclusive pela sua condição física.

Enfim, são várias as acusações, e, pelo tempo, não vou lê-las, mas peço que o documento seja transcrito na íntegra e que uma cópia, como disse, seja entregue à Superintendente do INSS, para que ela tome as devidas providências.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Eccel) - Pois não, Deputado. Vamos solicitar à Coordenadoria de Taquígrafia das Comissões que transcreva na íntegra esse documento. Posteriormente, enviaremos uma cópia à Superintendente do INSS, Eliane Schmidt.

"EXMO. SR. DR. REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL NO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

ASSOCIAÇÃO DOS PORTADORES DE DOENÇAS PROFISSIONAIS DE JARAGUÁ DO SUL E REGIÃO, entidade de direito privado, com sede à Rua Frederico Bartel, 140 - CEP-89.251-500 (Anexo ao Sindicato dos Empregados no Comércio de Jaraguá do Sul), nesta cidade, através de sua Presidente, *infra assinada*, vem apresentar, através da presente, DENÚNCIA contra o INSS - **INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL** -, amparada nos argumentos a seguir relatados:

1. A entidade denunciante foi criada em 30-07-2003, com apoio dos Sindicatos dos Empregados no ramo do Comércio, no Vestuário, na Construção e do Mobiliário, Alimentação, Servidores Públicos, Borrachas, Papel, Papelão e Celulose, Químicos e Jornalistas, conforme Estatuto em apenso, fruto dos Reclamos também, por parte dos Trabalhadores da região, ao tratamento impingido pelo Instituto denunciado aos empregados vinculados às entidades de classe mencionadas, além de outras, notadamente no ramo metalúrgico, tendo em vista o crescente aumento das Lesões por Esforços Repetitivos (LER/DORT) nas empresas e indústrias da região sem que, no entanto, seja reconhecido por parte do órgão previdenciário o afastamento como doença profissional, nos precisos moldes delineados pela Lei 8.213/91 em seu artigo 118.

1.1. O inconformismo do Requerente e dos empregados lesionados cinge-se ao fato de que as indústrias, renitentemente, se recusam a cumprir o que dispõe o artigo 22 da Lei 8.213/91, no sentido de fornecer ao empregado lesionado a CAT (Comunicação de Acidente de Trabalho), documento este hábil e necessário à percepção, por parte do Instituto, do benefício na modalidade de doença profissional ou auxílio-acidente de trabalho, firmando, destarte, o nexo causal (lesão sofrida x esforços repetitivos x ambiente de trabalho).

1.2. Como fator agravante, o Instituto (representado pelos seus médicos peritos, tanto os efetivos como os contratados) não aceita a CAT (Comunicação de Acidente de Trabalho) quando emitida pelo próprio segurado ou por terceiros (entidade de classe que o representa ou ainda o próprio médico particular do empregado), descumprindo, formalmente, o disposto no § 2º do artigo 22 da Lei acima mencionada. Assim os médicos peritos, simplesmente, jogam o segurado para o benefício sob a modalidade auxílio-doença, que, consoante dispõe a legislação, subverte do empregado os seguintes direitos: a) o período de afastamento não é computado como tempo de contribuição ao Instituto; b) não gera direito à estabilidade de emprego acidental de até 12 meses após a alta médica (artigo 118 da Lei 8.213/91) e c) não são recolhidos os depósitos do FGTS (artigo 28 do Decreto 99.684/90, artigo 4º, parágrafo único da CLT e artigo 15, parágrafo 5.º da Lei 8.036/90).

1.3. Nos dias atuais, fruto dos inúmeros Reclamos, tanto da Associação, quanto dos próprios segurados prejudicados na mídia (jornais, rádio e televisão), alguns peritos, como exemplo a médica **DENISE MALLMANN VARNIER**, recebem a Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT) assinada por médicos particulares e, de posse da mesma, dirigem-se à empresa sem a presença do segurado - frise-se - e sem sequer adentrar ao parque fabril para verificar as condições laborativas/ergonômicas, além de não efetuarem exame clínico no segurado para, em seguida, firmarem laudo negativo oficial (INSS), negando o reconhecimento da doença profissional e, conseqüentemente, favorecendo a empresa relapsa, sepultando o direito deste, conforme acima alinhavado.

1.4. Com efeito, e considerando-se o volume de reclamações e de denúncias, que se avolumam diariamente na Associação, de pessoas lesadas em sua integridade física e moral pelos médicos do Instituto, o que avilta a dignidade do trabalhador (conforme relatos em anexo) e que a grande maioria das doenças são de caráter essencialmente ocupacional e adquiridas pelo empregado fruto da não-observância por parte das empresas de medidas protetivas e preventivas em matéria de medicina, segurança e higiene no trabalho, devidamente previstas nas Normas Regulamentadoras (NRS) do Ministério do Trabalho (questões ergonômicas, pausas na jornada de trabalho etc.), e esvaídas todas as tentativas junto ao Instituto para solucionar o problema (conforme cópias dos jornais em apenso), não restou outra alternativa em requerer a V.Sa. que adote as providências cabíveis à espécie.

2. Pelos relatos e informações obtidas no Instituto, a Associação pode apurar que o INSS local dispõe, atualmente, de 6 (seis) peritos, todos, ressalte-se, médicos do trabalho, sendo apenas um deles servidor público concursado; e os demais contratados, vinculados a praticamente TODAS as Empresas/Indústrias que compõem o pólo de atuação dessa Procuradoria, a saber:

1º **JOSÉ DE FARIAS LINS FILHO** (efetivo - Servidor Público). Referido médico também presta serviços de ordem particular para empresas da Região, dentre as quais Tomazelli, Lavanderia Eduardu's além de outras;

2º **LUIZ FERNANDO SABOIA PITA GONÇALVES** (contratado), exercendo múnus, igualmente, perante a Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul;

3º **DENISE MALLMANN VARNIER** (contratada), exercendo função de médica do grupo WEG S.A. e da Prefeitura do Município de Guarimirim;

4º **ERICO DE CASTRO ALVES JACOBSON** (contratado), cumulando função de médico na MALWEE S.A. e Prefeitura do Município de Jaraguá do Sul;

5º **DOUGLAS MAURICIO SPIES** (contratado) cumulando função de médico da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul e do Grupo WEG S.A.

6º **MÁRCIO RAMOS DE OLIVEIRA** (contratado), médico da Empresa DUAS RODAS, SEARA, METALÚRGICA WIEST, MENEGOTTI, entre outras.

2.1. Pela trivial análise das denúncias em apenso, corroboradas por informações de terceiros, constata-se, de plano, que recaem sobre aludidos médicos, denúncias gravíssimas e que, fatalmente, deverão ser objeto de apuração por parte desse Ministério Público, eis que envolve, além dos médicos acima arrolados, outros que compõem, em tese, a malha pericial do Instituto, além de funcionários graduados de algumas empresas envolvidas, e, inclusive, de perito que reiteradamente tem sido constituído pelos Magistrados da Justiça do Trabalho, não só deste Município, mas de outras Varas sob abrangência do TRT da 12ª Região.

2.1.1. A *sociedade secreta*, como assim poderíamos chamar, tem, no final da trilha, e para apontar o seu 'endosso' às perícias médicas efetuadas pelos médicos peritos de Jaraguá do Sul, o perito do INSS **VALTER ALVES JÚNIOR**, servidor efetivo e responsável pelo setor de reabilitação profissional do Instituto, para onde são encaminhados os pacientes para *reabilitação*, ou seja, os casos 'terminais' de segurados com vários meses de encosto previdenciário, e dos quais inexiste, por incrível que pareça, expectativa alguma de reabilitação.

2.1.2. Ditoss segurados, ao chegar para a *reabilitação*, sob a batuta e chancela do médico acima mencionado, são invariavelmente humilhados e tratados com descaso, ofendendo-os na sua honra e dignidade pessoal, conforme relatos em apenso (Caderno 05, da lavra da segurada Ângela Cervini Klitzke).

2.1.3. Após desferir leviana e gratuitamente as ofensas morais, este simplesmente determina o retorno do empregado à empresa, que, por óbvio e não estando este agasalhado pelo manto da estabilidade, simplesmente é demitido sem justa causa, engrossando a fila dos desvalidos, sem perspectiva alguma de novo emprego face à incapacidade laboral acometida.

2.2. Todas as portas ao recebimento do benefício previdenciário sob a modalidade de doença profissional foram arquitetadas e minuciosamente fechadas aos hipossuficientes em detrimento da produção e do capital.

2.3. A título de exemplo, e conforme provas acostadas à presente (Caderno 01), verifica-se que **MÁRCIO RAMOS DE OLIVEIRA** exercia, concomitantemente, sua atividade profissional como médico da empresa SEARA S.A. e ainda médico perito do INSS (o que é vedado pela Lei e pelo Código de Ética da Profissão), tendo atendido a paciente e empregada **IVANILDA DO PRADO**, e foi afastada por auxílio-doença *sic* pelo Instituto, sob a anuência do aludido Senhor.

2.3.1. Referida empregada obteve alta médica do INSS (inobstante apresentar dores terríveis fruto de doença profissional), e logo após, precisamente em 24-04-2000, foi sumariamente demitida pela empresa (sem justa causa).

2.3.2. Assim, em 25-06-2001, ingressou com ação trabalhista, eis que não conseguira novo emprego até aquela data, fruto das lesões e sequelas acometidas, tendo sido designado pelo Juízo para avaliação do nexo causal o **DR. CARLOS ANTONIO LINO**, com endereço profissional à Rua Pedro C. Barcelos n.º 1.032/302, em Porto Alegre (RS).

2.3.3. Aludido médico (de confiança do Juízo), não se declarou suspeito por ocasião da sua indicação, não só em relação ao processo em que foi designado mas em mais de uma centena deles, não só na Vara especializada neste Município, mas em quase todas sob abrangência do TRT da 12ª Região.

2.3.4. O *expert* acima mencionado elaborou laudo (anexo ao Caderno 01 - em apenso), cuja conclusão foi pela inexistência de doença profissional, inobstante os exames clínicos, de médicos particulares, diagnosticarem o contrário.

2.3.5. A Reclamante, **SRª IVANILDA DO PRADO**, tomou ciência posteriormente e após a Ação ter sido julgada improcedente de que o *expert*, mencionado no item 2.3.2. retro, vinha realizando serviços de natureza **PARTICULAR** para a Empresa **SEARA ALIMENTOS S.A.**, NÃO TENDO MENCIONADO AO Juízo TAL PORMENOR, TAMPOUCO SE DECLARADO SUSPEITO DE ATUAR DO PROCESSO.

2.3.6. Não bastasse a gravidade acima mencionada, o fato foi bisado pelo perito em inúmeras outras ações em trâmite na Justiça do Trabalho de Jaraguá do Sul, a exemplo dos Processos n.ºs AT-925/00; AT-200/01 e AT-691/00 (cópias apenas ao Caderno 01), já mencionados, tendo a mesma empresa no pólo passivo da demanda.

3. Da mesma forma, a médica pericial do Instituto, **DENISE MALLMANN VARNIER**, é também médica do trabalho do grupo **WEG S.A.**, conforme se infere pelos documentos em apenso (Caderno 02), obtidos no Processo AT-00025/2003, em trâmite na Vara da Justiça do Trabalho de Jaraguá do Sul, tendo como Reclamante **ZILDO DOS SANTOS**, em apenso, agindo em hipotética associação com **MÁRCIO RAMOS DE OLIVEIRA**, acima relatado, bem como nos Autos da Ação Trabalhista n.º AT-1807/03, tendo como Reclamante **ROSIRIS VIEIRA**, onde a mesma médica operou como médica do Instituto e médica da empresa onde labora.

3.1. Não bastasse a agrura dos segurados e Reclamantes acima mencionadas, o perito médico da Justiça do Trabalho **CARLOS ANTONIO LINO** também presta assessoria ao **GRUPO WEG**, elaborando para o portentoso grupo industrial laudos coletivos, a exemplo do Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP) datado de 06-05-2004 e Levantamento de Riscos Ambientais (apensos ao Caderno 02), recebendo numerário por tanto. Inobstante isso, não se dá por suspeito ou impedido para execução das perícias judiciais, *ad argumentandum*, além do processo acima relatado, a Ação nº AT-128/2002, tendo como Reclamante **ANDRÉ RICARDO BAURLE**, e AT-559/01, tendo como Reclamante **OSNI KRUTSZCH**, cópias igualmente em apenso (Caderno 02), cujos laudos, obviamente, restaram negativos para os Autores da demanda, frustrando seus direitos.

4. De outra sorte, o **SR. ÉRICO CASTRO A. JACOBSON** também cumula funções de médico do trabalho da **MALWEE MALHAS LTDA.** e médico perito do INSS. Assim, a exemplo dos outros médicos acima relatados, trabalha nos dois pólos, em verdadeiro acinte à ética médica. A título ilustrativo, junta-se à presente (Caderno 03), documentação obtida junto ao INSS, através de requerimento, do processo da seguradora **MARINES SPERFELD SEBOLD**, onde o mesmo emitiu, pasme MM Procuradoria, 3 (três) laudos, sendo 02 (dois) pelo Instituto e um pela Empresa, ambos como perito, negando a lesão por esforço repetitivo, inobstante haver 2 (duas) Comunicações de Acidente de Trabalho (CAT), assinadas por 2 (dois) médicos especialistas. Ressalte-se ainda que a **SR.ª DENISE MALLMANN VARNIER** emitiu no mesmo processo perícia negativa, assentindo com a decisão objurgada.

4.1. Para corroborar a suspeição do médico vaticinado, o mesmo ainda emitiu, atuando pela empresa **MALWEE MALHAS**, em 16-11-2001, justificativa pela não-emissão de CAT (Comunicação de Acidente de Trabalho) ao INSS em relação à seguradora **ROSANE INÉS KREUTZFELDT** (cópia em apenso - Caderno 03). O INSS, através do médico perito de Joinville **SR. VALTER ALVES JUNIOR**, acima mencionado, inobstante o estado de perícia e invalidez da hipossuficiente, não concedeu o benefício à seguradora, na modalidade pretendida, devolvendo-a a outras funções, com certa redução da capacidade laborativa.

4.2. A Empresa expandida já foi representada junto ao Ministério Público do Trabalho, a pedido da própria Associação denunciante, tendo sido instaurado pela Procuradoria Regional o Procedimento Investigatório nº 599/03, ainda em trâmite, pelo não-reconhecimento da LER/DORT como doença profissional por parte de seu Departamento Médico e não emissão de CAT (Comunicação de Acidente de Trabalho).

4.2.1. Contra a empresa em tela avolumam-se na Justiça do Trabalho mais de 30 (trinta) ações, a grande maioria por doença ocupacional, sendo que cerca de 5 (cinco), cujas perícias judiciais já foram realizadas por outros médicos nomeados pelo Juízo em Jaraguá do Sul, deram pela invalidez parcial ou total de seus ex-empregados, alguns, ressalte-se, com apenas 21 anos de idade, fruto de esforços repetitivos e exigências de serviços acima da capacidade física de cada funcionário, a exemplo:

Reclamante	Processo Número
Márcia Bender	211/01 e 1.259/02
Ilete Bloedorn Krüger	1.268/03 e 881/04
Adriana Gambeta	1.433/03 e 1.430/03
Juliana T. Macoppi	1.394/03
Julia Graciela da Silva	1.700/03 e 1.775/03

4.3. Não bastasse o calvário dos empregados lesionados da Empresa expandida, e que tiveram que aportar no Judiciário buscando a tutela jurisdicional para ver o reconhecimento de seu direito, ainda souberam que o perito judicial, até pouco tempo designado pela Justiça do Trabalho como perito Oficial do Juízo, **DR. CARLOS ANTONIO LINO**, passou a ser perito assistente da Empresa em processos trabalhistas, quando da realização das perícias judiciais determinadas pelo Juízo. Tudo conforme documentação em apenso (Caderno 03). E não é só, o mesmo já vinha realizando perícias há anos em seu parque fabril, perícias estas de cunho particular, recebendo numerário para tanto, exercendo o múnus, sem comunicar a parte ou ao Juiz o seu impedimento ou suspeição, à revelia do que estatui o artigo 138, III, do CPC.

5. Assoma-se ainda que o mesmo médico, **DR. CARLOS ANTONIO LINO**, prestou serviços de natureza particular para a empresa **MARISOL S.A.**, conforme se infere pelo Laudo Pericial em apenso (Caderno 04), e, paralelamente, exerceu função como perito do Juízo em ações trabalhistas movidas por ex-empregados da empresa, a exemplo os Processos 908/98 e 358/01, tendo como Reclamantes **ROSIMIR WISCHRAL** e **VALÉRIA SALETE GOLINSKI**, respectivamente, consoante documentos em anexo (Caderno 04).

6. As acusações não param por aí!

7. O perito do INSS **JOSÉ DE FARIAS LINS FILHO** comparece habitualmente em seu local de trabalho visivelmente embriagado, condição esta em que atende os pacientes, não havendo, minimamente, condições para que este exerça, no órgão público, o múnus para o qual foi contratado, consoante declaração anexa ao Caderno 05.

7.1. Ainda, pela trivial análise das Declarações, em anexo, firmadas por inúmeros segurados (Caderno 05), constata-se o verdadeiro drama e trauma de trabalhadores que se encontram física e psicologicamente abalados, quase todos em estado depressivo e em tratamento psiquiátrico, dados os achincalhes que lhes corroem a alma, afetam sua honra e dignidade pessoal, eis que passaram da categoria de trabalhadores lesionados para mendicantes da Previdência Social, órgão para o qual, diga-se, contribuíram economicamente para salvaguarda de sua própria cidadania quando acometidos da doença.

7.1.1. Não é difícil perceber a trama sórdida arquitetada pelos médicos peritos do Instituto, que agem, em tese, consoantes entre si e com algumas grandes empresas, com o fito de mascarar e esconder os graves problemas existentes em seus parques fabris, deixando de aplicar recursos em medicina, segurança e higiene do trabalho, alijando, pelo método fácil e barato, a hipossuficiente dos benefícios e direitos que eventualmente teria se reconhecido pela empresa que a doença que o afeta foi adquirida fruto de seu próprio esforço físico em favor do capital.

7.2. Assim, os segurados inválidos, como última opção, têm que socorrer, invariavelmente, ao Poder Judiciário para tentar ver reconhecida a doença profissional, perceber o auxílio acidentário ou outras questões através de ações específicas, cujo resultado é moroso, deixando-os à mercê da própria sorte, desguarnecidos de meios necessários e imprescindíveis à própria subsistência e, o que é pior, impossibilitados sequer de trabalhar.

8. A trama estende-se para outras cidades, sendo que o Instituto, por incrível que sói parecer, passou a ser um braço das empresas menos escrupulosas, com o fito de frustrar direitos sociais constitucionalmente assegurados aos trabalhadores, subvertendo valores sociais e morais inalienáveis do ser humano.

9. Assim sendo, e considerando-se que os fatos aqui relatados estão cabalmente demonstrados por provas lidas apenas à presente, e representam uma minúscula e insignificante parcela das pessoas que vêm sendo lesadas, dia após dia, com a anuência, frise-se, dos representantes legais do Instituto, que têm plena ciência dos graves fatos ora denunciados e seus médicos peritos, além de outras pessoas envolvidas, conforme relatos em apenso ao Caderno 05, em anexo, requer a V.Sas., considerando-se ainda a gravidade dos fatos e os indícios de prática delituosa:

a) seja encaminhada medida cautelar, visando ao afastamento liminar dos médicos envolvidos, mediante ação específica a ser impletrada na Justiça Federal de todos os peritos do INSS de Jaraguá do Sul e de Joinville, este na pessoa do **SR. VALTER ALVES JUNIOR** e do perito designado acima pelo Foro Trabalhista, **SR. CARLOS ANTONIO LINO**;

b) sejam, igualmente, afastados, *incontinenter*, através do remédio legal próprio, os responsáveis legais do INSS, tanto no Município de Jaraguá do Sul quanto na sua Supervisão imediata em Joinville, até apuração dos fatos;

c) seja efetuado pela própria Procuradoria Federal ou pela Polícia Federal de Joinville processo investigatório urgente, a fim de analisar a extensão dos crimes praticados e o nome dos envolvidos com a competente instauração do processo criminal competente;

d) seja, através de Ação específica, requerido ao Juízo Federal designação de interventor junto à Agência da Previdência de Jaraguá do Sul, designando-se, inclusive, a revisão de todos os benefícios previdenciários, corrigindo-se as distorções e ilegalidades havidas nos últimos anos fruto das irregularidades apontadas;

e) seja oficiado o Conselho Regional de Medicina (Santa Catarina e Rio Grande do Sul, esta última em relação ao **SR. CARLOS ANTONIO LINO**) dos termos da presente, inclusive dos documentos que a integram, para que promovam a instauração de processo ético disciplinar;

f) seja oficiada a Corregedoria do Colendo Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região, para que tome as providências que entender cabíveis, inclusive notificando-se a AMATRA (Associação dos Magistrados do Estado de Santa Catarina), considerando-se a suspeição do Dr. Carlos Antonio Lino, notificando-se as Varas Trabalhistas do Estado para que se abstenham de indicar o médico acima como perito do Juízo;

g) seja oficiado o Ministério Público do Trabalho da presente denúncia, com cópia da presente e demais documentos que a integram; e,

h) seja oficiada a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), Subseção de Jaraguá do Sul, na pessoa do **DR. OSMAR GRACIOLA**, visando à salvaguarda de direitos indisponíveis de terceiros, efetuados através de Ações Trabalhistas, cujos advogados desconheciam os fatos aqui articulados para efeitos de interposição de ações rescisórias nos processos em que o Dr. Carlos Antonio Lino atuou como perito do Juízo.

N.T.PD

Jaraguá do Sul, 13 de agosto de 2004

Associação dos Portadores de Doenças Profissionais de Jaraguá do Sul e Região

(a) **MÁRCIA CÍRICO** - Presidente"

Dando continuidade à audiência pública, com a palavra o professor Sabino, para as suas considerações finais.

O SR. SABINO BUSSANELLO - Deputado, como esta audiência é um instrumento importante, registrou uma série de questões, uma série de explicações, não podemos sair daqui sem fazer alguns encaminhamentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Eccel) - Além dos que já foram feitos?

O SR. SABINO BUSSANELLO - Isso mesmo, além dos que V.Exa. já registrou.

Já realizamos três ou quatro audiências praticamente com o mesmo objetivo em relação à saúde e à segurança dos trabalhadores e trabalhadoras e sobre o papel do INSS, da Previdência nessas questões todas, então sugiro que formemos aqui uma equipe de trabalho no sentido de juntar todos esses depoimentos, essas denúncias, e formatar um documento para levar à CPI em... Vai ser em São Paulo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Eccel) - O encontro nacional vai ser em São Paulo, em agosto.

O SR. SABINO BUSSANELLO - Então que a gente leve esse documento com todas essas denúncias, com todas essas questões.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Eccel) - Professor, a Coordenadoria de Taquigrafia das Comissões está registrando todas as informações. Dentro de alguns dias a ata da audiência de hoje estará pronta e será enviada juntamente com as atas anteriores.

O SR. SABINO BUSSANELLO - Perfeito. É isso que estou sugerindo. É esse o primeiro encaminhamento.

O segundo encaminhamento é o seguinte: esta Casa tem poder de discutir projetos-lei e sugerir para o Congresso Nacional pressionar, juntamente com os movimentos, que se constituam projetos-lei que estabeleçam as responsabilidades dessas situações todas (sic).

Por exemplo: quando criticamos que as empresas remetem para o INSS, remetem para os trabalhadores toda essa questão, queremos que a lei estabeleça responsabilidades e punições para empregadores e para os responsáveis por essa calamidade. Então, que os projetos-lei que estão tramitando no Congresso sejam retirados da gaveta e que possamos, em conjunto, estabelecer um mecanismo de pressão com os movimentos sociais, com o movimento da saúde, com os sindicatos e as federações, com esta Casa, principalmente com a bancada do nosso partido, o Partido dos Trabalhadores, e de outros partidos.

Não dá mais para adiar isso. Inclusive, isso livra o próprio INSS de uma série de responsabilidades na hora em que isso ficar claro na lei. Então, não é só uma questão de resolução, é uma questão de lei mesmo.

Por último, e V.Exa. tocou nessa questão, assim como a Eliane, nós temos que criar um fórum permanente de denúncia, de formalização de denúncia, porque muitas pessoas e muitos órgãos não sabem a quem recorrer e como formalizar isso. Acho que o Estado tem o dever de orientar o cidadão nesse sentido e que essa denúncia sirva de instrumento jurídico.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Eccel) - No que se refere à participação da Assembléia nesse movimento, e neste instante falo pela minha Bancada, não há problema nenhum.

Nós sabemos, professor Sabino, que cada movimento tem os seus jornais, os seus informativos, às vezes participam de entrevistas, fazem reuniões. Então, é importante anotar o telefone da Ouvidoria do INSS: 0800780191. É importante encher a Ouvidoria de informações, levar as denúncias. Que possamos deixar claro para o trabalhador e as associações que existe essa oportunidade. Portanto, vamos fazer pressão, vamos nos engajar nesses movimentos de pressão.

Gostaria de lembrar que a ata desta audiência pública será depois disponibilizada e será remetida ao encontro que acontecerá no mês de agosto em São Paulo.

Então, gente, a audiência pública cumpriu o seu papel. Temos que nos unir, nos mobilizar e exigir aquilo que é de direito, com cada um fazendo a sua parte.

Eu agradeço imensamente ao professor Sabino, que representou o Movida; ao Lorenzo, representante da Fetiesc, certamente os responsáveis pela realização desta audiência pública.

Gostaria ainda de agradecer ao Célio, que representou o Ipesc; ao Dr. Roberto, que teve que se ausentar, até em função das informações que apresentei no princípio; aos Deputados Dionei e Afrânio, que participaram por alguns momentos; aos representantes do Deputados Federais Mauro Passos e Luci Choinaki; à Superintendente do INSS, Eliane Schmidt, que, além de nos dar várias informações a respeito do trabalho que vem sendo realizado, se dispôs a debater essa questão nos municípios.

Por último, queria agradecer imensamente a presença de cada um de vocês, a participação, a colaboração nos questionamentos, e parabenizá-los pelo trabalho que vêm realizando nas suas regiões, nos seus municípios, um trabalho de cidadania, de defesa do trabalhador brasileiro.

Está encerrada a audiência pública.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR

PRESIDENTE

*** X X X ***

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA PARA DISCUTIR SOBRE O TRANSPORTE PÚBLICO, REALIZADA NO DIA 27 DE JUNHO DE 2005, ÀS 9H, NO PLENÁRIO DESTA CASA.

O SR. PRESIDENTE DA ALESC (Deputado Julio Garcia) - Sejam todos muito bem-vindos.

A Assembléia Legislativa, nos termos do Regimento Interno, artigo 162, tem o prazer de recebê-los para esta audiência pública, que tem como tema "Democracia e Transporte Público em Santa Catarina: estratégias e caminhos para o barateamento das tarifas de transporte público no âmbito do nosso Estado".

A presente audiência foi requerida pelo eminente Deputado Vânio dos Santos, membro da Comissão de Transporte e Desenvolvimento Urbano, tendo a parceria da Comissões de Segurança Pública e de Transporte e Desenvolvimento Urbano da Assembléia Legislativa, as quais têm como Presidente o Deputado Dionei Walter da Silva e o Deputado Rogério Mendonça - que será representado pelo proponente -, respectivamente.

Convido para compor a mesa as seguintes autoridades:

O excelentíssimo Sr. Deputado Vânio dos Santos, proponente da matéria e que nesta audiência representará o Deputado Rogério Mendonça, Presidente da Comissão de Transporte e Desenvolvimento Urbano (*palmas*);

O excelentíssimo Sr. Deputado Dionei Walter da Silva, Presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembléia Legislativa (*palmas*);

O excelentíssimo Sr. Deputado Estadual Ronaldo Benedet, Secretário de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão (*vaías*);

O excelentíssimo Sr. Dário Berger, Prefeito de Florianópolis (*vaías*).

A proposta da Presidência, que compreende a inquietação e o desejo de manifestação dos jovens aqui presentes, é no sentido de que as manifestações sejam feitas num intervalo entre uma e outra, pois assim vocês conseguem os seus objetivos e nós conseguimos os nossos, que é levar a bom termo esta audiência pública. Antecipadamente agradecemos.

Chamamos ainda para compor a mesa o Coronel PM Bruno Knih, Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina (*vaías*); e o Sr. Flares José Rosar, Presidente do Deter, neste ato representando o Secretário de Estado da Infra-Estrutura, Deputado Estadual Mauro Mariani.

Registramos a presença nesta audiência do Sr. Marcelo Pomar, representando o Movimento Estudantil de Florianópolis e o Movimento Passe Livre (*palmas*); do Sr. Rogério Lupo Gonçalves, Diretor de Transportes Terrestres da Secretaria de Estado da Infra-Estrutura de Santa Catarina; do Sr. Walter Fernando Piazza Júnior, Diretor Técnico Comercial da SC Gás; do Sr. Everson Silveira Júnior, Superintendente da Caixa Econômica Federal; da Sra. Vereadora Maristela Menel, representando a Câmara Municipal de Jaraguá do Sul; do Vereador Xandi Fontes, representando a Câmara Municipal de Florianópolis; da Vereadora Ângela Albino, representando a Câmara Municipal de Florianópolis (*palmas*); do professor Valmir Martins, neste ato representando o Deputado Estadual Afrânio Boppré; do Delegado Aírton Ferreira, Corregedor-Geral do Detran, neste ato representando o Diretor-Geral; do Sr. Valdair José Matias, Diretor de Patrimônio e Documentação da Secretaria de Estado da Administração, neste ato representando o Sr. Secretário; do Sr. Luiz Carlos Bertotto, Diretor de Cidadania e Inclusão Social do Ministério das Cidades; do Sr. Pedro Constantino, Diretor da Associação Nacional das Empresas de Transporte Urbano e Coletivo; do Sr. Modesto Azevedo, Presidente da União Florianopolitana das Entidades Comunitárias; e do Sr. Norberto Stroisch, Secretário Municipal de Transportes e Terminais de Florianópolis (*vaías*).

Senhoras e senhores, damos início a esta importante audiência pública para tratar de um tema que está na pauta não só em Florianópolis, em Santa Catarina, mas em todo o Brasil, que é como administrar o transporte público de tal forma que ele possa ser eficiente e com tarifas mais baratas. As dúvidas são muitas! Será que o lucro das empresas é muito alto? Será que o Poder Público precisa ajudar nos custos para que o usuário não pague uma tarifa tão cara? Mas uma certeza todos nós temos: o transporte coletivo tem um custo muito elevado para o usuário final, se considerarmos o baixo poder aquisitivo da população que se utiliza desse meio de transporte. Aliás, já existe uma parcela expressiva da população que necessita se utilizar desse meio de transporte e não mais o faz, exclusivamente por falta de condições financeiras para tal.

Por isso, por iniciativa do Deputado Vânio dos Santos, a Assembléia Legislativa em boa hora aprovou a realização desta audiência pública, que não pode ter a pretensão de resolver os problemas, mas de fazer mais um debate, de tantos quantos ainda serão realizados até chegarmos ao dia de encontrar a equação definitiva para corrigir esse problema tão grave que assola, como disse, Florianópolis, Santa Catarina e todo o Brasil.

Para presidir esta audiência pública eu convido o eminente Deputado Dionei Walter da Silva, Presidente da Comissão de Segurança Pública, a quem neste momento passo a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dionei Walter da Silva) - Bom dia a todos. Desde já queremos agradecer às autoridades aqui já nominadas, aos Deputados, aos estudantes, aos Vereadores e aos diretores de órgãos pela presença.

É com prazer que chamamos para compor a mesa o representante do Ministério das Cidades, Sr. Luiz Carlos Bertotto.

Vamos, de imediato, passar a palavra ao Deputado Vânio dos Santos, autor do requerimento que ensejou esta audiência pública e que neste ato também representa a Comissão de Transporte e Desenvolvimento Urbano da Assembléia.

O SR. DEPUTADO VÂNIO DOS SANTOS - Inicialmente cumprimento o Deputado Dionei Walter da Silva, Presidente da Comissão de Segurança Pública, e em seu nome cumprimento todas as autoridades já nominadas, os demais Deputados, os que nos acompanham neste plenário, especialmente os estudantes, as lideranças sindicais populares, aqueles que aceitaram o convite para, na condição de expositores e debatedores, estarem aqui nesta manhã, e os que nos ouvem através da TV AL e da rádio da Assembléia.

É com muito orgulho que apresentei esse requerimento para permitir que pudéssemos realizar, num momento de trégua eventual na cidade de Florianópolis, um debate tão importante que não serve apenas para discutir a cidade de Florianópolis, mas para debater uma das mais importantes políticas públicas, cujo direito de acesso está consagrado em diversos artigos da Constituição Federal e da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Hoje, pela avaliação do Governo Federal, através do Ministério das Cidades, dos Governos dos Estados, dos Prefeitos, especialmente dos Prefeitos de Capitais, e das regiões metropolitanas, dos empresários de transporte coletivo, dos estudantes, e dos usuários de transporte coletivo, esse sistema falhou. E eu não estou aqui fazendo uma fala irresponsável de alguém que acha que isso ocorreu!

Eu fui representar a Assembléia Legislativa, Presidente Dionei, no encontro nacional promovido pelos empresários do transporte coletivo, que se realizou em Brasília nos dias 22 e 23 agora e contou com a participação, Névio, você que é um estudioso do assunto, de técnicos na área do transporte, de pessoas representando os diversos Poderes - Executivo, Legislativo e Judiciário -, em função das diversas manifestações ocorridas em Belo Horizonte, em São Paulo, no Recife, em Florianópolis... Inclusive a cada intervenção falava-se pelo menos três vezes no que estava acontecendo aqui em Florianópolis.

Então, é um sistema que se esgotou! É um sistema que, ao longo das últimas décadas, privilegiou o transporte individual em detrimento do transporte coletivo. Hoje está escrito na Constituição Federal, no seu artigo 5º, que todos são iguais perante a lei, não podendo sofrer nenhum tipo de discriminação social, de cor, religiosa, de crença política e também de condição econômica, mas isso não pode ser executado, porque pela questão econômica 37 milhões de brasileiros hoje se locomovem a pé nas regiões metropolitanas por não poderem pagar o preço do transporte coletivo.

Esse é um negócio, senhoras e senhores, de R\$17 bilhões/ano, com 59 milhões de pessoas dependendo por dia do transporte coletivo e envolvendo 600 mil empregos diretos. E o que nós estamos vendo é uma falência do sistema! E por que essa falência ocorre? Por uma concepção equivocada de repassar para os usuários, de repassar para a população, especialmente a mais pobre, a mais carente - porque esta não tem carro e precisa do ônibus -, o custo de todas as decisões políticas sobre o preço das tarifas e do transporte coletivo.

É da década de 40, por exemplo, a lei que diz que os Correios usam o transporte gratuitamente no País, e é uma empresa estatal, lucrativa. O valor da passagem de cada servidor dos Correios que pega o ônibus é repassado para a tarifa do desempregado, muitas vezes, do assalariado. Diversas gratuidades são aprovadas em Casas Legislativas ou mesmo através da legislação federal em relação ao subsídio para o idoso, para os portadores de necessidades especiais, para os estudantes, e todas são legítimas, mas muitas vezes são repassadas para o custo geral do transporte, fazendo com que o desempregado, o assalariado, as famílias de baixa renda paguem por isso, e por uma decisão e uma responsabilidade que seriam do Poder Público.

Então o que nós estamos tratando aqui, e eu reconheço... Convidamos a Polícia Militar, os Secretários, o Prefeito, os Secretários de Estado do Transporte, da Segurança, a Assembléia Legislativa, a representação do Ministério das Cidades e do Movimento pelo Direito ao Transporte, porque esta audiência tem vários objetivos. Em primeiro lugar precisamos sentar aqui com os estudantes para dizer que movimento social não pode ser tratado como caso de polícia! (*Palmas das galerias.*) Os policiais também têm filhos, os policiais também moram! Nós não podemos aceitar que na nossa cidade seja estabelecido um conflito de tal monta que resolvamos as coisas pela força! Temos que resolver pela força das idéias, e é isso o que esta audiência pública pretende desafiar, porque existe solução!

Hoje, aqui, o Movimento pelo Direito ao Transporte - MDT - vai anunciar uma campanha nacional pela tarifa cidadã. É possível e necessário baratear o transporte! E vai ser mostrado aqui que isso é necessário e possível. Hoje, aqui, o Ministério das Cidades vai apresentar o anteprojeto de lei que está sendo elaborado, no qual estabelece um novo marco regulatório para o transporte coletivo, incluindo na legislação o direito ao consumidor, o direito ao cidadão, o direito ao usuário, já que a responsabilidade do gerenciamento, da execução, da fiscalização direta do transporte coletivo, pelo artigo 30, inciso V, da Constituição, é do município e não da União. Mas a União pode, sim, desenvolver um novo marco regulatório, discutir e estabelecer um fundo para o transporte, como tem o fundo para a saúde e o fundo para a educação.

Esses fundos constituem políticas públicas importantes, mas pela impossibilidade do acesso ao transporte, muitas vezes o cidadão, a cidadã, a pessoa mais carente fica sem ter acesso à saúde, porque para ir a um posto de saúde, a um hospital, precisa do transporte coletivo porque não tem dinheiro para pagar um táxi. E assim acontece para matricular os filhos na escola. A educação é uma política pública fundamental, e educação e saúde têm fundos próprios, mas se a pessoa não puder deslocar seus filhos para a escola, como é que os jovens e as crianças vão poder estudar?

Então vejam que outros dispositivos de políticas públicas garantidos pela Constituição também estão impedidos de serem colocados em prática pela dificuldade do acesso ao transporte.

Vamos concordar com a necessidade da desoneração de impostos, sim! A União pode muito bem rever impostos como Cofins, como ISS sobre o preço da tarifa, já que esse é um transporte importante. Em Estados como Amazonas e outros já foram encaminhados, Secretários, projetos de lei isentando de ICMS a tarifa do transporte, assim como em vários municípios que têm o ISS, Imposto Sobre Serviço, como Maringá, São Paulo, Rio de Janeiro e outros, já existe projeto de lei nesse sentido. Mas não basta, mais uma vez, a sociedade renunciar a impostos! É necessário também que se assumam as gratuidades, mas é necessário nós discutirmos o tal do lucro das empresas. (*Palmas das galerias.*)

Essa é uma diferença importante, porque o que aconteceu ao longo do tempo foi que o Estado, pela política de privatização desenfreada, abriu mão da sua responsabilidade constitucional de atender o cidadão, aquele mais pobre, aquele mais humilde, aquele que não pode escolher berço de ouro para nascer, no sentido de que ele tenha, sim, o direito gratuito à educação, à saúde, e por que não ao transporte?!

Eu quero dizer para vocês que hoje nós estamos discutindo redução de tarifa, mas chegaremos em um momento no qual as pessoas terão direito ao transporte sem a necessidade de pagar a passagem, desde que o dinheiro do IPVA, o dinheiro de multa, o dinheiro de estacionamento ou de qualquer tipo de pedágio cobrado nas cidades constitua um fundo público que custeie o transporte e permita que as pessoas tenham acesso gratuito ao transporte, sim! (*Palmas das galerias.*)

Eu encerro por aqui e agradeço a presença de todos vocês, mas digo que isso não vai parar por aqui, porque na segunda quinzena de julho ou no dia 1º de agosto já estaremos organizando, através da Comissão de Transporte e Desenvolvimento Urbano da Assembléia, um fórum para discutir o anteprojeto de lei da mobilidade urbana a fim de que as pessoas possam participar, porque se não houver participação popular, o Poder Público acaba aprovando projetos como os que foram aprovados em Florianópolis, de um conjunto de terminais que custaram mais de R\$40 milhões, cujo custo está, sim, embutido na tarifa, e que agora alguns estão desativados, como o do Saco dos Limões, os dois do continente, e agora escutei uma notícia na sexta-feira de que também pretendem desativar aquele de Santo Antônio de Lisboa, que são verdadeiros elefantes brancos, não se sabendo a destinação que terão, se um asilo, uma creche ou qualquer outra coisa, menos para transporte coletivo integrado, porque em Florianópolis isso já se desintegrou há muito tempo.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dionei Walter da Silva) - Passamos a palavra ao Prefeito de Florianópolis, Sr. Dário Berger. (*Vaias.*)

Antes, porém, gostaria de registrar a presença do Sr. Ivânio Alves da Luz, representando o Deputado Federal Mauro Passos; do Sr. Prudente Mello, representando a Ordem dos Advogados do Brasil/SC; do Sr. José Anselmo Gaio, representando o Deinfra; do Sr. Volnei Chucre, representando a Central Única dos Trabalhadores; e do Vereador Rogério Tadeu Martins, Presidente da Câmara Municipal de Campo Belo do Sul.

Esta Presidência informa que o Deputado Reno Caramori justificou por escrito sua ausência em função de compromissos assumidos anteriormente.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dionei Walter da Silva) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Francisco Küster.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER - Sr. Presidente, saúdo V.Exa., os membros da mesa, os jovens, os estudantes, enfim, as pessoas que participam desta audiência pública.

Quero apenas fazer uma intervenção no sentido de conclamar a serenidade e a postura que V.Exa. exerce nesta Casa, como um jovem e talentoso Parlamentar, para que não deixe descambar para a retaliação, sob pena de comprometer este evento que é da maior importância, como foi colocado com muita inteligência pelo Deputado Vânio. Não podemos descambar para o lado da retaliação.

Era essa a ponderação, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dionei Walter da Silva) - Reforçamos o pedido já feito pelo Presidente da Assembléia para que as manifestações sejam feitas ao término das falas.

Passamos, então, a palavra ao Prefeito de Florianópolis, Sr. Dário Berger.

O SR. PREFEITO DÁRIO BERGER - Quero trazer o meu bom-dia a todos, especialmente ao Deputado Dionei Walter da Silva, Presidente da Comissão de Segurança Pública, e que preside os trabalhos desta audiência pública nesta manhã. Desejo cumprimentar ainda o Deputado Vânio dos Santos, autor do requerimento; o Secretário de Estado da Segurança Pública, Deputado Ronaldo Benedet; o Coronel Bruno; o Dr. Flares, Presidente do Deter; o Dr. Luiz Carlos, do Ministério das Cidades; o Dr. Norberto; os Srs. Vereadores; as lideranças comunitárias; os estudantes; as demais autoridades, enfim, todos aqueles que de uma forma ou de outra se interessam por esse tema tão importante e tão difundido nos últimos dias aqui na nossa Capital.

Senhor Presidente, é com muita satisfação e com elevada honra que participo desta audiência pública relacionada ao transporte urbano da Capital dos catarinenses. Preliminarmente penso que não seria nenhum exagero dizer que o Brasil vive hoje uma das maiores crises quando se fala em transporte coletivo, além de outras, é verdade. As elevadas tarifas constituem-se hoje num problema nacional, afetando direta e principalmente as Capitais brasileiras, como também as grandes cidades das regiões metropolitanas. E a prova mais cabal disso está no que verificamos nos últimos dias: inúmeros protestos, graves tumultos relacionados ao aumento das tarifas que aconteceram em Salvador, em Goiânia, em Porto Alegre, em São Paulo, no Rio de Janeiro, em Manaus, em Maceió, em Florianópolis, em Blumenau, e provavelmente em muitas outras cidades ainda acontecerão protestos quando chegar o momento do reajuste.

A situação é dramática e perversa. A população se apresenta com um misto de indignação e revolta; os estudantes também se apresentam de forma muito objetiva contra qualquer tipo de aumento das tarifas dos transportes coletivos, o que de fato é muito justo e legítimo. Também pudera, aproximadamente 37 milhões de brasileiros, vou repetir se vocês me permitirem, aproximadamente 37 milhões de brasileiros estão excluídos do sistema de transporte urbano, o que significa dizer que 37 milhões de brasileiros hoje não têm dinheiro, não têm recursos, não fazem parte do dia-a-dia do sistema de transporte coletivo no Brasil, já que lhes faltam condições de pagar a tarifa.

Portanto, esse não é mais um problema a ser enfrentado apenas pelos municípios brasileiros, esse é um problema nacional, essa é uma questão de Estado, e todos os entes federados devem participar da solução desse problema, já que esse serviço chega a representar mais de 60% dos deslocamentos nas cidades brasileiras. Portanto, é uma situação extremamente grave.

Apesar do seu potencial e da sua importância para a economia, esse serviço está-se transformando num fator de exclusão social, na medida em que a população, cada vez mais empobrecida, sacrifica o seu padrão de vida, desestrutura os seus orçamentos domésticos, promovendo uma legião de excluídos do sistema que contribui para a formação de um clima extremamente preocupante de pessimismo, indignação e revolta de nossa gente, que não consegue mais pagar as tarifas de ônibus.

A carga tributária representa, em média, mais de 30%, aproximadamente 33% da composição do preço das passagens, e as gratuidades representam, em média nacional, cerca de 20%. Só aí, somando-se, temos 53% de impostos e gratuidade que incidem sobre o preço da passagem, e quem paga isso é aquele cidadão que infelizmente se utiliza diariamente do sistema de transporte urbano. Isso é um absurdo, em se tratando de um serviço que atende quase que exclusivamente os menos favorecidos.

Por isso precisamos encontrar formas de desonerar os tributos! Precisamos rever as gratuidades! Precisamos encontrar rapidamente uma solução! Baratear e melhorar a qualidade do sistema é uma obrigação de todos nós. O que precisamos é, fundamentalmente, encontrar parceiros para chegarmos lá. Precisamos de uma política nacional de transporte público, caso contrário a situação tende a piorar. Precisamos da união dos Prefeitos, dos Deputados Estaduais, dos Deputados Federais, dos Senadores. Precisamos do Governo Federal, precisamos do Governo Estadual.

Como bem já falou o Deputado Vânio dos Santos, essa é uma tarefa que vai depender muito da união de todos nós, pois o nosso poder vai estar fundamentalmente na força da nossa união. E espero que esta seja uma época própria para que possamos renovar as nossas parcerias, as nossas esperanças, no sentido de sensibilizar o Governo Federal e o Governo Estadual a entrarem nessa grande discussão que estamos enfrentando.

Esperamos que daqui, deste encontro, nossas idéias possam se agigantar e que a gente possa tirar daqui uma carta da Assembléia Legislativa; que nós possamos buscar soluções objetivas e concretas, enfim, que nós possamos elaborar aqui um projeto, um diagnóstico, uma carta que possa ser enviada ao Governo Estadual e ao Governo Municipal. De minha parte estamos fazendo todos os esforços possíveis para encontrar uma nova alternativa para o sistema de transporte urbano em Florianópolis, e eu espero que dentro de sessenta dias, no máximo noventa, nós possamos ter um diagnóstico completo para discutir com a comunidade as alterações do sistema.

E a minha esperança é que ele possa ser mais rápido, mais ágil, mais dinâmico, que possa atender os anseios das comunidades e que possa, acima de tudo, ser mais barato. Ninguém mais do que eu carrega esse sonho. Ninguém mais do que a nossa equipe carrega esse desejo, e para isso nós estamos trabalhando. (*Manifestação da plenária.*) E para isso nós precisamos, inclusive, da colaboração dos estudantes. Se vocês têm algumas sugestões, elas serão bem-vindas pela administração municipal. Não só os protestos, mas as sugestões, porque elas são bem-vindas.

Vocês, por favor, se têm algumas sugestões que possam repassar para o Município de Florianópolis nesta audiência pública... (*Manifestação da plenária.*) Porque só assim nós vamos tentar encontrar as soluções para os problemas. (*Manifestação da plenária.*)

Portanto...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dionei Walter da Silva) - Só um pouquinho, Prefeito.

Pessoal, vamos cumprir o nosso acordo, manifestações ao término das falas. Por favor! Ai nós teremos um bom trâmite.

O SR. PREFEITO DÁRIO BERGER - Portanto, seria muito importante que no dia desta audiência todos nós pudéssemos desarmar os nossos espíritos para buscarmos as alternativas de que precisamos para um novo modelo de transporte.

De qualquer sorte, deixo um grande abraço a todos, desejando um bom dia e um ótimo encontro.

Muito obrigado. (*Vaias.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dionei Walter da Silva) - Nós agradecemos pela manifestação do Prefeito de Florianópolis e, na seqüência, passamos a palavra ao Secretário de Estado da Segurança Pública, Deputado Ronaldo Benedet. (*Vaias.*)

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO RONALDO BENEDET - Bom-dia a todos.

Sr. Deputado Dionei Walter da Silva, que preside os trabalhos, Sr. Deputado Vânio de Oliveira, senhores representantes que se encontram da mesa, Sr. Prefeito Municipal, cidadãos aqui presentes e estudantes em especial, eu gostaria de dizer que entendo esse momento, já fui líder estudantil, e fico, sob um certo aspecto, satisfeito vendo que a nossa juventude começa novamente a ter ideais de luta. Porém é preciso, pela história que nós vivemos, saber distinguir o momento que nós vivemos em relação ao momento passado no qual eu vivi.

Eu fui líder estudantil no momento da ditadura militar e naquela época, se um movimento semelhante a este, os jovens... Primeiro que um movimento desse não era permitido, e aquele que pensasse em fazer ou que o tivesse iniciado não receberia nenhum processo, mas seria dado como desaparecido. Foi isso o que aconteceu no nosso país.

Portanto, digo que democracia é algo que a gente precisa entender... Eu sempre dou esse exemplo: democracia é como o ar que se respira, a gente só vê a diferença por não tê-la e o seu valor quando se tranca a boca e o nariz e falta-nos o ar. A democracia é assim, só quando você não a tem é que você vai sentir falta.

Uma das questões que quero levantar com os estudantes e trazer aqui, Vânio e Dionei, para a Assembléia Legislativa, é exatamente discutir... Eu sou Secretário da Segurança, sou da Secretaria da Segurança e lá estão diversos órgãos, dentre eles a Polícia Militar e a Polícia Civil, todos sob a nossa coordenação. Ocorre que a Polícia Militar tem 170 anos e é bem maior, bem mais velha, tem mais tempo de organização do que a Secretaria da Segurança, do que nós que aqui estamos.

Nós temos que entender, em primeiro lugar, que não estamos aqui ou nos compete discutir a legitimidade de um movimento social, que deve existir numa sociedade organizada, numa sociedade democrática. Os movimentos sociais são salutares e importantes para o aprimoramento da democracia e, cada vez mais, para o exercício da cidadania. No estado de direito ele pressupõe, acima de tudo, que você tenha uma Constituição - que foi aprovada em 1988, quando saímos de um regime ditatorial e consolidamos a nossa democracia através dessa Constituição.

A Constituição Federal estabelece, no capítulo Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, artigo 5º, inciso XVI, que: "todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente". Já o artigo 144 da Constituição Federal diz o seguinte: "A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

(...)

V - polícias militares e corpos de bombeiros militares".

O parágrafo 5º desse artigo diz: "As polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública (...)".

É preciso a gente estar aqui, neste debate, para que cada um possa entender o seu papel. E a única coisa que nos diferencia é que enquanto temos a responsabilidade de exercer a segurança e guardar a Constituição e as leis, aos movimentos sociais cabe lutar pelos direitos para que, no futuro, sejam transformados em leis para o cidadão. Mas para isso deve existir o equilíbrio, que é a organização do Estado através das suas instituições, como nós estamos aqui colocando.

O artigo 105 da Constituição Estadual diz: "A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

(...)

II - Polícia Militar;"

Também é necessário que entendamos o que diz o artigo 107: "A Polícia Militar, órgão permanente, força auxiliar, reserva do Exército, organizada com base na hierarquia e na disciplina, subordinada ao Governador do Estado, cabe, nos limites de sua competência, além de outras atribuições (...):

I - exercer a polícia ostensiva relacionada com:

a) a preservação da ordem e da segurança pública;

(...)

III - atuar preventivamente como força de dissuasão e repressivamente como de restauração da ordem pública."

Já esse decreto diz onde se estabelece a ordem pública: "Conjunto de regras formais, que emanam da ordem jurídica da Nação, tendo por escopo regular as relações sociais de todos os níveis do interesse público, estabelecendo um clima de convivência, harmônica e pacífica, fiscalizado pelo poder de polícia e constituindo uma situação ou condição que conduza ao bem comum."

Então eu queria colocar, principalmente aos jovens estudantes, aos cidadãos e aos Srs. Deputados, que nós temos uma situação a analisar com os movimentos sociais que ocorreram aqui em Florianópolis: estamos diante de um impasse sobre a questão da discussão da tarifa - que não quero aqui criar juízo de valor -, mas realmente transporte coletivo deve ser neste País encarado como cesta básica. Ele é algo fundamental! E é preciso sensibilidade, princípio de tolerância de ambas as partes e negociação para se encontrar uma solução para que toda a população possa ter acesso aos transportes coletivos.

Eu poderia falar sobre esse assunto porque já fui diretor de órgãos de transportes coletivos, já fui Secretário de Obras da minha cidade, onde fizemos com que o transporte coletivo fosse o mais bem planejado deste Estado e um dos mais bem planejados deste país, funcionando muito bem. Contudo não quero entrar no mérito dessa questão, mas apenas trazer para o debate que em questões como essas, de movimentos sociais...

O que nós queremos colocar aqui é o seguinte: eu estava numa missão no exterior e quando cheguei foi na semana seguinte ao primeiro conflito que havia ocorrido, e procuramos desde o início pacificar as relações da Segurança Pública, da Polícia Militar com os manifestantes. (*Manifestação da plenária.*)

Eu compreendo, entendo os estudantes...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dionei Walter da Silva) - Só um minuto, Sr. Secretário.

Pessoal, esta é uma audiência pública e depois que as autoridades falarem todos os que estão presentes poderão inscrever-se e falar o que quiserem. Então vamos respeitar agora para sermos respeitados depois.

Continua com a palavra o Sr. Secretário Ronaldo Benedit.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO RONALDO BENEDET - Eu compreendo a manifestação dos estudantes, eu sei, tenho o relato de tudo, e depois vou colocar para vocês o que vai acontecer em relação a esse fato.

Bom, foi procurado se restabelecer o diálogo para que se existisse confronto esse fosse o menor possível. Essa foi a minha proposta, a minha intervenção, que se abrisse um canal de negociação, de diálogo entre representantes dos estudantes e a Polícia Militar, já que não competia a nós decidir sobre o mérito da questão, ou seja,

sobre o decreto do aumento da tarifa. Procuramos trabalhar em todos os sentidos para que fosse encontrada uma solução pacífica e para que não houvesse ações de confronto, porque não queremos isso e não é interesse do Estado fazer confronto com jovens, com estudantes, com cidadãos, que são pessoas cujas vidas queremos preservar, e queremos preservar a incolumidade pública, a incolumidade pessoal.

Então a questão para se discutir é: O que é ordem pública? Quais os limites da ação? Discutir qual o papel da Polícia Militar nesses momentos. E diante do que li na Constituição Federal e na Constituição Estadual, se a polícia não aparecer para intervir, ela é omissa e o Comandante da Polícia Militar, o Secretário e o Governador podem receber ações por omissão da sua obrigação constitucional e legal.

Qual é o limite da lei? O limite da lei tem para todas as partes, tem também para os movimentos sociais e também para a polícia. Por parte da Segurança Pública, da Polícia Militar, o nosso limite é a lei, mas se houve policiais que se excederam, nós já determinamos (embora não tenhamos recebido nenhuma representação oficial contra ninguém até hoje) a abertura de um inquérito policial militar, porque o nosso limite de ação é o limite da lei, e para que tenhamos um País democrático, antes de mais nada é necessário que exista o respeito à lei, o respeito à Constituição, o respeito a uma Constituição votada de forma democrática.

Se nós quisermos mudar o conceito de ordem pública e as obrigações da Constituição Federal, teremos que mudá-la! A polícia, dentro do regime democrático, é obrigada a trabalhar, como em qualquer país democrático do mundo, e a agir nos movimentos em que há excessos por partes daqueles que estão se contendo, exatamente para proteger as pessoas e proteger a sociedade.

Portanto, queria deixar aqui uma questão para que possamos discutir, pois procuramos provocar encontros para haver negociações e para que terminasse todo esse conflito, já que acabava a polícia ficando no meio da situação e tendo que agir por ordem constitucional e legal. Queremos pedir que se debata nesta Casa os limites da polícia, o conceito de ordem pública, manutenção da ordem pública, o que significa perturbação da ordem pública, enfim, qual é a função da polícia, exatamente para que tenhamos clara essa questão. Porque o que nós menos queremos é fazer conflitos ou que a polícia esteja presente conflitando com jovens, com estudantes, que muitas vezes são filhos de policiais que estão nessas operações.

O último ponto é que eu gostaria de pedir tanto para os estudantes do movimento, quanto para a Assembléia Legislativa e para o Sr. Prefeito Municipal que não deixem haver um próximo conflito, que tenhamos nesse hiato de sessenta, noventa dias, muito diálogo, muita conversação, muito debate para que se encontre uma saída pacífica, a exemplo do que o Deputado Vânio dos Santos colocou.

Da nossa parte queremos contribuir naquilo que for necessário, queremos discutir a questão dos limites e quais as nossas ações. A ordem da polícia é agir dentro do limite da lei, e aqueles policiais que por acaso tenham exorbitado, já estão respondendo a inquérito policial militar, e vão responder dessa forma. É assim no regime democrático, você responde dentro da lei, passou a lei à polícia responde. Agora, nós também temos que entender - e queremos pedir a todos que entendam - que existe lei para tudo, e dentro do regime democrático a lei tem que ser respeitada. Não havendo respeito à lei, a polícia é obrigada a agir.

Eu sei que essa nossa situação não é muito simpática, mas queria pedir essa compreensão, e trago isso ao debate, agradecendo à Assembléia e àqueles que estão nos ouvindo, para que pelo menos comecemos a discutir essa questão, para que aprimoremos, amadureçamos a nossa democracia, porque é isso o que nós precisamos no nosso país. Nós ainda temos uma democracia muito jovem, não estamos acostumados a entender o papel da polícia nesses momentos, nesses confrontos. E eu quero procurar ter toda a sensibilidade, conter o máximo as ações policiais, mas que também nesses movimentos fossem mantidos canais de negociação, de diálogo, com as partes que contendem, até porque o nosso objetivo maior não é conflitar, e muito menos com os jovens e estudantes. O que queremos é exatamente o entendimento, que todas as partes entendam que há limites e que nós temos um papel a desempenhar e que esse papel seja discutido constitucionalmente na compreensão de cada um.

Gostaríamos de colocar, como Secretário da Segurança, que se houve alguns excessos por parte da Segurança Pública, entendam que são seres humanos diante de um conflito e que acabam tendo conflito, mas se houve excessos eles serão apurados. E esperamos que se encontre uma solução para o papel da polícia, que esta Assembléia Legislativa, esta Casa do Povo, discuta o papel, a forma de ação, porque nesses movimentos sociais não é o lugar que gostaríamos de estar.

A nossa função é garantir a segurança das pessoas, garantir a ordem pública, mas quando se trata de garantir a ordem pública havendo conflito com cidadãos, com pessoas honestas, corretas e decentes, isso nos constrange muito. Por isso gostaríamos muito de ter aqui um diálogo, um debate nesse sentido, ou seja, sobre os limites.

Não com agressividade! Que as pessoas tenham tolerância entre as partes. Eu sei que houve pessoas no meio dos estudantes, dos manifestantes que sofreram agressões, mas no meio dos policiais também muitos que são pais de família sofreram agressões e se feriram. *(Manifestação das galerias.)*

Portanto, venho a esta Casa, mesmo recebendo algumas vaias, mas faz parte da democracia ouvir - e entendo os estudantes, entendo os manifestantes, porque também sou pai e tenho filho da idade de vocês - para dizer que estaremos, na condição de Secretário da Segurança, coordenando esses trabalhos sempre dentro de uma visão democrática e aberta. Coloco, como já coloquei, meu gabinete à disposição dos estudantes, dos manifestantes e das lideranças para o diálogo, esperando que movimentos como esses nunca mais tenham uma reação de conflito com a polícia, tratando-se da forma mais pacífica possível, dentro do respeito às Constituições Federal e Estadual, dentro dos princípios das leis que regem o nosso país democrático.

Agradeço à Assembléia por esta oportunidade, por podermos estar aqui esclarecendo algumas questões. Um abraço a todos e muito obrigado! *(Manifestação da plenária.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dionei Walter da Silva) - Agradecemos a manifestação do Secretário Ronaldo Benedet e dando seqüência à audiência pública, passamos a palavra ao Sr. Flares José Rosar, Presidente do Deter e que neste ato representa o Secretário de Estado da Infra-Estrutura, Mauro Mariani.

O SR. FLARES JOSÉ ROSAR - Quería inicialmente cumprimentar... *(Manifestação da plenária.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dionei Walter da Silva) - Pessoal, isso aqui tem uma ordem e todas as pessoas estão inscritas. Depois do Sr. Flares vai falar o Sr. Pedro Constantino, da Associação Nacional das Empresas de Transporte Urbano e Coletivo, após o Sr. Eduardo Pacheco, do Movimento Nacional pelo Direito ao Transporte, o Secretário Nacional da Mobilidade Urbana e o Marcelo Pomar. A ordem da inscrição foi feita pelo Deputado Vânio dos Santos.

Com a palavra o Sr. Flares José Rosar, Presidente do Deter e que neste ato representa o Secretário de Estado da Infra-Estrutura, Mauro Mariani.

O SR. FLARES JOSÉ ROSAR - Em nome do Deputado Estadual e Secretário de Estado da Infra-Estrutura, Mauro Mariani, cumprimento o Deputado Dionei Walter da Silva, Presidente da Comissão de Segurança Pública; o Deputado Vânio dos Santos, que requereu esta audiência pública e que representa, neste momento, o Deputado Rogério Peninha Mendonça, Presidente da Comissão de Transporte e Desenvolvimento Urbano; o Secretário da Segurança Pública, Ronaldo Benedet; e o Coronel Bruno Knihs, Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina.

O Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Infra-Estrutura, especialmente através do Deter, que é a autarquia estadual que administra o transporte intermunicipal de passageiros do Estado de Santa Catarina, está preocupado com essa questão recente - que na verdade, para quem já trabalha nesse setor não é uma questão recente, é uma questão que vem há algum tempo - e em achar alternativas para baratear o custo dos transportes.

De um lado nós temos a questão dos impostos estaduais, municipais e federais que se está discutindo. Em relação ao município é o ISS, em relação ao Estado é o ICMS, apesar de as tarifas com características urbanas não serem tributadas pelo ICMS, e a questão dos impostos federais, como IPI, Cofins, etc., que são custos embutidos na tarifa e repassados para o cidadão. E briga-se tanto pelo lado do Poder Público como pelo lado dos empresários para que o governo, em todos os seus níveis, diminua seus custos... O princípio é que isentem todas as tarifas, assim como é feito para alguns atendimentos, como à saúde e à educação. Esse é um item tão importante quanto aqueles.

Nós, aqui do Estado de Santa Catarina, estamos preocupados, como já disse o próprio Deputado Vânio dos Santos, com a gratuidade que está sendo financiada pelos próprios usuários, pelos próprios passageiros. Isso nós temos que retirar da tarifa, encontrando-se uma maneira legal de fazer o financiamento dessas gratuidades. Nós não somos contra, nenhum nível de governo é contra a gratuidade, mas sim contra a origem dos recursos para financiar a gratuidade.

Portanto, essa preocupação é constante e precisamos achar alternativas. Os técnicos do Estado estão estudando essa questão e essa preocupação, é bom que se diga, não é só de Florianópolis nem só de Santa Catarina, é de todos os Estados, de todos os grandes centros urbanos do País. O próprio Deputado Vânio esteve na semana passada em Brasília participando de um seminário organizado pelos próprios empresários, pela Associação Nacional das Empresas de Transporte Urbano e Coletivo, e vai ter agora, no mês que vem, um outro seminário em Goiânia promovido pela Associação Nacional de Transportes Públicos, porque o empresário reclama dos impostos e o governo também reclama da necessidade de diminuir os custos do transporte. Portanto, nós estamos atentos e queremos aqui ouvir. Estamos mais como observadores para contribuir para a melhoria dos transportes de Santa Catarina.

Muito obrigado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dionei Walter da Silva) - Passamos, então, a palavra ao Sr. Pedro Constantino, que neste ato representa a Associação Nacional das Empresas de Transporte Urbano e Coletivo.

O SR. PEDRO CONSTANTINO - Bom-dia a todos! Bom-dia, Deputado Dionei, e ao cumprimentá-lo cumprimento toda a mesa.

O papel dos empresários no barateamento do transporte público, podemos afirmar com toda a certeza, está sendo exercido. Os empresários, especialmente através da Associação Nacional de Transporte Público, desde 1999 têm participado forte e ativamente nesse processo.

O cenário atual nos transportes coletivos, como já foi dito pelos que me antecederam aqui, é realmente um cenário de crise. E essa crise está completando dez anos - ela começou em 1996. De lá para cá, desde 1992, 1991, há queda constante em todas as cidades, sem exceção, de médias, grandes capitais, especialmente; há queda da utilização do transporte, ou seja, dos passageiros transportados.

Em 1999, a NTU, percebendo essa crise, fez um planejamento estratégico, e a partir daí as ações prometidas foram exatamente encontrar formas de barateamento da tarifa, barateamento esse denominado pela nossa Associação de desoneração da tarifa. E isso, quando então da Secretaria de Desenvolvimento Urbano de nível ministerial do Governo Fernando Henrique, já foi apresentado, estava muito bem adiantado esse procedimento, estava sendo denominado desoneração, e com a entrada do atual Governo Federal, com a sensibilidade que tem o PT, mudou-se o nome para barateamento das tarifas. Acho que inteligentemente, pois se fala uma palavra e uma língua muito mais popular, mais ao encontro das necessidades do perfil do usuário do transporte coletivo.

Na nossa maneira de ver, a maneira da ANTU ver, a principal causa é a falta de investimento público em infra-estrutura, o que gera exatamente uma queda de qualidade, pois a maioria das cidades não sabe o que quer, se quer automóvel na rua ou se quer transporte coletivo, se quer coletivo ou se quer individual, se quer privilegiar o individual ou se quer privilegiar o coletivo, e é exatamente ali que nós encontramos o primeiro foco da dificuldade e da oneração da tarifa - essa é a visão do empresário em geral. Cada cidade tem a sua peculiaridade, mas não foge muito, porque com o crescimento e a agressividade da venda do transporte individual, do carro, isso piorou mais ainda, conjugado com a falta de infra-estrutura, conjugado com o aumento assustador do automóvel, que é conhecido por todos, em todas as cidades do Brasil, o que deixa muito claro que realmente é um problema de trânsito. Está muito bem esclarecido que a maioria das cidades está sofrendo com o aumento do tempo da viagem, o que prejudica o usuário do transporte coletivo.

O aumento dos custos no setor está acima da inflação. Qualquer um que fizer o levantamento dos números dos últimos dez anos vai perceber coisas absurdas. O próprio óleo diesel, que é o segundo item de maior custo no transporte, aumentou 100% de 2000 a 2003. Isso é algo que não tem como explicar em um país de inflação baixa, em um país antiinflação, que está combatendo a inflação. Como pode o óleo diesel ter uma situação dessa?

Existem algumas coisas que são realmente inexplicáveis, mas são aritméticas. A queda do número de passageiros na maioria das cidades brasileiras, em especial nas capitais, por incrível que pareça, é na ordem de 35% de 1996 para cá. E às vezes vai em contrapartida a uma situação de aumento da população das cidades - creio eu que Florianópolis possivelmente não deve ser diferente, tem uma queda de passageiros transportados e ainda tem um aumento da quilometragem rodada e uma expansão geográfica dos serviços.

O que mais assunta hoje, na atualidade, é exatamente essa exclusão dos 37 milhões, de acordo com pesquisas científicas sérias feitas por órgãos governamentais e empresas especializadas, que estão excluídos por absoluta falta de poder aquisitivo, por absoluta falta de condições. Então, precisa ser encontrado.

O porquê dos custos no setor serem tão altos? Os tributos federais e encargos sociais representam na média nacional 18% da tarifa; os tributos estaduais sobre os insumos - porque na maioria do transporte não há ICMS diretamente na cobrança da tarifa, mas sobre os insumos, sobre os bens de capital - representam 6%; os tributos e taxas municipais na média nacional são 8%. Parece-me que no caso específico de Florianópolis esse número está bem maior, inclusive, por conta da situação de terminais, isso dá 32% só na parte tributária, diretamente na tarifa. *(Orador não identificado manifesta-se fora do microfone. Inaudível.)* Eu estou falando é da tarifa, 32% da tarifa.

E o maior problema que existe (segundo o adágio popular, não existe almoço de graça!) são as gratuidades e os beneficiários tarifários. Nós não somos contra, vamos deixar bem clara a posição da ANTU, de qualquer benefício a qualquer classe, a única coisa que não pode dividir é esse benefício com os outros pagantes do próprio sistema de transporte, essa é uma atribuição social de governo, é a nossa maneira de entender.

Na média das capitais brasileiras, cerca de 23% dos passageiros não pagam passagem, ponderado aqui o desconto para os estudantes em alguns casos e até alguns casos como a isenção total. Isso representa 19% em média no impacto da tarifa. Então, vejamos: nós temos 32% de impostos, 19%, nós já temos aqui uma matemática de 51%.

Os principais insumos do setor têm seus preços atrelados ao mercado internacional. O óleo diesel e os veículos subiram muito acima da inflação nos últimos tempos.

Vejam bem, pelo que nos consta, o Governo Federal está com as mãos amarradas com relação ao preço do óleo diesel diferenciado para o transporte coletivo, porque eles têm um compromisso que a Petrobrás tem investidores estrangeiros e quando você lança ações na bolsa você tem que estar compromissado de que aquela empresa tem que ser rentável, porque senão o país cai em descrédito, especialmente em uma estatal, que tem ações na bolsa.

De 2000 a 2003, o óleo diesel subiu 100%. Hoje ele representa 25% dos custos, enquanto, historicamente, seu peso nos custos era de 10%. Os veículos, que são remunerados através da remuneração de capital, só nos últimos dois anos subiram 60%, enquanto nós sabemos que a inflação nos últimos dois anos não atingiu 15%.

A falta de infra-estrutura adequada para o transporte coletivo obriga os ônibus a disputarem um espaço viário com outros meios de transporte, conseqüentemente provocando os congestionamentos - quero crer que talvez Florianópolis seja a cidade mais atingida por essa condição, pelo seu perfil geográfico. A baixa velocidade comercial hoje é decididamente um dos maiores problemas do custo do transporte coletivo, sem dizer aqui a insatisfação do uso do transporte coletivo.

Considerando o exposto, é imprescindível a implantação de medidas que resultem na desoneração dos custos do setor. Desoneração é uma palavra que talvez fique longe do entendimento comum, mas é o barateamento da tarifa, que realmente entendemos como sendo necessário, principalmente também o de característica urbana, que são os metropolitanos, proporcionando ganhos diretos para os usuários desse serviço essencial, pela redução das tarifas.

Tributos. Tratamento tributário diferenciado, considerando a essencialidade dos serviços, pelo estabelecimento de alíquotas especiais ou isenção dos impostos federais, estaduais e municipais, que incidem direta ou indiretamente sobre o setor.

A NTU propôs alíquota zero do PIS/Pasep e Cofins, a exemplo do tratamento dado a diversos itens da cesta básica pela Lei nº 10.925/2004. (*Manifestação das galerias.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dionei Walter da Silva) - Por favor, pessoal!

O senhor pode concluir.

O SR. PEDRO CONSTANTINO - Alíquota zero da Cide, PIS/Pasep e Cofins incidente sobre o óleo diesel destinado exclusivamente ao transporte público urbano de passageiros (não estamos falando para a nação inteira e nem para outros segmentos de transporte), a exemplo do adotado em outros países, como Argentina e Estados Unidos, que não têm essa tributação.

Impostos e taxas estaduais.

Alíquota zero do ICMS sobre o serviço de transporte de passageiros de característica urbana, que alguns estados têm; ajuste das alíquotas do IPVA e destinação de parte do imposto para cobertura dos custos de gerenciamento do transporte público de passageiros, eliminando a incidência da Taxa de Gerenciamento no cálculo das tarifas - nós entendemos, por exemplo, que numa cidade onde se privilegia o automóvel deveria toda a renda arrecadada com multas, estacionamento, Zona Azul, ser destinada para custear o transporte público de passageiros urbano; alíquota zero do ICMS incidente sobre o óleo diesel destinado ao transporte público de passageiros urbano e de característica urbana, a exemplo da medida adotada pelo Estado do Amazonas pelo Decreto nº 24.061, de 10 de março de 2004; alíquota zero do ICMS incidente sobre os veículos novos destinados ao transporte de passageiros, a exemplo de benefícios idênticos concedidos para os táxis e automóveis para deficientes físicos - nada contra eles, queremos a mesma condição para repassar isso para a tarifa.

Impostos e taxas municipais.

Redução da alíquota do ISS ou o zeramento da alíquota incidente sobre o serviço; destinação de parte dos recursos do IPVA repassado pelos estados para cobertura dos custos de gerenciamento.

Transferência da incidência dos encargos sociais, da folha de pagamento para o faturamento das empresas, equiparando o setor à agroindústria, que já goza desse benefício concedido pela Lei nº 10.256, de 2001 - sobre o tema já existe o Projeto de Lei nº 2.050/2003 tramitando na Câmara dos Deputados.

Gratuidades e benefícios tarifários.

Destinação de recursos do Orçamento da União, por conta da seguridade social, para cobertura da gratuidade dos idosos acima de 65 anos nos transportes públicos urbanos e de característica urbana, em cumprimento ao estabelecido no *caput* do artigo 230 da Constituição Federal combinado com o disposto no artigo 195.

Extensão do Programa Nacional do Transporte Escolar (PNTE) aos estudantes residentes em áreas urbanas, permitindo a utilização de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Escolar para cobertura parcial ou total dos benefícios tarifários concedidos aos estudantes, de acordo com o artigo 208 da Constituição Federal.

Extinção das gratuidades estabelecidas pela legislação federal, como para os carteiros, oficiais de justiça e fiscais do trabalho ou definição de fontes de custeio extratarifária para sua cobertura.

Extinção das gratuidades e benefícios tarifários estabelecidos por legislações estaduais e municipais ou definição de fontes de custeio extratarifária para a cobertura das mesmas.

Utilização dos recursos orçamentários destinados à educação para cobertura dos benefícios tarifários concedidos aos estudantes por legislação estadual ou municipal, em cumprimento à Lei nº 10.709/2003.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vânio dos Santos) - Pedro, mais um minuto, completando assim os quinze minutos.

O SR. PEDRO CONSTANTINO - Certo.

Como alternativa ao estabelecimento de alíquota zero para todos os tributos incidentes sobre o óleo diesel, propõe-se o estabelecimento de uma política de preços especiais para o óleo diesel consumido no transporte público de passageiros urbano e de característica urbana, estabelecendo uma forma de subsídios cruzados na cadeia de combustíveis, de forma que a redução de preços do diesel para os ônibus urbanos seja compensada por um aumento do preço da gasolina utilizada pelos automóveis.

Criação de linhas de financiamento em condições especiais para renovação da frota de ônibus urbanos, a exemplo de programa semelhante implantado para o sistema de veículos de carga, o Pró-Carga.

Condições operacionais.

A melhoria da eficiência e eficácia das redes de transporte público é fundamental para a redução dos custos operacionais e deverão considerar a racionalização da oferta dos serviços, a priorização do transporte coletivo no sistema viário e a eliminação da concorrência predatória.

Unificação do planejamento e gerenciamento operacional dos transportes públicos... (*Manifestação das galerias.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vânio dos Santos) - Muito obrigado.

(*Manifestação das galerias.*)

Quería chamar agora o Sr. Eduardo Pacheco, que é um dos coordenadores do Movimento Nacional pelo Direito ao Transporte (MDT), por até dez minutos.

O SR. EDUARDO PACHECO - Eu queria cumprimentar o Deputado Vânio, os companheiros da mesa, o plenário e agradecer pelo convite para a gente fazer essa exposição.

Gostaria de falar um pouquinho do Movimento. A gente trouxe alguns dados aqui para passar no telão, com alguns quadros.

(*Procede-se à exibição de imagens.*)

Eu sou do Sindicato dos Metroviários de São Paulo, dirigente da Confederação de Transportes da CUT e membro da Coordenação Executiva do MDT, que é uma entidade suprapartidária, supramodal, composta por empresários, trabalhadores, órgãos públicos, que tem essa preocupação de discutir o transporte público como uma questão de prioridade realmente. E a gente tem feito um grande investimento nessa área para discutir o transporte público com duas questões básicas: o fator de inclusão social e o fator de distribuição de renda.

Então, esse é o nosso eixo, esse é o eixo de trabalho. E a gente participa de algumas coisas com os eixos básicos, a questão da mobilidade para todos, não só para aqueles que querem fazer uso de transporte motorizado como para aqueles que preferem outros meios de transporte, que têm seus direitos, ou seja, pedestres, ciclistas, que podem e devem estar utilizando. A gente fala isso porque é comum ver na maioria das cidades cada vez mais se reduzir calçadas e alargar as ruas para o transporte de automóvel. Sendo que há uma inversão muito grande. O cidadão aproveita muito pouco o espaço público. Há uma questão de direito, de apropriação do uso do solo. Infelizmente, 60% do território de trânsito é aproveitado, é utilizado pelos automóveis e não pelo transporte público ou pelos cidadãos.

Um outro eixo de trabalho é a questão dos investimentos. Há uma questão de ter investimentos permanentes no transporte. O Brasil é um dos raros países do mundo que não tem subsídio para transporte coletivo. A gente fez uma pesquisa com alguns setores em algumas cidades européias. Em Roma, o usuário paga 10% do valor da tarifa, em Frankfurt, a mais cara, o usuário paga 45% da tarifa. Isso permite que as pessoas utilizem o transporte e tenham qualidade no transporte que utilizam.

Um outro eixo em que a gente trabalha é essa campanha que estamos lançando, que é o barateamento da tarifa para fins de inclusão social, porque baratear tarifa sem promover a entrada das pessoas, o uso das pessoas no sistema de transporte público e que ele também seja de qualidade também não resolve. Uma simples política de barateamento não vai resolver a questão do transporte público. A gente está falando dos investimentos, do sistema viário, dos espaços, e isso tem uma importância grande.

A outra questão é a prioridade ao transporte público nas ações. Então, os municípios, agora, têm planos diretores, vão ter que fazer os planos diretores, seus planos diretores de transporte, e isso tem um peso grande, porque na hora em que priorizo o transporte público eu tenho condições de auferir receitas também não tarifárias em benefício ao transporte. É comum a gente ver na maioria das cidades, hoje, o eixo da cidade ser centralizado por (*ininteligível*), uma via, seja de via pública ou seja com trilho. Há muitos investimentos alocados, tanto no mercado imobiliário, para a questão de prédios comerciais, de *shopping centers*, como também para moradias, para fábricas, para lojas. E todo esse público recebe um benefício muito grande do investimento que o Estado fez com o recurso da sociedade. No fundo, é a sociedade que está pagando essa conta e tem muito pouco em troca disso. Então, deve ter uma nova política com isso.

A outra questão é "linkar" a questão do transporte com o desenvolvimento tecnológico e respeito ao meio ambiente. É necessário uma mudança de matriz energética neste país. Então, transportes que são poluentes, diesel, gasolina... Tem tipos de combustíveis alternativos que deveriam estar sendo melhor explorados para agredir menos as cidades.

Estou passando só um resumo, pois o tempo é curto.

Essa aqui é um pouquinho sobre a questão dos índices de passageiros por quilômetro e com energia. Se a gente considera o sistema de ônibus... com energia, poluição, custo e área de via comum, a gente vê a diferença para moto e automóvel.

No caso da poluição, todos acham que a moto não polui, mas é a que mais polui; ela polui muito mais do que um automóvel, com 14,0 e o automóvel com 6,4. Está aí então a importância do ônibus no sistema de transporte.

Aqui a gente pegou especificamente da região metropolitana de São Paulo. Quando a gente fala de inclusão social e distribuição de renda, esse gráfico fica claro. Quer dizer, quanto menor a renda das pessoas, maior o gasto que elas têm com transporte. É uma inversão sem tamanho, significa uma grande concentração de renda. A gente vê que o grande beneficiário desse sistema, dessa nossa matriz de transportes, é quem tem uma renda familiar maior.

Isso aqui é o que estávamos colocando, o consumo de espaço viário por modo. Enquanto o pedestre ocupa um metro quadrado por pessoa, o automóvel ocupa 40 metros quadrados. Então, quando a gente fala de cidadania e direito à utilização do solo, está aí essa matriz. O ônibus contribui com 2,5 metros quadrados por pessoa e o automóvel com 40, por isso que a gente pede prioridade no transporte público, para inverter essa lógica perversa e onerosa para a sociedade.

Custos com poluição. Só de poluição está estimado em R\$4,3 bilhões, que são gastos por ano com poluição, e a gente vê o vilão, porque os automóveis representam 62% desse custo; o sistema de ônibus metropolitano com 24% ou 9% nos outros modais.

Aqui a gente vê a questão dos acidentes de custos urbanos. Nós temos uma faixa hoje estimada em 35 a 40 mil mortes por ano em acidente de trânsito e 120 a 135 mil feridos, sendo que boa parte deles com graves seqüelas. Isso está estimado, a gente vai ver agora quem é o responsável por esses acidentes. Caminhão, com 11%; ônibus, 13%; moto, com 19%, um volume que está crescendo bastante (em São Paulo, praticamente, nós temos por dia uma morte de motoqueiro); e o automóvel, com 57% de custo nisso.

Isso aqui é o que a gente chama de custo de externalidade. Quer dizer, o transporte gera uma externalidade. Como combater isso? Quais são as ações para fazer isso? Eu tenho um acidente, eu tenho poluição, a gente tem estimativas entre o Ipea e o Banco Mundial de que o Brasil gasta por ano de R\$15 a R\$20 bilhões com esses custos de externalidade. Quer dizer, na hora em que eu resolvo a matriz... Para a gente ter uma idéia, só para fazer um paralelo, o Governo este ano estava com R\$12 bilhões para novos investimentos, essa era a previsão, e nós estamos gastando R\$15 bilhões com custos de externalidade. Uma mudança nisso poderia dar um impacto de melhorar os investimentos no País de maneira fundamental, por isso que a gente volta a afirmar que não é só a questão do barateamento, da redução de tarifas, mas, principalmente, de todo um arcabouço, de todo um sistema de mobilidade urbana que a gente deve estar investindo.

Aqui a gente fala um pouco dos modos de viagem. Hoje temos 35% das viagens sendo feitas a pé. Isso seria muito bom se a população tivesse calçadas acessíveis, gostasse de fazer esporte, de caminhar por vontade própria, não por necessidade ou por falta de opção. Infelizmente, a realidade é essa: 35% das pessoas optam por

viajar a pé não porque gostam. Em São Paulo, chegam a andar quatro ou cinco quilômetros a pé, só para a ida, são mais quatro ou cinco para a volta. Fazia-se isso para tomar uma condução. E na hora em que colocaram um bilhete único, lógico, milhões de viagens foram para o sistema de ônibus, porque na hora em que você dá a opção de a pessoa trabalhar num horário determinado e passar por vários modais, isso faz com que a pessoa possa estar utilizando o ônibus e não ter uma medida restritiva.

Uma outra coisa perversa disso é a questão do emprego. Por exemplo, hoje as empresas estão dando opção a quem leve menos tempo de passagem ou que não precise de passagem para não pagar o vale-transporte. Então, a necessidade de transporte hoje passa a ser um currículo profissional. Se a pessoa não tem necessidade de transporte, tem mais condições de ter o emprego; se tem, passa a ter menos condições de conseguir o emprego. Aí volta a ser prejudicado aquele que mais necessita, aquele que tem a renda mais baixa. Porque, além disso, como tem o custo da gratuidade, são esses que pagam pela gratuidade dos outros, quer dizer, é o pobre financiando o mais pobre. Essa é a lógica de hoje.

Então a gente vê nessa matriz a importância da questão do transporte.

Para encerrar, voltamos a falar dos custos do transporte por modo, isso em municípios acima de 60 mil habitantes. Para a questão de investimentos, de infra-estrutura, de recursos financeiros, o transporte individual, ou seja, o automóvel, aqui assume o papel de grande vilão da história: 78% dos custos que existem são para financiar o transporte individual. Então, o movimento foi criado com a intenção de reverter essa matriz e de conceber o transporte público como inclusão social, geração de emprego e distribuição de renda, porque esse é o papel do transporte.

Eu acho que a sociedade, vocês que estão aqui, tanto os Parlamentares desta Casa, os que estão nesta audiência, principalmente quem está no plenário, que é quem tem voz ativa na sociedade e colocou os Parlamentares aqui, pode ajudar também, pode se mobilizar, se engajar nesta luta e nos ajudar para que o País possa ter uma nova matriz, para que a gente construa um transporte com fator de inclusão social e distribuição de renda.

Obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vânio dos Santos) - Obrigado, Eduardo.

Com a palavra o Sr. Luiz Carlos Bertotto, que representa o Ministério das Cidades neste debate de hoje. (*Palmas das galerias.*)

O SR. LUIZ CARLOS BERTOTTO - Caro Deputado Vânio, caro Prefeito, Secretários, Deputados, Vereadores, líderes comunitários e estudantes. É uma satisfação para o Ministério das Cidades estar aqui falando nesta audiência pública para colocar um pouco das ações e dos trabalhos que o Governo Federal vem desenvolvendo na questão do transporte urbano.

O mais fácil seria o Governo Federal chegar aqui e dizer que isso é coisa do Governo do Estado, que é coisa do Município, que o Governo Federal não tem nada a ver com isso, mas não é essa a prática nem é essa a política e a ação que o Governo Lula tem feito desde a sua criação. Um dos primeiros atos deste Governo foi a criação do Ministério das Cidades, em que agregou as funções das cidades num único Ministério para poder tratá-las de maneira conjunta - habitação, saneamento, questões urbanas, transporte, trânsito, mobilidade, a questão dos trens, que o Governo Federal ainda opera em várias cidades brasileiras, a mais próxima, por exemplo, é Porto Alegre. Está na pauta do Governo Federal a questão do transporte urbano, que há muito estava fora de discussão.

A partir daí, começou-se a trabalhar em diversas questões. Eu não vou colocar aqui o diagnóstico, acho que já foi bem-feito, só vou ressaltar que os dados que o Eduardo colocou são de uma pesquisa da NTP juntamente com o Ministério das Cidades e o BNDES e estão disponíveis na página do Ministério das Cidades para vocês poderem buscar informações de como é o transporte urbano no Brasil inteiro.

Como eu disse, a partir da criação do Ministério das Cidades, o Governo Federal colocou para si a difícil incumbência de começar a resolver e buscar soluções para o transporte urbano, e uma das primeiras coisas que veio na pauta foi o barateamento das tarifas. Logo de início, a pedido dos Prefeitos, montou um grupo de trabalho para discutir essas questões e buscar soluções para essa crise já aqui tão bem colocada. (*Manifestação das galerias.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vânio dos Santos) - Luiz Carlos, só um minutinho, por favor.

Pessoal, o que o Luiz Carlos está falando é quais são as medidas, as propostas do Governo Federal para ajudar a resolver o problema.

Eu pediria, por favor, que as pessoas fizessem silêncio. Tem muita conversa no plenário. Peço, encarecidamente, que façam silêncio. Todas as falas aqui são importantes. Por favor, vamos contribuir.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ CARLOS BERTOTTO - Isso é o ruim de a gente estar falando lá mais para o fim, todo mundo já está cansado. Mas não tem problema, vamos lá!

Então, voltando a essa questão do que o Governo fez a partir desse grupo, as questões que foram levantadas são aquelas que hoje se levanta, quer dizer, para baratear tarifa nós temos que desonerar impostos, temos que diminuir o diesel, temos que fazer uma série de coisas para resolver esse problema.

A nosso ver, são questões que temos que atacar, mas não são elas que realmente resolvem o problema a médio e longo prazo. Elas podem resolver pontualmente, como já resolveram em 1983 e 1984, em 1994 e 1995, que agora voltam à tona para que se busque uma solução imediata.

Mas a partir desse grupo, o Governo Federal não mexeu na alíquota do PIS nem do Cofins, aliás, deixou a do Cofins em 3% e baixou a do PIS de 1,65% para 0,65%, dando mostras de que naquele momento, no final de 2003, já estava trabalhando para desonerar os custos do transporte urbano. Essas duas medidas valeram para o transporte coletivo urbano.

O Governo Federal, naquele trabalho, também montou um grupo que está criando uma política nacional de troca do combustível diesel para gás natural para as frotas de ônibus. Por quê? Porque o diesel, como várias pessoas já falaram aqui, hoje é um dos grandes vilões das tarifas. Em 1997 e em 1998, representava 8 ou 9% do valor da tarifa. Hoje, representa entre 20% e 27%. Então, o diesel é daqueles insumos que mais elevaram a tarifa. Mas por que isso aconteceu? Porque houve uma equalização com os preços internacionais, cada vez custa mais caro extrair o diesel, refinar o diesel para ser utilizado nas cidades. Isso faz com que a gente tenha que mudar o tipo de combustível que usa.

Se hoje a frota de transporte coletivo urbano no País fosse a gás natural, apesar dos problemas com a Bolívia - o transporte coletivo urbano consome muito pouco gás que o Brasil tem e que importa da Bolívia -, nós teríamos já hoje uma redução de 10% nas tarifas. Por quê? Porque o gás, hoje, representa 50% do valor do diesel.

Então, se nós tivéssemos frotas a gás, já poderíamos ter uma redução de 10% no custo das tarifas de ônibus. Claro que isso não é uma medida que nós vamos fazer para amanhã, porque temos que transformar a frota, a distribuição de gás é uma medida de longo prazo, mas se nós não tomarmos essa medida agora, daqui a dez anos vamos discutir de novo uma crise no transporte, porque tomamos medidas de baixar o diesel e não tomamos nenhuma medida perene para que um outro combustível pudesse substituir esse diesel. Então, são medidas que o Governo Federal já está adotando também para reduzir o custo das tarifas.

Outra medida que o Governo faz é discutir a desoneração da folha de pagamento, não só para o setor, mas para todos os setores da economia, porque isso, no nosso setor, é fundamental. Hoje, 40% dos gastos em transporte são com pessoal e nós podemos aí também reduzir em torno de 6 a 7% da tarifa e também aumentar a formalidade dos outros setores, com isso trazendo gente para o vale-transporte, trazendo gente para poder utilizar melhor o transporte coletivo urbano.

Além disso, o Governo Federal já no ano passado distribuiu 29% da Cide, da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico, para os estados e municípios, esse dinheiro que pode ser gasto em infra-estrutura de transporte urbano interestadual, fazendo com que a gente possa também reduzir os custos do serviço.

O Governo Federal também na semana passada aprovou no Conselho (*ininteligível*) a liberação de R\$300 milhões para que os municípios pudessem utilizar esse financiamento para a infra-estrutura urbana, com recursos do Governo, do Fundo de Garantia, do BNDES, que estão, a partir de agora, liberados também para serem utilizados pelos municípios em todo o País. Em contrapartida, não em contrapartida, mas como garantia, os valores da Cide de dois anos que os estados e municípios vão receber.

Então, essas medidas o Governo Federal já adotou e estão aí contribuindo para a questão do transporte urbano. E o Governo Federal também, como disse o Deputado Vânio na sua intervenção, está discutindo uma nova lei de diretrizes para o transporte urbano nacional. Não é uma lei só para o transporte, é uma lei da mobilidade urbana, que agrega todas as funções, desde o caminhar, o andar de bicicleta, o automóvel, o ônibus, para que a gente possa integrar esses sistemas e fazer isso de maneira sustentável e com o menor custo para a população.

Então, o Governo está discutindo. Dentro das propostas, estão novos instrumentos para o Governo Municipal poder utilizar recursos para o transporte. Por exemplo, nós temos aí, desde 2001, um instrumento muito importante para os municípios, que foi o Estatuto das Cidades, que ainda está em implantação mas que trouxe para os municípios poderes para regular melhor o uso do solo nas cidades, a especulação urbana, a questão da construção da cidade, e nós queremos trazer alguns desses instrumentos para o transporte urbano. Porque não tem nenhuma função o Governo construir um sistema de transporte, construir uma via com corredor, construir um metrô e as

áreas lineares, a cidade beneficiada com isso, não contribuir para que esse serviço possa custar mais barato.

Essa é uma das questões fundamentais na cidade, e fundamentais para o barateamento da tarifa. É como se constroem as cidades neste país. Nós construímos cidades para o automóvel, nós construímos cidades dispersas, quer dizer, criamos grandes vazios urbanos entre os conjuntos habitacionais, principalmente os de classe mais baixa, ao centro da cidade, ao emprego, ao trabalho, à questão da escola, fazendo com que tenha que ser colocado um transporte coletivo para buscar essas pessoas e trazê-las para esses setores onde estão esses serviços, o que faz com que esse tipo de cidade seja muito mais cara, favorecendo a especulação imobiliária, que depois se beneficia desse transporte que já está indo lá longe e cobra mais caro para vender nesse entorno, vamos dizer assim, dos centros, nessas áreas vazias, os custos de terrenos, os custos das construções.

Então, os instrumentos que nós queremos trazer para os municípios a partir dessa lei são instrumentos novos, que podem ser utilizados na redução dos custos e na construção de uma cidade realmente sustentável. E só vamos fazer alguma coisa para o transporte, para o barateamento do transporte, quando mudarmos essa lógica de construção de cidades.

Se nós não mudarmos essa lógica de cidade, se nós não mudarmos a prioridade dentro da cidade para aquilo que queremos e do jeito que queremos que as pessoas sejam transportadas, com certeza daqui a dez anos, se tomarmos medidas paliativas, vamos ter uma crise novamente no setor de transportes. E é uma crise não do setor de transportes, é uma crise nas cidades. Quem mora em Florianópolis, em cidades menores, ainda consegue andar na cidade, mas é impossível hoje se deslocar, por exemplo, em São Paulo, no Rio de Janeiro, porque os sistemas lá construídos são sistemas falidos, são sistemas que não estruturam a cidade, não fazem a cidade crescer e se desenvolver.

Então, se nós não mudarmos isso, se nós não fizermos projetos em longo prazo, em médio prazo, vamos de novo cair em questões paliativas: ah, baixa o diesel, tira um imposto daqui, faz isso ali. Daqui a um ano a carroceria de ônibus subiu, o salário dos funcionários subiu, outros insumos subiram e a tarifa vai subir de novo. Então, se nós não estruturarmos a cidade de maneira adequada, não vamos ter uma solução para esse sistema.

Outra questão fundamental é a questão de quem paga esse sistema. Hoje, todo o pagamento por esses sistemas está naqueles que se utilizam dos sistemas, exceto os sistemas de alta capacidade do País, que são o metrô de São Paulo, o metrô do Rio de Janeiro, o trem de Porto Alegre, os trens regionais lá no Nordeste brasileiro, Belo Horizonte, Recife, em que o Governo, e boa parte desse sistema é do Governo Federal, subsidia tarifa para quem anda de trem.

Então, muitas vezes as pessoas dizem que querem trem na sua cidade porque o trem é mais barato. O trem é mais barato porque o Governo subsidia esse trem, paga parte desse trem, mas é muito mais caro que os outros sistemas, mas é fundamental para a estruturação das grandes cidades.

E isso nós temos que discutir no transporte coletivo urbano: quem paga esse transporte, quem paga as gratuidades, quem paga os descontos. Tem cidades brasileiras em que 40% da tarifa é desconto e gratuidade, e isso recai sobre aquelas pessoas que (*inaudível*).

Então, a construção das cidades e equacionar quem paga esses sistemas são fundamentais para que a gente possa resolver esse problema em longo prazo, senão nós vamos ter medidas paliativas por um período curto que não vão resolver as questões. (*Palmas*.)

O Ministério está à disposição, inclusive para discutir essa nova lei de mobilidade aqui em Florianópolis, aqui na Assembléia, numa data que a gente pode combinar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vânio dos Santos) - Companheiros e companheiras, gostaria de registrar a presença de Rui da Luz, Presidente do PT de Florianópolis; de Jacir Zimmer, Presidente do Sindicato dos Bancários de Florianópolis, e outros diretores; de Marciano e outros diretores do Sintraturb; e do Sr. Rodolfo Pinto da Luz, Secretário Municipal da Educação de Florianópolis.

Caso mais alguma autoridade presente desejar fazer o registro e também fazer a sua inscrição, poderá ser feito na mesa aqui ao lado, com a Sra. Eloísa. A mesa já recebeu 17 inscrições até agora.

Com a palavra o último expositor, o Sr. Marcelo Pomar, representando o Movimento Estudantil de Florianópolis e o Movimento Passe Livre.

(*Palmas das galerias*.)

O SR. MARCELO POMAR - Bom-dia a todos; um bom-dia especial aos meus companheiros, meus camaradas de revolta, depois de quatro semanas de luta, grande vitória da população de Florianópolis.

Quero dizer que não vim aqui fazer nenhum debate técnico sobre planilha de custo, sobre números, sobre cálculos complexos, nós vamos inverter esse debate.

Esse debate sobre o transporte coletivo é eminentemente político, não é um debate técnico, tem que parar com essa história de que o técnico-econômico determina o político, quando nós sabemos que é o político que determina o técnico, que determina o econômico.

Essa história de Prefeito e de Prefeita se esconderem atrás de planilha de custo, de números, de cálculos complexos, já está manjado para o Movimento. Isso é uma vergonha que nós não admitimos, é uma falta de capacidade política. (*Palmas das galerias.*)

Quería, inclusive, saber onde está o Prefeito neste momento, porque pediu que os estudantes fizessem sugestões e agora demonstra toda a sua inabilidade ao se retirar do Plenário, no momento em que os estudantes podem colocar as suas propostas. (*Palmas das galerias.*)

Nós não vamos nos limitar a um debate em que o fim seja a forma mais rentosa e tranqüila de os empresários ampliarem a sua margem de lucro. Nós não vamos nos limitar a esse debate. O debate não é esse. Nós queremos que o transporte coletivo público seja visto como setor essencial, estratégico para o desenvolvimento da sociedade e como tal tem que ser gerido pelo Poder Público, voltado para os interesses da coletividade e não para o enriquecimento de uma dúzia de famílias que poderiam estar investindo o seu dinheiro em outros setores da economia mais produtivos, poderiam plantar soja no Rio Grande do Sul, desenvolver *software* em Joinville, abrir uma malharia em Blumenau, mas ganhar dinheiro em cima de um setor público fundamental, estratégico para a democracia da sociedade, para democracia do acesso, nós não vamos permitir.

O Movimento Estudantil em Florianópolis demonstrou que esse debate veio para ficar e é, sim, um debate político. As revoltas populares ocorridas em Florianópolis em 2004 e 2005, embora tenham um protagonismo estudantil, são expressões da população, são expressões de um desgaste intenso, uma insatisfação intensa da população com o modelo do transporte coletivo.

Então, aqueles assessores das autoridades e aquelas autoridades que insistiram em defender a tese de que isso era coisa de meia dúzia de moleques, de que isso era coisa de vagabundo desocupado, tiveram que engolir a sua petulância, tiveram que engolir mais uma demonstração de força da população, foi uma vitória da população, não sem antes utilizarem métodos espúrios da força bruta.

É preciso dizer, com todo o respeito ao Secretário Benedet, que é um democrata e eu sei disso, que a tropa de choque marchou sobre os estudantes de Florianópolis, abriu fogo contra os estudantes e contra pessoas da população. (*Palmas das galerias.*)

Eu não poderia participar de um debate aqui com tantas autoridades presentes e me calar, não denunciar o fato de que houve 25 prisões políticas. O fato é que eu e mais dois companheiros do Movimento Passe Livre estamos enquadrados em formação de quadrilha, entre outros crimes.

O que falar do caso do estudante Luiz Henrique, que depois de mobilizado no chão foi espancado; o que falar do fotógrafo do CMI, Jorge Minella, que tomou dois tiros acima da linha da cintura, sendo um deles na face, no rosto, alguns centímetros dos olhos? Vale lembrar que esse seria o segundo caso de cegueira provocado pela tropa de choque da Polícia Militar para defender os lucros dos empresários do transporte coletivo! Em 1999 o Vereador Márcio de Souza perdeu a visão do olho esquerdo por um estilhaço de bomba, por causa de uma votação que concedeu 20 anos de exploração do transporte coletivo sem licitação para essas empresas que aí estão.

Quer dizer, na hora de mobilizar esse efetivo policial para combater o narcotráfico e a criminalização (nos últimos três anos, morreram 300 jovens em virtude do narcotráfico e da criminalização), nós não temos efetivo policial, mas para reprimir o movimento estudantil, os estudantes, que são legítimos manifestantes dos seus direitos, temos acampamento permanente da tropa de choque, bala a vontade, gás lacrimogêneo, gás de pimenta! (*Manifestação nas galerias.*)

Nós não precisamos de mais ninguém para defender os interesses dos empresários de transporte coletivo, eles têm todo mundo. Nós precisamos de gente séria para inverter esse debate, nós precisamos da participação popular, precisamos de um transporte gerido pelo Poder Público e voltado para o interesse público. É esse o debate que os estudantes querem colocar, é essa a questão fundamental.

E para não dizer que nós só sabemos criticar, nós temos, sim, sugestões. A Prefeitura apresentou no começo do ano duas propostas, sendo uma delas bastante razoável e uma outra que ela vai ter que cumprir porque é lei. Uma dessas propostas era a criação de uma empresa pública municipal de transportes, que o Movimento Passe Livre, por quem eu falo aqui, defenderia. Nós achamos que tem que ter só empresas públicas de transporte coletivo nesta cidade e não empresas privadas.

A outra proposta é a implementação da Lei do Passe Livre, que é uma luta histórica nesta cidade, foi aprovada na Câmara de Vereadores. É lei e vai ter que ser implementado!

Os senhores não venham fazer discursos para a gente de que nós temos que fazer movimento dentro da lei e dentro da ordem e na hora de os senhores cumprirmos a lei, aplicarem a lei do passe livre, venham tentar dar golpe na gente. O passe livre vai ser aplicado em janeiro de 2006. Ele, por si só, reduziria as tarifas em cerca de 10 a 15%, dependendo do patamar. Por quê? Porque hoje quem paga a gratuidade do estudante, 50% de desconto que nós temos, é o usuário. E nós entendemos que é dever do Estado garantir o acesso à educação. Está lá no artigo 208, inciso VII, da Constituição Federal, que diz que é dever do Estado garantir o acesso à educação através de projetos suplementares, de auxílio ao transporte, alimentação etc.

O passe livre entra exatamente nesse critério, deve ser assumido como uma responsabilidade do Poder Executivo e deve ser financiado para todos os estudantes sem restrição nesta cidade, para que se possa de fato combater a criminalidade, pois estamos perdendo a nossa juventude para o narcotráfico, ela está morrendo nos morros e não tem polícia para defender. (*Palmas das galerias.*)

Por fim, paralelo a essas medidas, existem outras medidas que também ajudam nesse sentido, uma delas é a municipalização da Cotisa, que é a operadora dos terminais. Existe essa possibilidade no contrato, é possível municipalizar a Cotisa. E isso reduziria a tarifa em mais de dez pontos percentuais ou em dez pontos percentuais e seria um passo no caminho estratégico no sentido do problema que tem que ser resolvido. E aí, sim, eu concordo com aqueles que disseram que todas as outras formas de resolver os problemas são paliativas. A forma de resolver o transporte coletivo é a municipalização total do transporte coletivo, quer dizer, o transporte coletivo pensado como serviço público essencial e voltado aos interesses da população.

O transporte tem que ser um instrumento de democracia, um instrumento de acesso às oportunidades. Quando se fala que 37 milhões de pessoas no Brasil não têm acesso ao transporte é muito fácil pensar em números. O Prefeito disse que no Brasil 37 milhões não têm acesso ao transporte. E os milhares em Florianópolis que não têm acesso ao transporte coletivo? É competência do Prefeito resolver! O Movimento Social vai para as ruas cobrar isso e não quer ser reprimido da forma como foi reprimido. Usemos inverter a lógica no transporte coletivo!

Hoje, quem paga o transporte coletivo integralmente é o usuário, mas está errado. Quem tem que pagar o transporte coletivo é quem verdadeiramente se beneficia dele e não quem o utiliza. E quem se beneficia do transporte, um transporte decente, são os grandes empresários, são os donos das grandes indústrias, são aqueles que controlam os meios de produção. Eles, sim, beneficiam-se e não têm ônus nenhum, só têm bônus. Os ônus são jogados, todos, para os usuários do transporte coletivo.

Usemos inverter a lógica, porque enquanto essa lógica não for invertida nós vamos colher revoltas atrás de revoltas, porque isso não é um problema de meia dúzia de jovens insuflar a massa, esse é um problema objetivo, concreto, é uma questão social nesta cidade e vai ter que começar a ser tratado assim. Acho que depois do segundo ato da revolta da catraca este ano ficou evidente que se isso não for tratado como uma questão séria, o que aconteceu em Salvador, o que aconteceu em Uberlândia, o que aconteceu agora em Florianópolis vai começar a acontecer em todo o Brasil e vai se repetir em Florianópolis.

Cheguemos um dia, sim, à tarifa zero. É possível! Por que não? Nós somos o país que paga o maior número de tributos e impostos. E nós não vamos aceitar pagar tanto tributo e tanto imposto para um Estado que só serve para defender os interesses das elites.

Vitória da resistência! Vitória do Povo de Florianópolis!

Muito obrigado. (*Palmas das galerias.*)

Gostaria de solicitar a exibição de umas imagens.

(*Procede-se à exibição de imagens.*)

(*Manifestação das galerias.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vânio dos Santos) -

Companheiros, acho que a audiência está seguindo legal, a gente acompanhou até agora os expositores, mas está reservada uma hora e meia para o debate, para as pessoas do movimento social em geral, representantes de entidades e Parlamentares se manifestarem.

(*Manifestação das galerias.*)

Pessoal, como um dos proponentes desta audiência pública e presidindo os trabalhos, quero dizer que não sou responsável pela presença de a ou de b. Quero que vocês compreendam que o debate vai precisar seguir e cada um responde pelo seu comportamento, pela sua fala.

Eu queria iniciar chamando o Deputado Francisco Küster, que subscreveu comigo o requerimento e é o primeiro inscrito.

As pessoas já estão enumeradas aqui pela ordem, que está estabelecida na ficha conforme as inscrições. Estão inscritos diversos representantes de entidades, sindicatos.

Deputado Francisco Küster, estamos propondo um tempo de cinco minutos em média por pessoa, para não cercear ninguém, pois já temos até agora 17 inscritos.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER - Cinco minutos é o suficiente.

Saúdo o Deputado Vânio; o Secretário da Segurança, Deputado Benedit; o Comandante da Polícia Militar; o representante do Ministério das Cidades, Dr. Norberto Stroich; e os estudantes e as pessoas que participam desta audiência pública.

Nós estamos aqui tratando de um assunto que é crise nacional. É uma crise! Não adianta querer dizer que não existe crise no setor de transporte coletivo urbano, de transporte de massa, porque existe. Com o passar dos tempos, entrou-se num processo de deterioração, e foram os procedimentos, alguns justos, outros demagógicos, que culminaram numa série de isenções. De um lado, temos o modelo capitalista, que, caprichoso nos seus anseios de lucro, elevou o preço dos custos do sistema; e, lógico, se o modelo é capitalista, os empresários querem auferir os seus lucros. De outro lado, está o Estado contemporâneo, ávido em arrecadar tributos. É claro que não ia dar certo, ia desaguar no que está acontecendo.

Ao longo dos meus 62 anos de idade e de muitas lutas, tenho muita esperança neste País quando vejo a juventude participando. E não existe mudança sem luta. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva está vendo que dentro do modelo, do *status quo* vigente, patina-se na descida, não se anda e mergulha-se nas crises. E esse é um modelo que está se exaurindo.

Nós precisamos defender aqueles que têm a responsabilidade de defender o Estado, no caso, é o Secretário da Segurança quem está investido democraticamente no poder, que exerce o poder, por força da existência das leis, de fazer cumprir essas leis. Mas, por outro lado, precisam ter a sensibilidade de perceber a evolução das coisas, dos fatos. Nós estamos diante de uma crise, e foi feliz V.Exa. quando nos convidou para propor esta audiência pública, Deputado Vânio. Nós não podemos ficar no faz-de-conta, com os estudantes em confronto com a polícia e esta em confronto com os estudantes, porque a polícia tem a responsabilidade de assegurar aos cidadãos o direito de ir e vir. Essa é a responsabilidade de quem governa, e os estudantes querem buscar a transformação, a mudança, dessa realidade cruel: a crise no setor de transportes.

Está muito caro, sim! Quem não sabe que estão muito caras as passagens? O trabalhador já não está mais usando o transporte coletivo porque o preço é muito elevado. É uma crise; nós estamos tratando de uma crise.

Se de um lado a energia aflora a pele dos estudantes, e é assim que as coisas têm que ser, porque eu já fui estudante, de outro lado precisamos nós, políticos, ter a responsabilidade de representar o povo, porque a democracia brasileira é representativa. Eu luto pela democracia participativa, mas a Constituição define no seu artigo 2º que ela é representativa.

Nós, que representamos o povo, temos, sim, que buscar uma solução para essa crise. É por isso que aqui estou, é por isso que fiz desta manhã uma prioridade na minha agenda. Poderia muito bem fazer como outros Colegas, que estão trabalhando pelo interior, mas fiz disso uma prioridade porque tenho responsabilidade e consciência de que estamos tratando de uma crise muito grave.

Não adianta ficarmos apenas nas xingações, não. Os estudantes estão cumprindo o seu papel. A Novembrada aconteceu com os estudantes, o fim da ditadura aconteceu sob a pressão dos estudantes e de outras tantas instituições, e uma vez mais aparecem em cena política os estudantes em Florianópolis, desta feita o movimento com a participação de populares.

Nós precisamos encontrar uma saída, e ela não será tão rápida, tão fácil. Eu ouvi do representante do Governo Federal, do Ministério das Cidades, que está ainda no campo das intenções, na vontade de fazer. Eu ouvi o representante dos empresários elogiando que antes era desoneração, agora é barateamento. Quis adular quem está no Governo, porque é tudo a mesma coisa. Desonerar é desonerar o combustível, é desonerar o aço para fazer os veículos.

Eu não vejo outra saída, se nós não tivermos sensibilidade e competência, a não ser estatizar o transporte coletivo urbano das cidades. Não vejo outra saída. Não vejo! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vânio dos Santos) - Obrigado, Deputado Küster.

Registro a presença do Sr. Carlos Raulino e do Sr. Juan Luiz, que representam o Partido Socialismo e Liberdade/SC; da Sra. Marilu Lima de Oliveira, que representa e coordena o Projeto Antonietta de Barros nesta Casa; do Sr. Nauro Velho, que representa o Sindasp; do Sr. Everson Silveira Júnior, Superintendente da Caixa Econômica Federal na região da Grande Florianópolis, e de outros colegas dessa entidade.

Com a palavra o próximo inscrito, Sr. Ricardo Freitas, assessor Sindical do Sintraturb, por cinco minutos. E gostaria de registrar que ele e o Sr. Adilton de Paula participaram do seminário realizado em Brasília nessa última semana junto comigo.

O SR. RICARDO FREITAS - Sintam-se todos cumprimentados; vamos gastar o pouco tempo que temos com o que interessa.

Eu escutei aqui o Sr. Pedro Constantino defender, em nome das empresas, toda uma proposta em nome da melhora do ambiente de negócio, como se a questão do transporte fosse mais uma parcela do mercado. Mas que negócio, Sr. Pedro Constantino? O negócio para beneficiar a sua família em detrimento de milhares de outras famílias que não andam de ônibus porque gostam, mas porque precisam? A necessidade de milhões e milhões de pessoas não pode ser um mero negócio. Nós precisamos ter um outro olhar.

Precisamos ter um outro olhar também sobre desonerar. Não podemos ter apenas essa visão da globalização, em que toda crise se resolve cortando custos.

Eu gostaria de fazer uma discussão aqui de como a gente faz, em vez de desonerar, para investir, para aumentar as receitas do sistema, para aumentar a demanda do sistema. É isso que nós precisamos, porque todas as propostas de desoneração estão vinculadas a desonerar o custo tarifário em benefício das empresas privadas à custa do imposto, portanto, da capacidade de investimento do Estado; à custa de uma série de outras coisas, como propor, por exemplo, o fim de algumas gratuidades. Eu defendo o fim de algumas, mas não de todas.

Eu não acho que seja privilégio um cidadão de 60 anos de idade andar de graça no sistema de transporte das cidades após ter trabalhado a vida inteira, contribuído a vida inteira para a sociedade. Isso nunca é um privilégio, muito menos um benefício, e sim uma gratidão da sociedade por quem já fez sua parte. É assim que a gente deve entender, mas os meros negociantes preferem entender que isso é mais um custo, não um agradecimento a quem tanto já fez.

Eu estive em Brasília, na última semana, pela terceira, quarta ou quinta vez participando de seminários nacionais, e escutei o Sr. Otávio Vieira da Cunha Filho, Presidente da NTU - Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos - e um dos maiores empresários do transporte do País, dizer que o sistema está falido e caminha para o colapso. As palavras não são minhas, são de um dos maiores patrões do transporte do País.

Quero dizer aqui que ninguém do povo e dos trabalhadores do sistema é responsável por esse colapso ou pela crise do sistema porque nunca fomos ouvidos, e agora chegou o momento de nós começarmos a participar disso.

Quero dizer também que tarifa é apenas um aspecto de toda a discussão de transporte. Falando em propostas, existe um método de apuração de custos. Vários métodos são utilizados, o maior e o mais utilizado são as famosas planilhas de custo, que servem de biombo para muita gente tergiversar sobre o problema. Elas apuram custos por médias. Está na hora de jogar essas planilhas no lixo (essa é uma das primeiras propostas) e começarmos a discutir a apuração de custos a partir dos custos reais, com nota fiscal de tudo o que é utilizado de insumos no transporte. Ai, sim, vamos começar a apurar os custos reais. Não por médias, que muitas vezes são médias nacionais, como se fazer transporte em Manaus ou em Salvador fosse a mesma coisa que fazer transporte em Florianópolis.

O Sr. Dário Berger, Prefeito da cidade, falou aqui em muitas necessidades, que precisamos disso, precisamos daquilo, precisamos não sei mais do quê. O que efetivamente nós precisamos é de respeito! O que nós precisamos é de democracia! O que nós precisamos é entender a necessidade da participação popular! Precisamos é que o Prefeito Dário Berger encampe a Cotisa imediatamente, para depois discutir as indenizações, para depois discutir as querelas legais e a burocracia interna. Nós não podemos ficar esperando mais um ou dois anos para que sejam discutidas essas pequenas querelas, a burocracia. O povo precisa pagar menos já! E para pagar menos, já se tem uma forma concreta em Florianópolis: a imediata encampação da Cotisa. Isso vai desonerar as tarifas em mais de 10%, uma vez que a Cotisa representa, em média, dois pontos percentuais do custo de tarifa na nossa região.

Companheirada, precisamos começar a inverter a cultura em relação ao deslocamento e à mobilidade urbana. Nós temos um grande vilão nesse processo que é o automóvel. Em treze metros de uma via pública, que é o tamanho padrão dos ônibus mais utilizados na nossa cidade, cabem estacionados, no momento em que fecha o sinal, quatro automóveis Gol. Como a taxa de ocupação num automóvel em nosso país está em 1,47 passageiro por carro, isso significa que nesses 13 metros de via pública com quatro veículos Gol parados teremos 5,88 pessoas ocupando esse espaço, enquanto que dentro de um ônibus teremos 70 ou 80 pessoas. Portanto, a discussão de transporte passa pela discussão da utilização de solo urbano.

Quero levantar aqui outras duas questões importantes. Impõe-se que esta Casa abra uma CPI dos Transportes na Região Metropolitana de Florianópolis por várias questões, e vou citar apenas uma delas. Está aqui o Presidente do Deter, e gostaria de ouvi-lo sobre o fato de fiscais do Deter que, fora da sua jornada de trabalho no órgão público, são empregados das empresas que eles fiscalizam no outro período. Isso é no mínimo estranho. Repito: é no mínimo estranho que fiscais fora do seu horário de trabalho façam parte da folha de pagamento da empresa que deveriam estar fiscalizando.

Portanto, gostaria de ouvir do senhor a sua posição sobre isso e se, com esse exemplo e muitos outros, que eu poderia passar aqui horas elencando, não se justifica uma CPI dos Transportes, assim como essa que vai acontecer na Câmara de Vereadores e que vai ter que perscrutar toda a nossa história desde 1999, como foi lembrado aqui pelo Marcelo Pomar. E essas CPIs não vão terminar em pizza porque nós não permitiremos! Nós nos organizaremos e faremos com que elas tenham resultados.

Estou vendo que o meu tempo está se esgotando, mas quero fazer um lançamento aqui que considero de extrema importância. Nesse momento, depois de termos discutido com vários segmentos da sociedade, estamos lançando aqui de público o Comitê Florianopolitano para a Construção da Tarifa Zero, como um exemplo para o País! (*Palmas.*) Não é possível que shoppings (aliás, centro de compras, temos palavra correspondente em português), como este que está sendo construído às margens da SC-401, que vai demandar por dia o deslocamento de mais de 25 mil pessoas, com um impacto sobre o sistema viário, sobre a coleta de lixo e sobre uma série de outros serviços públicos, tenham lucros e não paguem nada! Tem que ter uma taxa de transporte sobre os grandes empreendimentos, sobre os meganegócios, sobre aqueles que não andam de ônibus porque não precisam mas que utilizam os lucros que o sistema lhes proporciona! (*Palmas.*) Portanto, devem ser eles os mais onerados!

Por fim, gostaria de fazer aqui um depoimento, e quero o testemunho de um empresário do transporte dessa região, o Sr. Alberto, um dos proprietários da empresa Santa Terezinha, que estava ao meu lado numa das noites de manifestação em Florianópolis. Se ele tiver compromisso com a verdade como eu tenho, vai me ajudar nesse testemunho.

Nós vimos a PM marchar com bombas sobre uns cinquenta ou sessenta jovens sentados no chão. Essas cenas que vocês viram, nós presenciámos isso. Não foi atirada uma pedra contra a Polícia Militar, não foi gritado um palavrão contra a Polícia Militar naquele momento! Menos de trinta metros antes de a polícia chegar ao lugar onde estavam os estudantes, eles já tinham saído todos da frente dos ônibus. Portanto, já estava desobstruída a via; os ônibus podiam adentrar no Ticen e fazer o seu serviço. Mas eles não se contentaram com isso, continuaram marchando contra os estudantes pela Hercílio Luz afora, atirando pelas costas, ferindo gente! Depois, o que se viu foi a quebradeira na Tenente Silveira, foi a quebradeira na Felipe Schmidt, e vêm acusar os estudantes como se eles fossem marginais! (*Palmas.*)

Eu quero dizer aqui ao Coronel Bruno que eu, Ricardo Freitas, se for instaurado um inquérito policial militar, me disponho a ir testemunhar sobre o que vi da atitude daquele pelotão! Não sei o nome dos componentes, muito menos do seu comandante, mas eu me disponho a testemunhar no inquérito policial militar o que vi. Não tinha necessidade daquelas agressões; os estudantes já tinham desobstruído a via, já tinham corrido daquele lugar. No entanto, a polícia, não contente com isso, achou que o melhor era massacrá-los. Sou uma testemunha disso, de me coloco à disposição para testemunhar isso em qualquer lugar.

Para concluir, quero entregar aqui duas cópias da íntegra desse vídeo (porque a gente acabou de assistir a um pedaço aqui): uma para o representante do Ministério das Cidades e outra para o companheiro que representa o MDT. Quero que vocês façam um favor para Florianópolis e para o País: ajudem a divulgar essas imagens, mostrem isso ao Presidente Lula, se ainda lhe restou alguma sensibilidade da sua vida pública de sindicalista e de lutador. Mostrem isso ao Presidente Lula! Mostre isso, companheiro Eduardo, onde você andar no País, porque isso é um exemplo não de baderna, mas um exemplo de luta que Florianópolis dá para a gente efetivamente resolver os problemas do transporte no País! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vânio dos Santos) - A mesa está procurando ser tranqüila com relação ao tempo, mas peça aos companheiros que, por favor, tentem limitar-se ao tempo estabelecido.

Com a palavra o Sr. Prudente Mello, representando a Ordem dos Advogados do Brasil em Santa Catarina.

O SR. PRUDENTE MELLO - Excelentíssimo Sr. Presidente, excelentíssimos membros da mesa, nobres estudantes lutadores, demais representantes da sociedade. Venho aqui representando a Ordem dos Advogados do Brasil, em nome do seu Presidente em Santa Catarina, Adriano Zanotto. A preocupação da Ordem dos Advogados com os fatos tornou-se evidente, e vou tentar levá-los ao Secretário Benedit, com quem há muitos anos conversamos e discutimos nesta mesma Casa sobre direitos humanos, tendo ele demonstrado extrema sensibilidade.

Nobre Secretário, as imagens falam por si, e com certeza V.Exa. não defende um tipo de prática policial militar como a que ocorreu aqui, transmitida para o Brasil inteiro. A Ordem dos Advogados

preocupou-se desde o primeiro momento, e, através da Comissão de Direitos Humanos, constituiu uma comissão, da qual faço parte, e na quinta-feira essa comissão esteve presente para dialogar, discutir e acompanhar os fatos na Central de Polícia. Infelizmente, os Delegados que estavam de plantão lavraram termo circunstanciado para os sete primeiros implicados levados para a Central de Polícia e os liberaram às 22h; depois disso, houve ordem superior para que mais ninguém fosse liberado, estivessem implicados ou não. Isso eu e os demais advogados que estávamos representando a Ordem dos Advogados acompanhamos. Fizemos uma reunião, inclusive com o coordenador, e ele disse: "Ordens, infelizmente, superiores impõem-se."

Estavam entre os 16 presos (sete foram liberados) um que foi preso ao sair de restaurante, (*ininteligível*) Presidente da UCE, estudante do 9º período de Direito; quatro estudantes que estavam fazendo um filme para a Unisul e outros estudantes, sendo que nenhum deles estava implicado. Mas a determinação, nobre Secretário, foi de mantê-los presos, não só lavar o ato circunstanciado. E depois, descumprindo os acordos que foram traçados, inclusive com a Senadora Ideli Salvatti, com o Procurador Dr. Reinaldo Pereira da Silva, que faz parte da Comissão de Direitos Humanos, todos esses estudantes foram presos, ficaram mantidos. Somente depois de cinco horas, depois de uma reunião interna, que se estendeu até 12h, 13h, em que se retomou os depoimentos, eles foram encaminhados para a penitenciária.

Infelizmente, nobre Secretário, na penitenciária também houve uma série de assédios. Foi lamentável o que aconteceu, e a Comissão de Direitos Humanos já foi à penitenciária e relatou isso para o coordenador de plantão. Diziam que os meninos iam virar meninas, que as meninas iam sofrer assédio... Coisas lamentáveis! A nossa democracia, que foi constituída a duras penas, inclusive com a participação do senhor e de tantos outros que lutaram para o fim do regime militar, de forma nenhuma pode admitir isso. A Ordem dos Advogados, nesse sentido, sempre foi uma entidade brava, lutadora, e vai continuar sendo. Não vai permitir os desmandos, as atuações arbitrárias e a violência policial que se possa praticar. (*Palmas.*)

Não acho que essa tenha sido a orientação de V.Exa., e se foi... Duvido que tenha sido, pelo passado que V.Exa. tem. Agora, sem dúvida nenhuma, é lamentável; as imagens falam por si. E para o bem efetivamente da força policial, para o bem da Polícia Militar, para o bem de V.Exa. na Secretaria que ocupa, todas essas prisões feitas e todos esses termos circunstanciados devem ser anulados. E mais: a criminalização que foi imposta na formação de quadrilhas em relação a três estudantes-líderes, como V.Exa. o foi no passado, como tantos outros aqui desta Casa enobreceram o passado e enobrecerão o futuro...

O Marcelo Pomar é um exemplo de pessoa que é militante estudantil, uma pessoa que tem clareza, que tem democracia no seu sangue, e nós não podemos permitir que sejam levados a cabo esses procedimentos judiciais; que eles sejam arquivados efetivamente. Que aqueles que porventura tenham praticado algum tipo de ato de vandalismo possam ser responsabilizados, mas não aqueles que estão construindo, lutando pela democracia, lutando pelo Estado democrático de direito, lutando pelos direitos humanos, lutando pela democracia neste país, que deve ser um valor efetivo, como V.Exa. colocou. (*Palmas.*)

Ainda temos uma democracia jovem, ainda temos um Estado que precisa que a gente garanta por todos os seus efeitos. Enfim, que se mantenha o Estado democrático de direito, a Constituição e os valores fundamentais que nela estão inseridos.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vânio dos Santos) - Com a palavra o Sr. Denilson Machado, representando o Sindicato dos Bancários de Florianópolis e região. (*Palmas.*)

O SR. DENILSON MACHADO - Bom-dia a todos. Venho aqui para falar do caos em Florianópolis por conta de um sistema de transporte coletivo cujo valor da passagem faz com que jovens não consigam estudar. Pais e mães de famílias não conseguem emprego porque o empresário não vai dar emprego a quem paga 6 reais de passagem, só dá emprego para quem mora perto. Então, quem mora longe não consegue trabalhar, e os jovens não conseguem estudar. Isso é um caos!

Que cidade nós queremos? As pessoas estão nos ligando e dizendo o seguinte: "Olha, nós estamos nos reunindo e comprando vans para nos deslocarmos até o centro". Transporte clandestino.

Esta é uma cidade em que é mais barato ir de carro a determinados lugares do que pagar o valor da passagem. Isso é um grande absurdo, e aí nós entendemos por que Florianópolis é a cidade que tem mais carros por habitante neste país. E não adianta ficar construindo mais pontes, mais viadutos com o nosso dinheiro, tentando justificar isso, porque é por conta de um sistema de transportes que não funciona, que exclui as pessoas. As pessoas não conseguem se deslocar pela cidade e se revoltam com isso.

A partir do momento em que a população se revoltou com isso, a polícia, com bombas e balas de borracha, vem oprimindo a população, tentando acabar com as manifestações, tentando criminalizar o movimento, tentando colocar as pessoas como criminosas, prendendo algumas. As empresas e não sei quem mais infiltravam pessoas no movimento para tentar justificar a ação da polícia, que agiu com violência em cima dos manifestantes jovens, como já foi mostrado, não precisamos mais perder tempo com isso. E o Prefeito, retirando-se hoje do debate, demonstra que Prefeito nós temos na nossa cidade: um Prefeito que pede aos jovens aqui na sua fala "Vamos desarmar os nossos espíritos" e que se vira para a polícia "Armem-se com bombas e balas de borracha contra os jovens." (*Palmas.*)

É de uma cara-de-pau o Prefeito!... Diz que quer dialogar com os jovens e se ausenta na hora do debate! É um Prefeito que, em vez de tentar resolver o problema, vai para os meios de comunicação e utiliza palavras chulas. Os nossos companheiros que vêm de Brasília podem não acreditar, mas o Prefeito dizia o seguinte nos meios de comunicação: "Eu não sou bocó e ninguém vai fazer xixi na minha perna." Essas são as palavras do nosso Prefeito nos meios de comunicação, provocando os estudantes, provocando a população. Em vez de resolver o problema, o Prefeito tenta provocar. Ele quer apagar o incêndio jogando gasolina! Mas o povo de Florianópolis mostrou para ele, mostrou que quem vem de fora para cá para tentar se beneficiar do suor da população, a população vai fazer xixi na perna, sim. E provou para esse Prefeito quem nós somos, quem é a população de Florianópolis.

Florianópolis é uma ilha, não tem aqui grandes empresas, há dificuldade de as pessoas conseguirem emprego, e a partir do momento em que elas não conseguem se deslocar na cidade para procurar emprego, para trabalhar, a situação fica muito ruim e vira um verdadeiro caos. Quando não conseguem trabalhar nem estudar, as pessoas acabam partindo para a violência, tentando se virar de outra maneira. O grande poeta Gonzaguinha, que morreu vítima do trânsito quando estava vindo para Florianópolis, dizia que "O homem se humilha quando caçam seus sonhos. Seu sonho é sua vida e sua vida é o seu trabalho. Sem o seu trabalho, o homem não tem honra, e sem a sua honra, se morre e se mata. Não dá para ser feliz." (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vânio dos Santos) - Com a palavra o próximo inscrito, Sr. Névio Carvalho, ex-gerente do Núcleo de Transportes de Florianópolis.

O SR. NÉVIO CARVALHO - Bom-dia a todos. Em primeiro lugar, cumprimentando todos vocês, gostaria de dizer que não compactuo com a tese de que a responsabilidade da tarifa de ônibus ser tão cara deve-se aos impostos ou à responsabilidade(sic) do Governo do Estado ou do Governo Federal.

Hoje a tarifa de ônibus em Florianópolis está nos níveis que está por uma decisão política do órgão gestor da Prefeitura Municipal de Florianópolis. E eu vou dar três exemplos que comprovam essa tese.

Primeiro, em 1997, no início da gestão da Prefeita Ângela Amin, foram mudados os coeficientes da planilha tarifária. Por coincidência, esses coeficientes, na média, só aumentaram e contribuíram para a planilha de ônibus subir 11% em relação à estrutura anterior. Eu vou dar só um exemplo para vocês para dizer o que isso significa: um único índice escondido lá na planilha tarifária, um pequeno índice, que representava 0.3 na estrutura tarifária, hoje representa 2.7, que é o coeficiente de máquinas, instalações e equipamentos. Esse índice havia sido recusado pela gestão passada e, estranhamente, foi aceito pela administração seguinte, no início de 1997.

Então, as modificações que ocorreram na estrutura tarifária de Florianópolis a partir de 1997 foram uma escolha da gestão municipal, e isso pesa hoje 11% a mais na tarifa.

Outra questão é a escolha do modelo de integração que foi adotado em Florianópolis. Foi uma escolha que encareceu o sistema ao privilegiar a construção de nove terminais, muitos dos quais não eram necessários em relação ao modelo original que se previa. Em relação à implantação de sete patamares tarifários eu, particularmente, sempre defendi, e acho que Florianópolis, enquanto não se encontrar uma solução para ter uma taxa de transporte ou uma tarifa zero, deveria ter uma tarifa única, para permitir que todas as pessoas tenham os mesmos direitos de transporte na cidade. Isso encareceu o sistema de transporte porque os terminais tiveram que contar com terminais fechados, e os mecanismos de controle criados para a implantação dos sete patamares tarifários também encareceram a tarifa.

Há também a questão da tarifa de utilização dos terminais, que representa, em média, algo em torno de 7%.

Então, foi uma decisão política do municipal, e isso obviamente repercutiu na planilha de ônibus. Portanto, não dá para dizer que a tentativa do municipal, tanto na gestão Ângela Amin como na gestão Dário Berger, de tentar responsabilizar o Governo Federal, o Governo Estadual ou as empresas de ônibus pelo custo do sistema... Na verdade, a responsabilidade é do municipal, sendo essa uma responsabilidade intransferível.

Uma outra questão que eu estranho muito e que tem um impacto enorme na planilha tarifária é a queda na demanda do transporte coletivo de Florianópolis. Usando inclusive o mesmo argumento utilizado pelo representante das empresas, o seu Constantino, a população Florianópolis, a partir do referencial de 1996, cresceu 36% nesse período. Foi uma das capitais brasileiras em que mais cresceu a população. Em contrapartida, o número de passageiros pagantes caiu 20%. Ora, se esse é real - a população crescendo 36%, a demanda do transporte coletivo pagante caindo 20% e a oferta do sistema de transportes crescendo 10% -, nós teríamos o melhor sistema de transporte do mundo; infelizmente, não é o que a gente observa, e a insatisfação para com o sistema de transporte coletivo é muito grande.

No ano passado, a Prefeitura contratou dois estudos com a Universidade Federal, um sobre bilhetagem eletrônica e outro sobre os coeficientes tarifários, e, estranhamente, não esperou pelo resultado desses estudos para autorizar o reajuste tarifário recente. Então, como a Prefeitura contrata a Universidade Federal para fazer dois estudos desse porte e autoriza um reajuste sem esperar o resultado desses estudos?

É muito estranho realmente o que aconteceu. Hoje eu sou um dos representantes da Ufeco no Conselho Municipal de Transportes, e todas as tentativas que a gente tem feito para discutir transporte no Conselho têm sido desconsideradas pela atual gestão municipal. E vejam o argumento que foi utilizado para desmarcar a reunião do Conselho neste mês: "Em função dos acontecimentos na área de transportes, nós cancelamos as reuniões do Conselho Municipal de Transportes"! Ora, esse tipo de atitude revela que o Poder Público municipal não tem intenção nenhuma de discutir transporte com seriedade nesta cidade!

Vou parar por aqui porque meu tempo está se esgotando, e acho que nós temos que aprofundar essa discussão sobre transportes, e o Poder Público municipal não pode se omitir nessa discussão. A responsabilidade pelo valor da tarifa é única e exclusivamente uma decisão política do poder (*inaudível*) municipal. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vânio dos Santos) - Com a palavra o Sr. Marciano Rodolfo da Silva, representando o Sintraturb.

O SR. MARCIANO RODOLFO DA SILVA - Bom-dia a todos. Gostaria de registrar que nos últimos anos, o Sintraturb desenvolveu um movimento de conscientização dentro da categoria, porque o nosso trabalho é privado, mas a característica é pública. Infelizmente, nossos patrões não vêem assim. Considerados os magos da "transportolândia", eles apresentaram o sistema integrado. Nós dissemos que tínhamos idéias para apresentar, mas, infelizmente, o Poder Público e os patrões nunca quiseram nos ouvir, nem sequer nos deram uma chance, e hoje está assim.

Nos últimos anos, as empresas se modernizaram, construíram novas sedes. Nossos patrões compraram carros de luxo, apartamentos; seus filhos estão em colégios particulares. Também queremos morar melhor e queremos nossos filhos em colégios melhores. Queremos comer melhor e viver melhor. Por isso, nos mobilizamos e conquistamos um salário mais justo.

Depois deste ano, com todas as conquistas que tivemos, ainda correm boatos de que revogação dos aumentos tarifários implicará a quebra do acordo entre o Sindicato dos Trabalhadores e o Sindicato das Empresas. Sendo assim, vou deixar aqui um recado: se isso realmente estiver para acontecer, esta cidade vai parar novamente, e contamos com o apoio de todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vânio dos Santos) - O Fernando retirou a sua inscrição. Então, com a palavra o próximo inscrito, Sr. Wolnei Chucre, representando a CUT de Santa Catarina, por até cinco minutos.

Gostaria de registrar a presença do Vinícius, do Diretório Central dos Estudantes da Unisul; do José Alexandre, Vice-Presidente da UCE - União Catarinense dos Estudantes; do João Braga, Diretor da UCE; do Eduardo Ribeiro, Secretário-Geral da UCE; e do Diego, Presidente Estadual da UJS - União da Juventude Socialista de Santa Catarina.

O SR. WOLNEI CHUCRE - Bom-dia a todos. Eu queria começar a minha fala dizendo o seguinte: a população de Florianópolis, em especial os estudantes, mostrou que a luta faz a lei. É possível, sim a gente chegar ao objetivo de ter transporte com tarifa zero.

Em nome da Central Única dos Trabalhadores, gostaria de cumprimentar esses grandes lutadores, que são responsáveis inclusive por esta audiência aqui, por a gente estar discutindo transporte público, estar discutindo essa questão da mobilidade na cidade. Cumprimento esse grande movimento vitorioso, que está demonstrando para toda a população do Brasil que lutar vale a pena, que lutar é necessário e que é só com luta que a gente vai chegar às vitórias.

O Prefeito Dário veio aqui e, desrespeitosamente, daqui saiu sem sequer avisar que estava saindo. Ele aqui falou de uma série de coisas, entre as quais que nós precisamos desarmar os nossos espíritos, desarmar... É aquilo que o Denilson falou: desarma de um lado para armar a polícia do outro. Ao mesmo tempo, o Prefeito vem e faz a provocação que fez em relação aos estudantes e sai desrespeitosamente, sem se dar ao trabalho de explicar por que estava saindo.

É preciso que se coloque bem claramente aqui - e aí é uma denúncia, Sr. Secretário da Segurança - a diferença de tratamento que houve nas manifestações do ano passado. Não que não tivesse havido repressões, houve muitas repressões durante as manifestações no ano passado, mas este ano a repressão triplicou. É preciso que se faça uma denúncia de que isso é uma atitude política, e tem razão o Marcelo quando vem aqui dizer que essa discussão com relação à mobilidade da sociedade é uma discussão política, não é uma discussão de números. É uma discussão sobre a quem interessa o quê. Temos que colocar que é possível, sim, de forma política, estabelecer a tarifa zero.

Diferentemente de outros serviços públicos, como saúde e educação, o transporte, a água e a energia elétrica são pagos por quem os utiliza. Ou seja, todos os custos são revertidos para quem os utiliza. Nós temos que discutir quem tem que pagar por essa tarifa do transporte, pela água, pela energia. Da mesma forma, tem que ser toda a sociedade, principalmente aqueles que verdadeiramente se beneficiam disso, que são os burgueses, que são os donos da produção, que são os donos das indústrias, que são os donos do poder neste país.

O que a gente tem que fazer é inverter essa lógica de discutir números pelos números. Esses números só beneficiam os donos do poder; temos que fazer a discussão para quem interessa a mobilidade na sociedade, para quem interessa a água, assim como outras tarifas públicas. Nós temos que colocar que isso interessa à população. E se interessa à população de fato, essas tarifas têm que ser subsidiadas pelo Estado, têm que sair do lucro dos patrões para poder beneficiar a população.

A sugestão que a gente tem com relação à questão do transporte coletivo é a mesma que se tem para a água, para a energia: eles têm que ser estatizados de fato, e que esse pagamento seja feito por toda a sociedade, portanto, pelo Estado.

Então, as empresas têm que ser, sim, municipalizadas, têm que ser, sim, estatizadas, para que a gente tenha um serviço público que garanta a qualidade de vida para toda a população. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vânio dos Santos) - Gostaria de propor que daqui para frente o tempo seja de três minutos para os inscritos. As 13h a TV AL passa a transmitir outra programação, e acho que todos querem manifestar sua opinião, sem contar que os expositores ainda vão fazer sua manifestação final e que a mesa irá franquear a palavra a quem dela quiser fazer uso.

Então, serão três minutos a partir de agora para os inscritos. E se alguém já se sentir contemplado, por favor, abra mão da sua inscrição, porque gostaria de chegar até o último inscrito. Não compete à mesa cercar aqui quem quer que seja, não é esse o objetivo.

Com a palavra a Sra. Schirlei Azevedo Ribeiro, por até três minutos.

A SRA. SCHIRLEI AZEVEDO RIBEIRO - Bom-dia a todos. Falo aqui como mulher, mãe e trabalhadora deste Estado, e representando aqui as mães e os pais do movimento, quero entregar, para que fique registrado nesta audiência, um documento ao Presidente da Assembleia Legislativa; ao Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (e gostaria que o Dr. Prudente o encaminhasse) e ao Presidente da Comissão de Direito e Garantias Fundamentais de Amparo à Família, da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Em tese, os três documentos regem a mesma coisa.

Gostaria de ler o que nós queremos que os Presidentes recebam. *(Passa a ler.)*

"Exmo. Sr. Julio Cesar Garcia
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Exmo. Senhor,
Como é de vosso conhecimento, Florianópolis viveu três semanas de tensão, pânico e de muita violência durante as manifestações contra o aumento das tarifas do transporte coletivo. É de vosso conhecimento também que o sistema integrado de transportes implementado causou e causa muita insatisfação aos usuários em função de vários problemas que vão muito além da tarifa, que é bastante alta.

Não bastassem todas as dificuldades, a população florianopolitana é obrigada a submeter-se às decisões dos empresários dos transportes, amparados pelo executivo municipal. No caso de aumento das tarifas, esta decisão sequer está passando por análise do legislativo municipal, como ocorreu nos dois últimos reajustes. Os

empresários justificam o aumento e o prefeito sanciona, o que nos revela que a tarifa pleiteada é somente uma das consequências de atos viciados de favorecimentos e de improbidade administrativa do executivo municipal, no trato injusto e irresponsável da garantia ao cidadão do direito constitucional ao transporte coletivo como política pública de domínio das instituições do Estado, de caráter essencial de acesso a outros direitos, como trabalho, moradia, educação, saúde, cultura, esporte, lazer e interações sociais.

Dessa forma, acreditamos que toda e qualquer abordagem dos fatos decorrentes das manifestações populares devam ser encaradas como exercício do pleno direito à livre manifestação e organização social dos cidadãos contra os atos administrativos que atentem contra a ordem econômica, a política de desenvolvimento urbano e a função social de prestação do serviço de transporte urbano.

Assim sendo, nós, entidades públicas e cidadãos abaixo assinados, estabelecidos na cidade de Florianópolis, capital do Estado de Santa Catarina, no uso dos nossos direitos, por meio desta correspondência, e conforme consta do relatório e provas, vimos mui respeitosamente denunciar:

1. O despreparo nas ações de repressões contra as manifestações, realizadas com violência pela Polícia Militar, gerando a resistência por parte do movimento.

2. As condições às quais foram submetidos os manifestantes, tratados propositalmente como criminosos, sob extrema pressão psicológica, algemados e recolhidos nas celas superlotadas, comuns aos restantes da população carcerária.

3. O enquadramento dos manifestantes na Polícia Civil, em crimes que vão trazer uma mácula sobre o futuro destes, principalmente dos estudantes.

4. O desrespeito das autoridades contra advogados e mães que compareceram à Delegacia para socorrer os manifestantes presos.

5. A fixação de fianças desproporcionais à situação, com o claro intuito de coibir novas manifestações.

6. O despreparo da Polícia Civil, principalmente daqueles lotados na Delegacia Central, além da Secretaria da Segurança e do Comando da Polícia Militar, no trato com o movimento foi brutal, demonstrando, visivelmente, que se tratava de repressão política, já que, em manifestações anteriores às eleições, o Governador e a Polícia Civil trataram o movimento com menos truculência e usaram o expediente do Termo Circunstanciado para o enquadramento dos detidos.

Entendemos que os fatos decorrentes dos seis itens relacionados atentam gravemente contra os princípios fundamentais das garantias do Estado democrático de direito, visto que não estávamos cometendo crimes ou infrações. Mesmo assim, se este fosse o entendimento dos setores da segurança pública, os mesmos atentaram contra as garantias do parágrafo 5º do art. 188 do Capítulo VII da Constituição de Santa Catarina, que destaca: 'Em toda e qualquer situação infracional ou de desvio de conduta, se necessário, a criança ou o adolescente serão encaminhados para centros exclusivos de recolhimento provisório e, excepcionalmente, permanecerão em dependências de delegacias ou cadeias públicas.'

Diante do acima exposto, solicitamos ao Exmo. Senhor, na condição de Presidente da Assembleia Legislativa, com base nos artigos 25 e 26 do Regimento Interno desta Casa e do artigo 47 da Constituição Estadual, a criação de CPI e/ou CPE visando a apurar os fatos determinados. Solicitamos apuração e futura punição pelo Ministério Público aos responsáveis dos atos denunciados, bem como as reparações políticas, éticas, morais e de perdas e danos dos cidadãos e entidades envolvidas.

Para melhor instruir-lhe no atendimento às nossas demandas, e como parte integrante das nossas solicitações e denúncias, encaminhamos em anexo dossiê com fotos, recortes de imprensa, vídeo, relatos, boletins de ocorrência e do IML, que constituem provas e fatos determinados, que demandam nossas solicitações de apuração e punição exemplar de todos os abusos e desrespeitos aos direitos individuais e coletivos.

Certos de estarmos no pleno cumprimento de nosso direito e dever de cidadãos e de entidades públicas, colocamo-nos à sua inteira disposição para maiores esclarecimentos e, desde já, agradecemos os encaminhamentos que essa respeitosa instituição do Estado de direito democrático dará aos nossos pedidos."

Assinam o abaixo-assinado várias entidades, vários pais e estudantes.

Obrigada! *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vânio dos Santos) - Com a palavra a Sra. Silvia Diaz, assessora de imprensa da Uces, por até três minutos.

A SRA. SILVIA DIAZ - Bom-dia a todos. Eu sou assessora de imprensa da Uces - União Catarinense de Estudantes Secundaristas -, e vocês têm que saber que há mais de 1,5 milhão de estudantes que ainda não estão comunicados. Parece que estamos no apocalipse não só dos transportes como da política em geral.

Queria lembrá-los que democracia significa sistema de governo em que a soberania é exercida pelo povo. Parece que muitos esqueceram o verdadeiro significado, convertendo-a em autocracia. Por isso, nessa "democracia" entre aspas em que nós vivemos, feita de nomenclaturas por políticos às vezes não qualificados, que atuam como gafanhotos, levando tudo o que encontram no caminho, temos que lhes dar um basta, e um basta para sempre. Porque muitos políticos, que são os representantes do povo, têm se convertido em representantes deles mesmos.

Senhores, estamos cansados de ouvir as mesmas mentiras e promessas de sempre. As pessoas estão perdendo a auto-estima, sentindo-se algemadas, sem poder crescer e evoluir como deveria ser num sistema verdadeiramente democrático. E continuamos com o Fórum Social Mundial, com o Congresso de Davos, com o Congresso contra a Fome, tendo o último durado 80 horas, e nessas 80 horas morreram 70 mil pessoas de fome!

A gente só quer soluções. Por isso, eu proponho um congresso estadual, nacional ou internacional das soluções, porque elas existem. A única coisa que não tem solução é a morte.

Portanto, o que falta é vontade política, e a melhor política do mundo não serve se os políticos decidem ignorá-la.

Tiraram o direito de trabalhar de milhões de homens e mulheres, e o que foi feito até agora? Por isso, basta já de mentiras. Chega de desrespeito, de subempregos, de desempregos, de casuísmos, de destruição das famílias, de pobreza, de miséria, de baixos salários e de politicalha.

Vamos construir juntos um novo Brasil que defina suas ações.

Vamos respeitar o agricultor que rega com o suor do seu rosto o seu plantio.

Vamos quebrar os tentáculos da doutrina que, encapuzada de verdade e de justiça, está acabando conosco, com o nosso país e com os países da América Latina.

Vamos impedir que tirem nosso dinheiro, nossas riquezas e nosso pão.

Vamos lutar contra o condicionamento pernicioso no cinema, nos vídeos, na literatura, na arte em geral, no domínio tecnológico.

Senhores, a revolução da esperança está em marcha. O espírito das revoluções não morre, porque elas são o espírito das liberdades comprimidas. Aqui, com o movimento dos sem-terra, defendendo a mãe-terra, que somente acolhe os que a trabalham sem explorá-la e devolve em doces frutos a comida que os alimenta. Com os estudantes, que são o fermento dos povos, porque eles possuem a chave mais importante do mundo, aquela abre as portas do conhecimento, que leva a sabedoria para avançar na evolução do futuro da humanidade, que realmente está nas suas mãos.

Senhores, dizem que marcham os que já não podem mais, por isso devemos unir, somar e avançar. E temos que lembrar que o silêncio dos inocentes desse sistema, que já não podem gritar, um dia gritaram ao mundo inteiro na consciência dos culpados, nas injustiças cometidas por eles.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vânio dos Santos) - Conclua, por gentileza, porque os oradores estão ultrapassando seu tempo e entrando no tempo dos demais.

A SRA. SÍLVIA DIAS - Já estou concluindo.

Ninguém nasce culpado por esse sistema; muitos nascem vítimas dele. Mas as mentiras, senhores, não são eternas; acontece que como nossos valores morais não se cotizam em bolsa, estamos esquecidos deles.

Senhores, se o princípio coerente da existência humana é a paz e não a guerra, se pelo fato de nos chamarmos humano temos o direito de sê-lo, também temos obrigação de demonstrar isso.

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vânio dos Santos) - Gostaria de registrar a presença do Vereador João Batista, de Florianópolis, e dos Vereadores Júnior, Zulminha e Sandra, de Itapema.

Com a palavra o próximo inscrito, Sr. Pedro César, que se inscreveu como cidadão de Florianópolis.

O SR. PEDRO CÉSAR - Bom-dia. Estou aqui como cidadão porque não estou representando nenhuma entidade específica.

É uma vergonha a gente ver que o Perfeito se ausentou! Talvez ele seja uma pessoa que não está à altura do cargo, infelizmente. E talvez aquilo que a população falava nas ruas, chamando-o de "prefeitinho", infelizmente se torne verdade.

O restante do que eu ia falar já foi contemplado aqui por várias pessoas, e muito bem, mas há uma coisa eu queria falar, por isso me inscrevi como cidadão, porque é isso que sou: eu não pago imposto para a polícia fazer o que fez! E quero dizer outra coisa: tenho vergonha do Ministério Público, porque choveu promotor para fazer denúncia contra os estudantes e contra os manifestantes, mas não apareceu um para apurar a responsabilidade da Polícia Militar, os abusos da Polícia Militar.

Eu aceito que numa situação de conflito a polícia vá lá e prenda a pessoa que ela ache que esteja cometendo uma ilegalidade, que ela a prenda e encaminhe-a para o distrito; agora, aquilo que aconteceu na Beira-Mar, entre outras coisas... E quero só falar daquilo, porque aquilo é emblemático e está na cara de todo mundo. O senhor, que é o Secretário, e conheci-o na Comissão de Direitos Humanos aqui da Assembléia, não pode dormir tranquilo vendo aquelas imagens e não mandando apurar. Porque aqueles três que torturaram aquele rapaz na Beira-Mar... Porque aquilo foi tortura, e não pode continuar. Nós não podemos aceitar isso. Independentemente se eu concordo ou não. E mesmo que fosse um bandido, aquilo não pode continuar! *(Manifestação da plenária.)*

Por favor, com o meu imposto, não façam isso! Que a polícia não faça isso com o imposto do cidadão, pelo amor de Deus! Se a gente aceitar que a polícia faça o que bandido faz, acabou, é a barbárie, vamos cada um voar no pescoço do outro.

Por favor, senhor, apure isso! Aquela covardia não pode se repetir.

Muito obrigado! *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vânio dos Santos) - Com a palavra o Sr. Vânio Alves da Luz, da Associação dos Moradores da Praia do Forte, por até três minutos.

O SR. VÂNIO ALVES DA LUZ - Ao cumprimentar o Deputado Vânio, estendo o cumprimento a todos.

Sou Presidente da Associação de Moradores da Praia do Forte e Diretor da Ufeco. A gente tem se manifestado e vem acompanhando essa luta do transporte de 1999 para cá, e isso me faz lembrar a época em que a gente foi para a Praça XV - e os policiais fizeram cordão de isolamento - para os Vereadores votarem o projeto de 20 anos de concessão. Na época, a Prefeita era Ângela Amin.

Hoje, alguns daqueles Vereadores são Secretários do Prefeito Dário Berger, e ajudaram a aprovar essa bandalheira que está aí instalada no município de Florianópolis. Na época, a gente dizia bem claro para eles que isso não ia dar certo, que isso era maracutaia que iam inventar para a população. Está aí o resultado hoje em relação ao transporte!

Em relação à vergonha que a gente assistiu na TV... Eu sou pai de família, tenho um filho com 22 anos, e creio que os dirigentes, os mandantes dessa barbaridade têm que se sentir envergonhados, porque eles também têm filho, talvez da mesma idade que o meu. É uma vergonha o que aconteceu no município de Florianópolis, com certeza!

Eu olho para a cara desses jovens aqui e não tem nenhum formador de quadrilha, são todos estudantes. Talvez os filhos estejam muito revoltados com os pais que mandaram fazer aquela barbaridade, com os policiais. E não acredito que algum daqueles policiais seja punido. Não dá para punir policiais se não se punir os mandantes daquela barbaridade. *(Palmas.)*

É a mesma coisa que mandar matar e não punir o cara que mandou matar, punir só o matador. É isso que nós temos que ver, porque isso é um absurdo. Nós, da cidade de Florianópolis, não podemos permitir que isso venha a acontecer.

Em Canasvieiras, em 2004, nós fechamos o terminal. Na época a Prefeita era a Ângela Amin, e a polícia ajudou a fechar o terminal. Hoje, ao contrário, mandaram descer o cacete na rapaziada, porque ele está junto com o Prefeito Dário Berger. Então, é isso o que aconteceu. Com certeza, se fosse a Prefeita Ângela Amin, nada disso teria acontecido.

Eu não sei se o nosso Governador é Governador ou é Prefeito, porque o Dário é um boneco de fantoche na mão do Governador Luiz Henrique, faz tudo o que o Luiz Henrique manda. E a isso nós temos que dar resposta na próxima eleição: mandar o Luiz Henrique de volta para Joinville e o Dário Berger de volta para São José! A sociedade tem que dar essa resposta para esses dois picaretas que vieram para cá enganar a população de Florianópolis. *(Manifestação da plenária.)*

Nós não vamos permitir isso como liderança comunitária. Estamos dispostos a ir pro pau se for preciso. *(Manifestação da plenária.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vânio dos Santos) - Com a palavra o próximo inscrito, Sr. Jair Batista, da Ufeco.

O SR. JAIR BATISTA - Bom-dia a todos. Em nome da sociedade civil e dos movimentos sociais aqui presentes, cumprimento os componentes da mesa.

Eu gostaria de retomar um pouco a questão sobre a qual falaram muito: que o problema é nacional. Eu penso que isso fica muito vago quando se trata de questões localizadas em nível nacional. Isso realmente não prova nada, não mostra onde está realmente o verdadeiro problema da questão.

O Secretário aqui presente falou que para que haja democracia é preciso o cumprimento da lei, não é? E aqueles policiais que exerceram aquela função, se extravasaram um pouco, são seres humanos que estavam frente a um conflito. Nós ali não estávamos nas

mesmas condições. Também somos seres humanos, e não estávamos armados à altura para esse conflito, e recebemos um tratamento diferenciado pelos policiais que ali estavam.

Queria também referendar aqui a fala do Ricardo Freitas, porque eu também estava no último dia dessa manifestação, e recebemos uma repressão. Estávamos lá em frente à sinaleira quando foram fechados três pontos estratégicos da cidade, e fomos expulsos dessa nossa manifestação através de bombas. Nós não revidamos. Simplesmente foi reprimida a nossa manifestação, e fomos para frente do Ticen, e ali também fomos expulsos pelos policiais com bombas e spray de pimenta nos nossos olhos.

Então, nós não iniciamos essa "baderneira", como a imprensa anunciou aí. O que a cidade viu depois foi a revolta popular. A polícia incitou a violência; nós não fomos os responsáveis pelo início dessa violência que a imprensa trata como "baderneira".

Eu penso que o único problema nacional que existe é a falta de democracia, e isso nós temos vivido aqui na nossa cidade nos últimos dez anos. É uma democracia exercida a partir de gabinetes e sob o comando do Ministério Público. A sociedade civil e os movimentos sociais não são ouvidos, não têm o direito de participar.

Precisamos acabar com o monopólio do transporte público. Os principais detentores desse transporte público são exatamente os próprios governantes, e isso tem que acabar. Nós exigimos que a sociedade civil seja ouvida antes de serem implementados esses serviços essenciais. Para que haja qualidade e inclusão social, é preciso participação do cidadão que usa os serviços públicos; então, que ele seja antes ouvido para depois serem implementados esses serviços essenciais.

Queremos e exigimos que a sociedade civil seja ouvida antes de serem implementados esses serviços essenciais. Para que haja qualidade e inclusão social é preciso participação, então, que o cidadão que usa os serviços públicos seja antes ouvido para depois esses serviços serem implementados. Temos aí o Estatuto da Cidade com plano diretor integrado e participativo, e essa será a nossa oportunidade. É isso que nós queremos: um plano diretor integrado e participativo nos moldes do Estatuto da Cidade para que nós, cidadãos, tenhamos o direito de discutir e fazer as nossas propostas de acordo com as nossas necessidades.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vânio dos Santos) - Com a palavra ao Sr. Modesto Azevedo, Presidente da União Florianopolitana de Entidades Comunitárias (Ufeco).

O SR. MODESTO AZEVEDO - Bom-dia a todos. Cumprimento o Presidente dos trabalhos, Deputado Vânio dos Santos, e estendo os meus cumprimentos às demais autoridades aqui presentes.

Além de Presidente da União Florianopolitana de Entidades Comunitárias, eu sou coordenador da União Nacional por Moradia Popular e também Conselheiro no Conselho Nacional da Cidade, em que participo do Comitê Técnico de Mobilidade Urbana junto com o Bertotto, aqui presente, e nós temos discutido essa questão do transporte.

Queria lamentar a ausência do Prefeito e agora a do seu representante, que se retirou, o Secretário de Transportes. E, de antemão, gostaria de avisar que amanhã à noite vai ter uma reunião na Catedral, às 19 horas, quando as mães, os pais e os irmãos dos manifestantes vão estar se reunindo.

Em relação ao transporte público neste País, lembramos que o Estado sempre ficou com o prejuízo e as empresas privadas com o lucro. Eu morei em São Paulo durante muitos anos, vi, Bertotto, e aí era o seguinte: tinha a CMTC (Companhia Municipal de Transporte Coletivo) e tinha as empresas privadas; e as linhas que davam prejuízo ficavam com o Estado, as linhas rentáveis ficavam com as empresas.

O que está no cerne da discussão aqui é a questão do lucro, é a questão dos tubarões do transporte. Isso aí é que tem que estar colocado! Não é a questão de tirar dinheiro da educação, da saúde, da isenção disso ou daquilo, mas abrir a caixa-preta, abrir essa questão da planilha, saber de que forma são calculadas as tarifas.

Tivemos uma administração popular em São Paulo, a da Luiza Erundina, que propôs a tarifa zero, e houve toda uma resistência com relação a isso. Nós queremos dizer o seguinte: tarifa zero é, sim, a redistribuição de renda, assim como é a aposentadoria para as donas-de-casa, a aposentadoria do Funrural e a questão do Programa Fome Zero. Se quisermos distribuir renda, nós teremos, sim, que implantar a tarifa zero, e isso é possível.

Dizia o Lúcio Gregório, Secretário de Transporte na época, que tarifa zero não é ônibus de graça, e sim a redistribuição de renda neste País.

Para concluir, gostaria de dizer o seguinte: com relação a Florianópolis, a empresa Biguaçu, em 11 de julho, denunciou o que nós já estávamos prevendo, e aí eu estranho a presença aqui do Presidente da Cotisa, porque já estava previsto todo esse caos na cidade, a empresa Biguaçu já antecipava isso. Está aqui a ata em que ele recusava e dizia que o sistema integrado iria, sim, criar um problema.

Então, que se instaure uma CPI aqui na Assembléia Legislativa para que a gente possa apurar essa questão do sistema integrado que envolve a Região Metropolitana desta cidade.

Sei que o meu tempo se excedeu, mas queria apenas registrar que a gente vai estar na caravana, na marcha nacional pela reforma urbana junto com o MDT. Vamos reivindicar na nossa pauta abaixo da tarifa, porém temos que entrar na questão da planilha. Não dá para a gente tirar os impostos sem mexer no lucro dos empresários.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vânio dos Santos) - São 12h45min, e às 13 horas encerra-se a cobertura dos órgãos de imprensa da Assembléia, por uma questão regimental. Reitero, então, o pedido: quem se sentir contemplado, por favor, retire a sua inscrição para que possamos concluir até às 13h esta audiência pública.

O próximo inscrito é o Sr. Murilo Silva, do gabinete do Deputado Afrânio Boppré, a quem concedemos a palavra.

O SR. MURILO SILVA - Boa-tarde, ou bom-dia, a todos.

Vânio, parabéns pela iniciativa. Eu só sugiro que em uma próxima audiência a mesa seja um pouco mais eclética. Gostaria de ver aqui o Marcelo Pomar, gostaria de ver aqui os representantes das entidades estudantis, enfim. Acho que a gente tem que tratar esse problema da forma mais real possível, e a realidade conta justamente não só com os órgãos oficiais, mas também com as entidades e com todos os estudantes que estiveram lá participando do movimento.

Eu só queria chamar a atenção para uma cena que foi divulgada várias vezes, inclusive aqui na tribuna, em primeira mão, pelo Deputado Afrânio. É a cena de um policial batendo no Luís Henrique, estudante da Escola Técnica, numa demonstração clara de que existe um caso de demência na Polícia Militar que tem que ser apurado, sim. Aquele sujeito não é muito bom das idéias, é um animal preso na menor jaula do mundo: a sua farda.

Então, queria fazer um apelo aqui ao Secretário, que eu sei que é pessoa que goza de boas faculdades mentais, como diz o nosso povo, para que apurasse esse caso. Senão, o senhor é responsável por isso também. Eu sei que o senhor não estava durante um bom tempo como Secretário, mas sabia de tudo o que acontecia. As imagens falam mais que as palavras, e muita gente aqui viu muita coisa que, infelizmente, as câmeras não puderam captar.

Eu quero relatar aqui, até para demonstrar que não foi só o que foi colocado nas imagens; quem participou sabe até que ponto vai a brutalidade e a vergonha na Polícia. Em um determinado momento, um grupo de adolescentes, meninas de 13, 14 anos, pediram para que um policial mostrasse a sua identificação, já que nenhum deles tinha a identificação no peito, e ouviu dele a seguinte palavra: "A minha identificação está na cabeça do meu ...". Não vou repetir tal palavra chula, os senhores já imaginam o que é. Isso é um absurdo, e não ouvi isso somente de um policial, foram vários. Eu não sei se eles transportam para os estudantes a raiva ao pouco salário que ganham, ao seu Comandante, ao seu Governador. É uma coisa muito louca isso.

No jornal A Notícia tem uma nota do Prefeito Dário (infelizmente ele não está aqui), que diz que vai apurar quais Deputados do PT estão apoiando o Movimento Passe Livre. Eu gostaria que ele apurasse, sim, e nos dissesse qual deles não está apoiando, porque esse vai apoiar!

Um abraço! (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vânio dos Santos) - A mesa esclarece ao Murilo que esta audiência está demorando porque ela é bastante eclética. Nós conversamos com o Marcelo Pomar e outros companheiros, que participaram como expositores. Mas eu quero acatar a sua sugestão e pedir que a Carol, que é a próxima inscrita, se dirija ao microfone. (Palmas.)

E assim que você terminar a sua fala, Carol, eu queria convidá-la para integrar a mesa conosco, e chamo também o Marcelo Pomar para participar aqui da mesa.

A SRA. CAROL CRUZ - Depois de uma longa espera, eu não ia embora. Mas acho muito engraçado todo mundo lembrar da tal da democracia agora. Houve três semanas com um clima completamente ditatorial, com prisões ilegais, acusações infundadas... E foi bem importante a leitura dos artigos da lei, feita pelo Secretário da Segurança, para ficar bem claro mesmo.

Estudantes foram levados para o presidio... Como é que a gente denuncia policiais sem identificação? Acho que é complicado, agora. Se eles seguem só ordens, como é que se vai punir casos isolados?

Então, eu queria colocar que o uso da violência foi estratégia planejada para abafar as manifestações. E, segundo um ditado, "violência gera violência". No ano passado, mesmo sem todo o reforço policial vindo do interior, vindo de outras cidades, não foi estabelecido o caos na cidade, ou a anarquia social, como o Prefeito chamou. Então, queria saber se isso é mesmo necessário.

Eu acho que a gente tem que punir as autoridades. Temos que cobrar a responsabilidade do Secretário da Segurança, do Governador do Estado, das autoridades da Polícia Militar, e não dos soldados, que cumprem ordens, como eles sempre colocam. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vânio dos Santos) - Obrigado, Carol.

Com a palavra o Amilton Alexandre.

O SR. AMILTON ALEXANDRE - Pessoal, boa-tarde. Em primeiro lugar, eu queria falar rapidamente sobre a repressão policial. Na quinta-feira passada agora, já com o movimento um pouco mais calmo, houve uma manifestação em frente ao Ticen. Na oportunidade, não havia batalhão de choque, havia apenas o fechamento daquela via, que eu acho que deveria ser permanentemente fechada, porque não se admite um terminal de ônibus, por onde transitam mais de 100 mil pessoas por dia, ter oito pistas num local onde há necessidade de uma passarela. Aquela área deveria ser mantida fechada para evitar atropelamentos, e eu já presenciei atropelamentos ali.

Quanto à repressão policial, no ano passado, no auge da crise do movimento, houve uma reunião no gabinete do Secretário, e estava lá o Comandante Morelli. Essa situação de policiais não identificados e de repressão desmedida contra os manifestantes já tinha sido colocada naquela época, e um ano depois vemos novamente policiais sem identificação. E o que me causa espécie... Conheço o Secretário Benedet desde os tempos de estudante de Direito, fomos colegas de universidade, e tenho certeza de que ele não compactua com esses desvios de conduta de bandidos travestidos de policiais. Não são policiais, são bandidos travestidos de policiais!

Na quinta-feira, eu tive uma demonstração pessoal de três integrantes da corporação, dois com identificação, um chamado Sr. Abreu e outro, Brandão. Não sei a patente deles, se são capitão, tenente ou sargento. Eles estavam dentro do movimento fazendo provocação, ameaçando os estudantes, ameaçando os mais adultos dizendo "Vocês estão infiltrados aqui querendo colocar a polícia contra os estudantes." Eu me identifiquei e disse "Vocês não deveriam estar fazendo esse tipo de proselitismo aqui - porque vocês estão fazendo aqui uma manifestação pessoal sobre a posição de vocês -, e sim cuidar do policiamento, e eu vou levar isso ao conhecimento do Secretário da Segurança!" Sabe o que esse policial me falou? "Eu quero que o Secretário ..., porque eu não respeito esse Secretário!" E disse mais: "Pode falar com quem você quiser!"

Então, acredito que esses policiais não obedecem ao comando do Secretário. Deve ter... tenho certeza de que existe na Polícia Militar de Santa Catarina um bolsão radical que trabalha a serviço dos empresários, a serviço do Sr. Dário Berger, esse Prefeito infame que não está presente nesse momento, Prefeito covarde, que fugiu da audiência pública. A nossa cidade não merece esse cidadão como Prefeito!

Com referência ao preço das passagens, eu fiz uma conta simples. Se eu saio com três amigos do meu bairro, que é Coqueiros, e vou até o Pântano do Sul, que fica no Sul da Ilha e dista 25 quilômetros, são aproximadamente 50 quilômetros ida e volta. Se eu saio de ônibus e sou um desempregado, trabalho no comércio informal, na atividade informal, não tenho cartão, eu vou pagar de ônibus para ir ao Pântano do Sul e voltar R\$36,80. Abastecendo o veículo com a gasolina mais cara do Brasil, que é R\$2,39, num automóvel que faça dez quilômetros com um litro, eu vou gastar R\$13,64. Ou seja, nós estamos sendo roubados pela máfia dos transportes! Não são empresários dos transportes, isso é uma máfia!

Outra coisa, a integração, na realidade, não funciona, porque a maioria das pessoas faz um único trajeto: centro-bairro.

É isso aí. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vânio dos Santos) - Com a palavra a Sra. Maria Rutilândia, que se apresentou como aposentada e mãe.

A SRA. MARIA RUTILÂNDIA - Boa-tarde. Eu espero que os senhores tenham um pouco de paciência (*chorando*), quem me conhece sabe o quanto eu sou emotiva.

Eu não poderia, em hipótese nenhuma, deixar de vir aqui e perguntar ao Sr. Secretário da Segurança, o senhor que leu a nossa Constituição, se é possível que as agressões militares e civis da Polícia Civil aos nossos alunos, aos nossos jovens, aos nossos filhos nesse movimento... se isso consta na nossa Constituição.

E eu quero saber sobre o desrespeito, a humilhação, o terrorismo feito aos nossos alunos que foram detidos, com nossos filhos detidos injustamente. E eu sou talvez uma das únicas mães privilegiadas, porque pude provar na tela a prisão completamente equivocada do meu filho! Completamente equivocada! Ele foi acusado porque estava com uma touca de lá, que eu o obriguei a usar porque ele estava gripado, e o lenço estava encharcado de vinagre contra o gás que a polícia jogou e joga nos nossos alunos, nos nossos filhos, nos nossos jovens, no nosso futuro!

Então, eu pergunto, Sr. Comandante, o policial que covardemente me agrediu, me feriu (e eu vou ter que ficar três semanas assim) e me deu, como vocês chamam, um mata-leão, e me puxou por vinte metros pelo pescoço, torcendo a minha mão... dizendo o quê? Justificando. Enquanto isso os policiais civis gritavam "Prende, prende essa mulher!" E os outros tiveram a ousadia de dizer a mim e às outras professoras que estavam lá presentes que saíssemos da calçada porque aquilo era lugar de pessoas de bem, que as senhoras de bem tinham que passar!

Eu pergunto, senhores: isso é democracia? Isso é respeito? Esse é exemplo que nós vamos dar aos nossos jovens, que estarão aqui um dia?! Me desculpem, mas eu não concordo, eu não admito. E me desculpem mais uma vez, mas vocês compraram briga com uma pessoa pacífica, porque eu sempre fui legalista, sempre respeitei a lei e os militares, mas não esses. Não esses.

Eu respeito o militar que me puxou energicamente, mas delicadamente também, porque me tirou do meio... Por quê? Sabe o que eu estava fazendo, Sr. Secretário? Eu estava à frente do pelotão gritando que não jogassem bomba naquelas crianças desarmadas! Era isso o que eu estava fazendo. Foi por isso que eu fui agredida física e moralmente!

Eu não posso mais admitir. As pessoas de bem que estão aqui na sala, porque todos nós somos pessoas de bem, tenho certeza, não merecemos isso. Simplesmente um policial pegou uma bomba e jogou nos estudantes, e eu gritei, pedi a ele que não fizesse isso. E isso provoca o quê? Eles agridem para poder depois agredirem mais e mais ainda.

Eu quero saber do Prefeito como fica o passe das pessoas idosas que não podem andar de ônibus porque não têm dinheiro para comprar o cartão. Quero dizer ao Sr. Secretário ou ao Comandante da Polícia Militar que eu quis registrar um B.O. e o policial não me permitiu. Ele não me permitiu exercer o meu direito de registrar um B.O. na Delegacia; tive que no outro dia ir à Delegacia da Mulher.

Eu não tenho o nome do militar porque ele me agrediu pelas costas, covardemente, e mesmo assim eles estavam todos sem identificação, os do Batalhão de Choque. Eu recebi um telefonema para que fosse identificar esse militar, e quando disse que não tinha o nome dele, a resposta foi que então nada poderia ser feito. Eu respondi que não tinha aberto um B.O. contra o militar que me agrediu, mas contra o comando da Polícia Militar, que permite esse tipo de atrocidade nesta cidade.

E eu estou falando de mim? Não, estou falando de todas as mães, de todas as mulheres que foram covardemente agredidas. É isso! (Palmas.)

Eu gostaria de perguntar ao Sr. Secretário o que vai ser dos nossos filhos que foram detidos e caluniados, vergonhosamente. Disseram que estavam atirando pedras no Banco do Brasil, quando nós sabemos quem são os culpados, e os senhores também!

Por incrível que pareça, eu vou me dar o direito, como mãe, de falar do meu filho, que tem 1,90m e cuja única função quando vai a essas manifestações é ficar feito uma "galinha choca" em relação às amigas, que são pequenas, para que elas não se machuquem. E foi no momento em que ele estava sentado num bando com elas e se dirigindo ao outro irmão é que ele foi detido. O policial revistou meu filho, pegando um lenço e uma touca. O cinegrafista perguntou ao policial: "Por que ele está sendo preso?" E o policial: "Ah, ele tem uma touca." Quer dizer que agora é crime nesta cidade termos uma touca? Eu gostaria de saber como é.

Sabe o que acontece, senhores? Nós esquecemos que também já fomos jovens. Nós criticamos e temos preconceito contra os nossos jovens que se vestem de preto, quando na nossa época, como nós nos vestíamos? Como demonstrávamos a nossa indignação? Por isso eles estão pagando, pois estão sendo terrivelmente preconceituosos contra esses jovens, que não são detidos somente em manifestações, não, Sr. Secretário, Sr. Comandante. Seus policiais param esses jovens na rua constantemente e os revistam como se fossem marginais ou bandidos, e são estudantes que simplesmente vestem-se de preto, usam *piercing* e têm cabelo comprido. Parece, senhores, que nós esquecemos que já vivemos essa situação.

Então, eu gostaria de apelar. Talvez eu esteja falando não exatamente o que os senhores gostariam de ouvir. Não estou aqui lutando somente pela tarifa, estou lutando pelo direito desses jovens, que são cidadãos, pois a maioria vota. E esses jovens, esses cidadãos não precisavam estar lá porque já lutaram e conseguiram o direito, no ano passado, do passe livre, mas estão lá pelo resto da comunidade. Estão na linha de frente levando tiros, levando bombas, quando a nossa obrigação de pais, de professores, de cidadãos era estar lá junto com esses jovens para defendê-los e para defender os nossos direitos.

Eu gostaria de saber, Sr. Secretário, como vai ficar a situação desses nossos jovens. Eu não tinha dinheiro e fui obrigada a pagar fiança (acho que isso não foi falado) para poder liberar meu filho, para que ele não dormisse na cadeia. E como vai ficar essa situação, senhores?

O advogado há pouco pediu que isso fosse arquivado, e eu reforço esse pedido. Arquivem esse documento vergonhoso que humilha a sua sociedade, as pessoas para quem os senhores trabalham. Porque nós somos servidores públicos e a nossa função é servir ao público, e não massacrá-lo.

Eu gostaria de encerrar dizendo ao Sr. Prefeito, que, infelizmente, não está presente, mas espero que ele saiba disso ...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vânio dos Santos) - Por favor, se puder ir concluindo, eu lhe agradeço.

A SRA. MARIA RUTILÂNDIA - Pois não. Só gostaria de perguntar ao Sr. Prefeito... Desculpem, mas é tanta coisa que eu gostaria de falar e que não falei porque fui contemplada em muitas... Então, eu gostaria de perguntar como vai ficar a situação dos professores que foram ameaçados de ser expulsos por estarem apoiando o movimento e a dos motoristas de ônibus que estavam nos apoiando, os quais receberam ordens de parar os ônibus e expulsar aqueles que estivessem dentro deles, porque senão os motoristas não teriam direito ao aumento.

Bom, eu creio que os senhores devem saber como começaram as agressões e a baderna, como os senhores chamam. Vocês viram na tela que um jovem, correndo da polícia, entrou no terminal e foi covardemente agredido; veio um outro segurança e chutou a cabeça dele. Neste momento, senhores, é que o pessoal começou a quebrar o terminal. Foi nesse momento que começou a violência, em resposta à agressividade que estava acontecendo.

Eu tive a oportunidade de falar com um ouvidor da Secretaria da Segurança, que inclusive estava presente durante a agressão à minha pessoa e durante as várias outras coisas que ocorreram em frente à Delegacia, e espero que ele tenha passado aos senhores o que ele viu, porque ele me pareceu ser realmente uma pessoa íntegra e de bem. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vânio dos Santos) - Com a palavra o último inscrito, Sr. Roberto Stahelin, Presidente da Câmara de Vereadores de São Pedro de Alcântara.

O SR. ROBERTO STAHELIN - Cumprimento os membros da mesa e os demais presentes.

Eu gostaria de falar em nome dos Municípios da Grande Florianópolis, na qualidade de Presidente da Câmara de Vereadores de São Pedro de Alcântara. Quero dizer que o serviço de transporte urbano da Grande Florianópolis é uma vergonha, porque não contempla nem a comunidade nem os trabalhadores. As pessoas são obrigadas a andar em ônibus sem condições de servir à comunidade, e o preço é uma exorbitância. Isso está inviabilizando a sustentação das famílias. Os trabalhadores que trabalham na Grande Florianópolis, vindos desses municípios da região, sentem o peso do custo da passagem do transporte urbano.

Então, não é uma questão localizada somente em Florianópolis, é uma questão da Grande Florianópolis. Eu lamento que no início do século XXI estejamos andando ainda num sistema arcaico, num sistema que não corresponde ao momento que vivemos. Nós merecemos um transporte coletivo de mais qualidade, mais eficiente, mais barato e que atenda às necessidades da população.

Acredito que tenhamos que repensar o sistema como um todo. Não é possível que no século XXI tenhamos que viver num sistema arcaico como o que vivemos hoje aqui na Grande Florianópolis. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vânio dos Santos) - Obrigado, Roberto.

Com a palavra o Sr. Flares José Rosar, Presidente do Deter, neste ato representando o Secretário de Estado da Infra-Estrutura.

O SR. FLARES JOSÉ ROSAR - Deputado Vânio, é só para responder ao Ricardo Freitas, e também em respeito e em nome dos duzentos funcionários do Deter.

Eu queria que ele depois me dissesse quem é o funcionário, quem é o fiscal do Deter que trabalha com a empresa, para nós tomarmos providências. Os nossos funcionários são honestos, competentes e ótimos servidores públicos de Santa Catarina. Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vânio dos Santos) - Com a palavra o Sr. Eduardo Pacheco, para suas considerações finais.

O SR. EDUARDO PACHECO - Bom, acho que as discussões que já ficaram claras aí sobre a importância do transporte público. E que isso se perpetue na parte de planejamento, com os planos diretores, com os mecanismos participativos; na parte de gestão, com profissionalismo e racionalidade do sistema; na sua licitação, até a fase de operação, e numa equação do seu financiamento, no sentido de ter uma justiça fiscal nisso: cobrar o certo de quem deve pagar e redistribuir de forma correta.

E só torço para que a gente consiga tirar o transporte público das páginas policiais, que ele volte para a página de cidadania e soluções urbanas.

Achei a iniciativa desta Casa muito boa. Parabéns!

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vânio dos Santos) - Com a palavra o Sr. Luiz Carlos Bertotto, representante do Ministério das Cidades.

O SR. LUIZ CARLOS BERTOTTO - Só queria me despedir e agradecer o convite.

O Ministério está à disposição das discussões, está fazendo um trabalho em busca de solucionar essa questão em nível nacional. Já combinamos com o Deputado de fazer uma audiência pública em agosto - pode ser nesta Casa ou em outro lugar por ele determinado - sobre o projeto de lei da mobilidade urbana, que é um projeto que nós estamos desenvolvendo. Então, em agosto nós já estamos comprometidos a discutir isso, vai depender só da data e do local.

Muito obrigado e um bom trabalho para vocês aqui. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vânio dos Santos) - Com a palavra o Secretário de Estado da Segurança Pública, Ronaldo Benedet.

O SR. SECRETÁRIO RONALDO BENEDET - Muito obrigado, Vânio. O importante é nós estarmos nesta Casa de debates, e debates democráticos. Espero que todos nós tenhamos aprendido algo mais neste momento e contribuído para o aprimoramento da nossa democracia.

Primeiramente, quero dizer que não concordo com uma das pessoas que aqui se manifestou. Concordo com uma série de questões, de desabafos, de sofrimentos, de dor que as pessoas sentiram, mas não concordo com a exploração política em relação ao ano passado, sobre o que foi colocado aqui em relação ao ano passado e a este ano, e quero trazer o testemunho dos líderes.

No momento em que voltei ao Brasil chamei estudantes, chamei Deputados para o debate, para que pudéssemos encontrar uma solução pacífica. A minha orientação na Secretaria da Segurança com relação aos criminosos, é ação forte da polícia. Com relação a movimentos sociais, é o diálogo, o comedimento, para que não haja confronto entre polícia e cidadãos em movimentos sociais. Essa é a orientação e a ordem que o Secretário da Segurança tem dado à Polícia Civil e à Polícia Militar.

E nós não somos responsáveis; de maneira alguma pedimos ou mandamos alguém agredir algum estudante. Não aceito este tipo de questão. Nós não fizemos isso, e estamos apurando. Na democracia, nós precisamos apurar os excessos. Não é por que o País é democrático que alguém não sai fora da lei. Sai, sim! Mas, na democracia, aqueles que saem fora da lei são responsabilizados através da lei e através do processo de inquérito policial militar, ao qual estão respondendo os policiais que eventualmente tenham se excedido. E, assim, dentro da democracia, eles têm o direito de defesa, e serão punidos se apuradas as ações deles fora da lei.

Peço novamente o testemunho dos estudantes, mormente sobre os diálogos que procuramos manter com os líderes o tempo todo, com os Deputados Vânio e Afrânio Boppré. Inclusive, na madrugada da última quinta-feira, que foi o último embate, o último encontro, nós procuramos intervir da melhor forma possível para nenhum estudante ficar preso, para que os jovens e estudantes menores fossem entregues a seus pais. Infelizmente, a ação é essa, é o jeito que a polícia tem no momento de agir. Mas na última quinta-feira nós procuramos fazer com que todos fossem libertados. Inclusive o Deputado Afrânio Boppré foi testemunha e participou da intervenção nesse sentido.

Estarmos aqui - o Comandante da Polícia Militar, o Secretário da Segurança - para receber críticas, aceitar e receber vaias, faz parte da democracia. Isso é o aprofundamento da democracia. No regime autoritário nós não estaríamos aqui, mas eu faço questão de estar. Quando isso não for mais possível... porque nós estamos procurando ser o algodão entre esses cristais. Eu sei que quando se bate, acabam acontecendo esses momentos de dificuldade.

A Secretaria de Segurança intervi na tentativa do diálogo quando parecia que ele não mais existia. Nós buscamos, e não era função nossa não, não era função da Secretaria da Segurança. Mas nós entendemos como nossa função porque estávamos na linha de frente com os estudantes, e não é a vontade do Secretário, do Comandante da Polícia Militar discutir ou ter que enfrentar estudantes. Infelizmente, o fato aconteceu pela missão constitucional da Polícia Militar.

Aprofundar o diálogo e a negociação é o que nós queremos pedir às partes: à Prefeitura, aos estudantes, aos Deputados, às autoridades, aos manifestantes, que, de uma forma ou outra, têm a responsabilidade para que se encontre um acordo, um termo, uma solução para essa situação toda, porque acaba, como consequência, na ponta, a polícia tendo que intervir. Então, o aprofundamento do diálogo e buscar entendimento.

Ninguém deu ordem para espancar manifestantes ou estudantes. Isso eu quero deixar claro aqui. Se alguém se excedeu, se excedeu por conta e risco, e vai responder na forma da lei, no que for previsto. (Manifestação das galerias: "Mentira!") Está sendo apurado...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vânio dos Santos) - Calma, pessoal!

O SR. SECRETÁRIO RONALDO BENEDET - Nós queremos que tenham respeito porque está sendo apurado. O inquérito policial militar não acabou ainda.

Então, vamos ter respeito. Nós respeitamos vocês, e também precisamos de respeito! Porque enquanto não for apurado, ninguém pode falar nada. Quando for apurado o final, todos terão conhecimento do processo.

Como vai ficar a situação dos jovens, dos que foram processados na primeira quinta-feira quando eu não estava aqui ainda? Quero dizer que da parte do Secretário da Segurança, estou aberto ao entendimento e ao diálogo. Só que a questão não depende do Secretário da Segurança. Foi aberto um inquérito policial dentro dos princípios do Código de Processo Penal, e nós podemos discutir isso com o Ministério Público, o Poder Judiciário e o Secretário da Segurança, que, como no ano passado, foi quem entreviu na negociação para encontrar a solução para não criminalizar os líderes do movimento.

Estou disposto ao diálogo e aberto à negociação, à conversação para, naquilo que for da minha parte, poder contribuir para que não haja punição legal aos manifestantes que foram presos. Se foi dentro da lei ou se não foi... por isso é que nós temos que encontrar uma solução negociada, se o Poder Judiciário e o Ministério Público assim entenderem que seja necessário. Mas, da parte da Secretaria da Segurança, estamos inteiramente abertos nesse sentido.

Quero dizer mais uma vez que, quando houver movimentos nesta cidade, movimentos sociais, a polícia quer fazer como muitas vezes fez, inclusive nesses movimentos: guardar, dar segurança para os jovens, para os manifestantes. Também tem que haver o entendimento de que a polícia e a Secretaria da Segurança têm missões constitucionais, e não é porque há um movimento que o direito e a lei pré-estabelecida... Enquanto não for mudada, nós somos obrigados, sob pena de prevaricação, a cumprir a lei.

Por isso, precisamos de muito diálogo, e a Secretaria da Segurança, em movimentos sociais, está aberta ao diálogo, à conversação e à negociação com líderes que representam esses movimentos, exatamente para evitarmos conflitos. Nós queremos que não haja nenhum.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, demais autoridades aqui presentes, manifestantes e aqueles que participaram no dia de hoje, quero dizer que me sinto triste em ver algumas imagens, alguns entendimentos de forma diferente em relação à polícia, mas feliz em ver que a democracia se aprofunda com o debate, com o diálogo. E sensibiliza aqui o Comandante da Polícia Militar, também conhecendo essa realidade, os reclames de pais, de mães de estudantes, para que possamos encontrar uma boa solução.

Que não aconteça mais esse tipo de confronto aqui na cidade de Florianópolis e em nenhuma outra cidade de Santa Catarina. Esse não é o objetivo que nós queremos com a nossa Segurança Pública e com a nossa Polícia Militar.

Muito obrigado e um abraço a todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vânio dos Santos) - Obrigado, Secretário.

Não gostaria de encerrar sem antes agradecer a presença de todos. Agradeço aos painelistas, a todos que fazem parte da mesa, àqueles que aceitaram o nosso convite, aos estudantes, às entidades aqui presentes.

Quero dizer que não vou elencar o conjunto de propostas que estão nesta mesa, mas nós não realizamos esta audiência pública apenas para ter um momento de debate ou de diagnóstico do que ocorreu em Florianópolis. Tudo isso aqui está sendo gravado e transcrito em notas taquigráficas, e a partir dessas notas taquigráficas, nós vamos fazer todo um levantamento. Aquilo que for encaminhamento para a Prefeitura, Governo de Estado, Ministério das Cidades, MDT, Polícia Militar e Secretaria da Segurança, tudo isso será devidamente oficializado e encaminhado.

Quero saudar o MDT, aqui representado pelo companheiro Eduardo, e dizer que nós vamos aqui no Estado ajudar esse movimento. Quero reconhecer a importância do Movimento Passe Livre, do Marcelo e de todos os companheiros.

Portanto, vamos constituir um grupo de trabalho, como foi proposto aqui. Temos aí a Ufeco; o movimento comunitário; a universidade tem um grupo de pessoas dedicadas à discussão do transporte; o Névio, que estava presente aqui. Mas o mais importante é que a Assembléia Legislativa está tentando agir preventivamente. O que ocorreu em Florianópolis vai voltar. Por quê? Porque foi suspenso temporariamente o aumento. Sabemos que temos uma bomba-relógio aqui, e se não buscarmos soluções concretas, objetivas, se cada um dos Poderes não fizer a sua parte, a cada momento vamos voltar a esse ciclo.

Uma coisa é certa: não é mais possível subir a passagem. Isso já está claro. Daqui para frente a política precisa ser de redução gradativa da passagem, até haver uma estratégia mais bem definida da incorporação, depois, dessa política pública como papel do Estado, como uma política que não pode ser delegada.

Antes de encerrar, gostaria de pedir só uma coisa ao Secretário Benedet, que acho que ficou presente na fala dele. Amanhã, Secretário, vai acontecer uma reunião das mães desses alunos na Catedral Metropolitana, às 19h, e eu gostei muito porque V.Exa., quase no final desta audiência, deixou um canal aberto para a negociação da questão da criminalização, que uma das mães, a dona Maria, veio aflita aqui colocar.

Então, queria propor a V.Exa. que constituíssemos, a partir da Assembléia, uma comissão com a Secretaria da Segurança e fôssemos ao Ministério Público e ao Poder Judiciário tentar estabelecer essa negociação de uma forma mais ampla, porque precisamos zerar um pouco aqui. Tem coisa que não vai zerar, que é o abalo psicológico, o que foi enfrentado, mas é preciso que façamos um gesto de retirar isso.

V.Exa. disse que está disposto a isso, e, além de Secretário, V.Exa. é Deputado, e, além de Deputado, foi líder estudantil, e, além de líder estudantil, lutou, juntamente com dezenas e milhares de outras lideranças, para que no País nós tivéssemos mais democracia, mais liberdade e que os direitos humanos e garantias fundamentais dos cidadãos fossem preservados.

Acho que houve uma violação, e precisamos reparar isso. Eu convido V.Exa. para assumirmos esse compromisso e marcá-lo em conjunto em nossa agendas. Vou convidar outros Deputados, representantes de todos os partidos e as Comissões de Transporte e de Segurança. Estamos assumindo esse compromisso aqui.

Com a delegação do Deputado Dionei e do Deputado Peninha estou aqui presidindo essa audiência, para que nada do que foi dito aqui se perca. Nós vamos registrar, anotar e transformar isso numa cartilha em relação a transporte, direitos humanos e democracia.

Então, faria essa proposta a V.Exa., porque senti que V.Exa. está aberto, para que possamos zerar isso e restabelecer uma relação, discutir estratégias e políticas mais permanentes de transporte para Santa Catarina, além de contribuir com esse movimento, que é um movimento de todo o Brasil, o qual não pertence a um só setor, mas a todos os envolvidos nessa que é uma política pública importante.

O SR. SECRETÁRIO RONALDO BENEDET - Estou aberto ao diálogo para conversarmos, discutirmos e encontrarmos soluções. Principalmente na questão de (*ininteligível*) conflitos, não depende de nós, depende mais da Prefeitura; mas na questão das ações da polícia, da Secretaria da Segurança, o que nós queremos é construir uma polícia democrática, aberta, mas que se tenha limites para as ações e para saber o que a polícia pode, o que não pode, o que deve fazer e o que não deve, porque chega num momento desse a polícia é a mais crucificada, porque ela tem que agir.

Então, precisa haver o entendimento. E nós queremos não só encontrar uma solução para os estudantes como ter um debate sobre a atuação da política em caso de movimentos sociais, sobre os limites que nós devemos tomar e os limites também das manifestações, para não sermos cobrados da sociedade, sob pena de recebermos um processo por prevaricação, por deixarmos de cumprir a nossa função.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vânio dos Santos) - Acho que na proposta que eu fiz é tranqüilo de a gente encaminhar e marcar posteriormente.

O SR. SECRETÁRIO RONALDO BENEDET - Na semana que vem, porque nesta semana vou a Brasília. Na semana que vem estou aberto à discussão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vânio dos Santos) - Pois não.

Quero agradecer a presença de todos; aos funcionários do nosso gabinete, pelo grande empenho que tiveram; aos funcionários e colegas aqui da Casa, de todos os gabinetes, especialmente aos das Comissões de Transporte e de Segurança Pública; aos colegas da TV AL, da rádio, do jornal da Assembléia; à imprensa; à juventude; enfim, quero agradecer a todos que, de uma maneira ou de outra, colaboraram para a realização desta audiência.

Muito obrigado e uma boa-tarde a todos.
Está encerrada a reunião.

DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA
PRESIDENTE

*** X X X ***

EXTRATOS

EXTRATO Nº 082/2005

REFERENTE: Contrato CL n.º 034/2005-00, celebrado em 01/08/2005.
 CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.
 CONTRATADA: DIGILAB S/A

OBJETO: Prestação de serviços de manutenção preventiva e suporte técnico ao software e hardware do equipamento exibidor da TVAL da ALESC 24 horas, operação do sistema e a locação de equipamento para serviço de back up e sistema de chaveamento programável que possibilite atendimento à regiões distintas em horários diferenciados, de acordo com as especificações constantes do Edital, seus anexos e proposta da Contratada.

VALOR TOTAL: R\$ 99.560,00 (noventa e nove mil, quinhentos e sessenta reais).

VALOR MENSAL: R\$ 19.912,00 (dezenove mil e novecentos e doze reais).

REAJUSTE: Os preços são fixos e irrecorríveis. Somente quando comprovadas as situações descritas no art. 65, II, "d", da Lei n.º 8.666/93 os preços poderão ser revistos, desde que atendidas as condições preconizadas no Edital.

ITEM ORÇAMENTÁRIO: 339039.08 (Manutenção de Software), 339039.95 (Manutenção e conservação de Equipamentos de Processamento de dados), 339039.11 (Locação de Software) e 339039.12 (Locação de Máquinas e Equipamentos) do orçamento da ALESC.

VIGÊNCIA: Compreendida entre a data de sua assinatura do contrato até 31/12/2005.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei n.º 8.666/93, origina-se do Processo Licitatório modalidade Pregão n.º 014/2005 e Autorização para Processo Licitatório n.º 0404/2005, parte integrante deste instrumento, assim como todas as cláusulas e condições contidas nas peças que o compõem.

Florianópolis, 01 de agosto de 2005.

Deputado Júlio Garcia - Presidente da ALESC

Paulo Della Giustina - Contratado

*** X X X ***

EXTRATO Nº 088/2005

REFERENTE: Contrato CL n.º 032/2005-00, celebrado em 28/07/2005.

CONTRATANTE: ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATADA: ABSOLUTO DIVISÓRIAS E PISOS LTDA

OBJETO: Fornecimento e instalação de revestimento acústico, porta acústica, portas laminadas, forro tipo bandeja e painel divisorio em gesso acartonado em ambientes da TVAL/Imprensa do Palácio Barriga-Verde.

VALOR GLOBAL: R\$ 43.659,00 (quarenta e três mil, seiscentos e cinquenta e nove reais).

REAJUSTE: Os preços são fixos e irrecorríveis. Somente quando comprovadas as situações descritas no art. 65, II, "d", da Lei n.º 8.666/93 os preços poderão ser revistos, desde que atendidas as condições preconizadas no Edital.

VIGÊNCIA: Compreendida entre a sua assinatura até o recebimento definitivo do objeto, remanescendo seus efeitos até o decurso do prazo de sua garantia.

ITEM ORÇAMENTÁRIO: 33.90.39.16 (Manutenção e Cons. Bens Imóveis) e 339030.24 (Material e Man. Bens Imóveis), do Orçamento da ALESC.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei n.º 8.666/93, Processo Licitatório modalidade Pregão CL n.º 021/2005 e Autorização para Processo Licitatório n.º 00769/2005.

Florianópolis, 28 de julho de 2005.

Deputado Júlio Garcia - Contratante

Vânio Inácio Junckes - Contratado

*** X X X ***

LEI

LEI N. 13.455, de 01 de agosto de 2005

Altera a Lei n. 12.570, de 2003, que dispõe sobre os benefícios aos estudantes e menores de dezoito anos para o acesso a eventos culturais e desportivos.

Eu, Deputado Julio Garcia, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, de acordo com o disposto no art. 54, § 7º da Constituição do Estado, promulgo a presente Lei:

Art. 1º Ficam acrescidos os art.1ºA e art.1ºB à Lei n. 12.570, de 04 de abril de 2003, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º.....

Art. 1º -A Os estabelecimentos de que trata o art. 1º desta Lei afixarão em suas dependências internas, em local visível em suas bilheterias, o conteúdo integral desta Lei, em tamanho não inferior ao de uma folha ofício (21X29,7 cm).

Art. 1º -B A inobservância do disposto nesta Lei sujeitará a multa diária de R\$ 500,00 (quinhentos reais)."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 01 de agosto de 2005

Deputado Julio Garcia

Presidente

*** X X X ***

OFÍCIO

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

ASSESSORIA CULTURAL

Ofício nº 187/GPAC

EM 01 de agosto de 2005

Ilmo. Sr.

Eder de Quadra Salgado

Nesta Casa

Senhor Diretor da Div. de Anais,

Anexo para conhecimento de V.Sa. e demais funcionários deste setor, expedientes assinados pelo Exmo. Sr., Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, com referência a 4º edição do **Concurso de monografia Prêmio Maurício Caldeira de Alvarenga, cujo tema este ano será " Um novo desafio: O controle das Parcerias Público Privadas"**, e pelo Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, com referência ao **" I concurso de monografia do TCE Catarinense"**, versando sobre **"Tribunal de Contas de Santa Catarina: Contas Públicas - Transparência, controle Social e Cidadania"**, com o objetivo de incentivar estudos sobre novos aspectos de entendimento da matéria.

Sem outro particular para o momento, subscrevo-me,

Atenciosamente,

JOSÉ PAULO MATTOS

Chefe da Assessoria Cultural

OFÍCIO Nº TCM/GPA/CC/04

Em 06 de julho de 2005

Excelentíssimo Senhor

JULIO GARCIA

DD. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Tenho a honra de participar a Vossa Excelência que este Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro está promovendo sua 4º edição do **Concurso de Monografia Prêmio Maurício Caldeira de Alvarenga**, cujo tema este ano será **" Um Novo Desafio: O Controle das Parcerias Público Privadas"**, a fim de incentivar estudos sobre novos aspectos de entendimento da matéria.

Em anexo, remeto material de divulgação do referido Concurso solicitando que seja dada publicidade.

Colho a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de elevada estima e justificada consideração.

Thiers Vianna Montebello

Conselheiro - Presidente

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Of. Circ. TC/GAP-37/2005

Florianópolis, 08 de julho de 2005

Senhor(a) Deputado(a)

O Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina solicita a vossa valiosa colaboração na divulgação do **I Concurso de Monografia do TCE catarinense**, que marca as comemorações alusivas aos 50 anos da instituição.

O tema do I Concurso é **" Tribunal de Contas de Santa Catarina: contas Públicas - Transparência, Controle Social e Cidadania"**. A iniciativa busca estimular a pesquisa e a discussão sobre o papel do órgão responsável por fiscalizar a aplicação dos recursos públicos pelo Estado e pelos 293 municípios catarinenses, além de incentivar a participação do cidadão na fiscalização das contas públicas.

O Concurso está aberto à participação de qualquer cidadão brasileiro e abre espaço para estudantes, educadores, jornalistas, escritores, historiadores e demais interessados oferecerem, inclusive, propostas de linhas de ação que possam contribuir para o melhor desempenho do Tribunal de Contas.

Serão selecionadas as três melhores monografias que atenderem aos quesitos do regulamento. São R\$ 11,5 mil em prêmios. O primeiro colocado receberá R\$ 6 mil, o segundo R\$ 3,5 mil e R\$ 2 mil, o terceiro colocado. O prazo final para a entrega das monografias encerra às 18h30min do dia 30 de setembro/2005.

As informações sobre o Concurso também estão disponíveis na página principal do site do TCE de Santa Catarina na Internet: www.tce.sc.gov.br

Para ampliar as possibilidades de divulgação estamos enviando exemplares dos cartazes e folders que tratam do concurso de Monografia.

Antecipadamente, agradecemos a vossa colaboração e desde já colocamos a Assessoria de Comunicação Social (fone: 48 221-3602 e 221-3823/ e-mail: acom@tec.sc.gov.br) e a Biblioteca deste Tribunal (fone: 48 221-3698/ e-mail: biblio@tec.sc.gov.br) à disposição para informações complementares.

Cordialmente

Conselheiro Luiz Suzin Marini - Presidente do TCE/SC

Conselheiro José Carlos Pacheco - Vice-Presidente do TCE/SC e

Presidente da Comissão Organização das

Comemorações dos 50 anos do TCE

*** X X X ***